

Antônio Augusto de Queiroz

PERFIL, PROPOSTAS E PERSPECTIVAS DO GOVERNO DILMA

1ª Edição

**Brasília-DF
2011**



**Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar**

Antônio Augusto de Queiroz

**PERFIL, PROPOSTAS E PERSPECTIVAS DO
GOVERNO DILMA**

Ficha Técnica

A série Estudos Políticos é uma publicação do Diap
(Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Pesquisa e texto

Antônio Augusto de Queiroz

Coordenação editorial

Viviane Ponte Sena

Colaboradores da equipe do Diap

André Luis dos Santos

Alysson de Sá Alves

Iva Cristina Pereira Sant'Ana

Marcos Verlaine da Silva Pinto

Neuriberg Dias do Rego

Ricardo Dias de Carvalho

Viviane Ponte Sena

Editoração eletrônica e capa

F4 Comunicação

Impressão

Gráfika Papel e Cores

Queiroz, Antônio Augusto de.

Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Dilma / pesquisa e texto:

Antônio Augusto de Queiroz. -- Brasília : Diap, 2011.

120 p. (Série estudos políticos)

ISBN 978-85-62483-05-9

1. Rousseff, Dilma, 1947- . 2. Política e governo, Brasil, 2011. 3.
Programa de governo, Brasil, 2011-. I. Título.

CDU 32(81)

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP lança a publicação *“Perfil, Propostas e Perspectivas do Governo Dilma”*, da série Estudos Políticos, na qual analisa o processo eleitoral, os critérios de montagem da equipe, os desafios pessoais e estruturais da presidente, a agenda oficial, além dos principais operadores no Poder Executivo e no Congresso.

Com esta publicação faz-se um diagnóstico sobre o padrão de atuação do governo nos três primeiros meses de mandato e um prognóstico sobre a administração de Dilma Rousseff, oferecendo à sociedade em geral e às lideranças sindicais em particular um material de referência sobre os interesses, desafios e prioridades do novo governo. Além disto, fornece informações preciosas sobre a lógica, a dinâmica, as arenas decisórias, os ritos e procedimentos praticados na administração pública.

O texto, escrito em linguagem clara pelo jornalista e diretor de documentação do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, sob a supervisão de Ulisses Riedel de Resende, nosso diretor-técnico, traz informações estratégicas e importantes noções sobre o processo decisório no governo, chama a atenção para os atores-chave da nova administração, alerta para os riscos de conflitos com a base social da presidente, além de antecipar o estilo e a agenda do novo governo ou do Poder Executivo.

Trata-se de leitura obrigatória para quem, por interesse pessoal ou necessidade política, acompanha o debate, a formulação e a implementação de políticas públicas no País. O público alvo, sem prejuízo de outros, é formado basicamente por sindicalistas, estudantes, jornalistas, analistas políticos, empresários, autoridades e parlamentares.

A publicação, a quinta da série – inaugurada no governo FHC, reeditada no primeiro governo Lula e agora no governo Dilma – faz parte da missão institucional do DIAP, que consiste em fornecer informações e análises quantitativas e qualitativas para instruir ações de cidadania.

Com o objetivo de instruir ações de cidadania, o DIAP já produziu diversos estudos e publicações, entre as quais “Quem foi Quem na Constituinte”, “Cabeças do Congresso”, “Radiografia do Novo Congresso”, as cartilhas “Movimento Sindical – passado, presente e futuro” e “Cidadão Consciente”, além dos livros “Por dentro do processo decisório - como se fazem as leis” e “Por dentro do governo - como funciona a máquina pública”.

Brasília-DF, abril de 2011.

Celso Napolitano
Presidente do DIAP

AGRADECIMENTOS

À equipe do DIAP, na pessoa da assessora de imprensa Viviane Cristina da Ponte e Souza Sena, pela coordenação editorial e revisão da publicação.

Às entidades que incentivaram e apoiaram esta publicação: ANABB, ANAPE, ANER, ANFFA SINDICAL, ANFIP, CNPL, CNTI, CONDSEF, CONTEE, CONTRATUH, CTB, CUT, FECOMERCIÁRIOS-SP, FORÇA SINDICAL, FUP, SINAL, SINAIT, SINDIFISCONACIONAL, SINDIRECEITA, SINPRO/DF, SINPRO/SP, SINPROFAZ, SINTRACARP, e UGT.

Aos amigos que leram e apresentaram críticas e sugestões, especialmente Aldemario Araujo Castro, professor e Procurador da Fazenda Nacional; Alexandre Marinis, economista político e diretor da Mosaico Consultoria Política; Cristiano Noronha, vice-presidente da Arko Advice; Miguel Gerônimo, funcionário da Câmara dos Deputados e especialista em processo legislativo; Luiz Alberto dos Santos, mestre em Administração, doutor em Ciências Sociais, consultor legislativo do Senado e subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais; Marcos Augusto de Queiroz, analista sênior da Consultoria Arko Advice; Maria Clara Bicudo Cezar, bibliotecária; Maria Lúcia de Santana Braga, doutora em Sociologia, professora universitária e consultora da Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal; Nelson Breve, jornalista, ex-secretário de Imprensa do governo Lula; Paulo Eduardo de Freitas, militante social, fundador e primeiro presidente do Sinal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central; Paulo Mendes, especialista em regulação da Anvisa e presidente da ANER; Pedro Neiva, mestre e doutor em Ciência Política; Renato Oliveira, professor da UFRGS e doutor em Sociologia; Rildson Moura, jornalista e diretor de Informação e Monitoramento da Arko Advice; Romulo Osório Castelo Branco, economista e advogado; Vera Cecília C. Dantas Mota, funcionária da Câmara e estudiosa do Poder Legislativo; e Ulisses Rapassi, analista político e diretor da Consultoria Política Macropolítica.

À equipe da F4 Comunicação, na pessoa de Fernanda Medeiros da Costa, pela criação da capa, programação visual e formatação do texto.

Finalmente, um agradecimento especial à Diretoria do DIAP nas pessoas de Celso Napolitano, presidente; Epaminondas Lino de Jesus, superintendente; Izac Antônio de Oliveira, diretor-tesoureiro; e Ulisses Riedel de Resende, diretor-técnico e supervisor do trabalho, pelo incentivo e apoio à realização desta publicação.

Brasília-DF, abril de 2011.
Antônio Augusto de Queiroz

SUMÁRIO

Introdução.....	11
I – A lógica da eleição da presidente Dilma Rousseff.....	13
II – Desafios estruturais do presidencialismo brasileiro	17
III – Recursos de poder na relação com o Congresso	21
IV – Dimensões do presidencialismo brasileiro	23
V – Padrão de decisão governamental e recrutamento de pessoas.....	25
VI – Critérios para escolha da equipe e núcleo estruturante do governo	28
VII – Coordenadores temáticos do governo Dilma.....	31
VIII – Perfil político e socioeconômico da equipe	32
IX – Movimento sindical: o que esperar do governo Dilma	37
X – Novo Congresso e a base parlamentar do governo	41
XI – Questões orçamentárias	44
XII – Condutores da agenda governamental no Congresso	49
XIII – Operadores-chave da situação e da oposição.....	52
XIV – Debatedores e formuladores temáticos da situação e da oposição.....	54
XV – Agenda de reformas do governo Dilma	59
XVI – Restrições e responsabilidade fiscal do governo Dilma	65
XVII – A relação do governo com o Congresso e a sociedade	67
XVIII – A participação e mobilização da sociedade civil como fatores de mudança	68
XIX – Constatações, perspectivas e desafios pessoais da presidente	71
XX – Considerações finais	75
XXI – Quem é quem no governo Dilma – perfil e desafios.....	76
Anexo – Para falar com os poderes	104

INTRODUÇÃO

A eleição e a posse da Presidente Dilma Rousseff, a primeira mulher a exercer as relevantes funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado no Brasil, inauguram um novo ciclo na política nacional, representado pela alternância no poder com continuidade político-administrativa.

O fato de uma mulher assumir a presidência da República com a carga simbólica de ter participado da luta armada contra a ditadura militar, ainda que não tenha sido eleita em função do gênero nem das opções políticas, é uma demonstração do amadurecimento da democracia brasileira.

Dilma Rousseff foi figura de destaque no governo Lula, a quem sucedeu como candidata de continuidade, com base na conversão em votos da aprovação pessoal do então presidente, superior a 80%, e também das realizações do governo federal, cuja administração era aprovada por mais de 70% do povo.

A presidente tem consciência de que substitui um mito, o ex-presidente Lula, cuja trajetória e experiência política e eleitoral não encontram paralelo na vida política nacional. As comparações serão inevitáveis, especialmente nos quesitos carisma, capacidade de diálogo, desenvoltura política, popularidade, liderança internacional e ascendência sobre o PT.

Os desafios, do ponto de vista pessoal, são grandes, tanto no aspecto da liderança política e da governabilidade, quanto no da gerência e da governança. Ela recebe um País em condições muito favoráveis, diferentemente de Lula, que recebeu uma herança que classificou como maldita¹.

No plano econômico, apesar da crise recente, o Brasil está muito bem, com perspectiva de crescimento sustentável, com geração de emprego e renda. A questão cambial e as oscilações inflacionárias são administráveis, assim como o foram na gestão de seu antecessor, embora persistam ameaças anteriormente não enfrentadas na mesma intensidade.

Na esfera política, a presidente parte de uma base muito sólida, com apoio suficiente para aprovar sua agenda de reformas, inclusive em nível constitucional.

Administrar as disputas no interior da coalizão, gerenciar comparações entre seu governo e o anterior, conviver com os rumores do retorno de Lula em 2014, assim como definir uma agenda legislativa viável, serão seus principais desafios no campo político-institucional.

O governo Dilma – formado por uma grande coalizão – é hegemônico por dois grandes partidos: o PT, o partido da presidente, e o PMDB, a agremiação do vice-presidente, além de partidos médios como o PSB e PDT, entre outros. No governo Lula, a hegemonia era

¹ Para alguns, a crítica seria exagerada já que Lula teria recebido um país reinstitucionalizado, especialmente na gestão macroeconômica, o que teria livrado o ex-presidente de enormes constrangimentos, caso tivesse que negociar a mesma reinstitucionalização com sua base social.

apenas do PT, apesar da adesão do PMDB no segundo mandato.

No campo social, igualmente, herda uma forte rede de proteção social, em cuja construção também teve participação. Logo, é mais previsível que não haverá maiores riscos de crise, especialmente porque serão mantidos e ampliados os programas sociais, bem como os canais de interlocução e diálogo com os setores organizados da sociedade.

As transformações operadas no país e os segmentos sociais emergentes sem representação política explícita, entretanto, podem potencialmente proporcionar desafios políticos ainda não equacionados.

Na área de gestão, talvez o campo em que a presidente tenha mais experiência e domínio, várias medidas já estão sendo implementadas, seja para racionalizar o gasto público, seja para tornar mais eficiente a máquina pública. A gestão, mais do que nunca, estará orientada para resultados e com foco na cidadania. A capacidade de antecipar-se às demandas está posta à prova.

A presidente, especialmente na relação com o Congresso e com as centrais sindicais, tem utilizado o efeito demonstração, exigindo unidade política de sua base em votações importantes. São exemplos disto a definição do valor e a política de valorização do salário mínimo, além da correção da tabela do imposto de renda, que foram definidas sem negociações com as representações de trabalhadores.

A demonstração de força, tanto sobre os partidos, quanto em relação às centrais, assim como o anúncio de medidas de consolidação fiscal (ajuste nas contas públicas), combinados com moderação nas entrevistas e exposições públicas, têm sido elogiados pela mídia.

Seu estilo discreto, ponderado e formalista parece ter agradado aos extratos de classe média, dos quais é oriunda. Isso tem sido utilizado pela mídia para fazer comparações em desfavor do ex-presidente, numa nítida postura de preconceito em relação à origem e à formação de Lula.

A presidente não pode nem deve ficar envaidecida com esses elogios, porque, em grande medida, destinam-se mais a criticar a postura de seu antecessor do que, efetivamente, reconhecer mérito como a chefe do Poder Executivo.

O poder da presidente é real e legítimo, decorre de sua eleição; já o capital político é mais derivado do que próprio. Por isso não deve esquecer, em hipótese alguma, sua verdadeira base política e social, sem a qual ficará refém de forças conservadoras que também habitam a coalizão que a elegeu.

A presidente começou bem e tem sido elogiada até pela oposição. Não pode, entretanto, exacerbar no distanciamento dos movimentos sociais nem fazer do ajuste fiscal sua principal prioridade, sob pena de perda acelerada de apoio entre estes segmentos, indispensáveis na sustentação social e política do governo, especialmente nos momentos de crise.

I – A LÓGICA DA ELEIÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Os resultados das eleições presidenciais são lógicos e, em geral, estão relacionados com o desempenho da economia, mesmo que o Estado não seja intervencionista. Fatores conjunturais, emocionais e até passionais podem afetar o julgamento do cidadão, mas em ambiente de estabilidade não costumam ser determinantes. Isto vale para qualquer país democrático, inclusive Brasil e Estados Unidos.

A tabela a seguir – que informa os anos das seis últimas eleições, o nome do presidente da República e sua popularidade na época, os eixos de campanha dos candidatos inclusa a proposta em relação ao Estado, o ambiente político no momento do pleito e os candidatos com melhor desempenho nas urnas – permite extrair quatro importantes conclusões a respeito da sucessão presidencial que demonstram a lógica dos resultados eleitorais.

Em todas elas, as conclusões estão relacionadas ao desempenho da economia, ainda que indiretamente, já que estão expressas por outros indicadores. Vejamos:

Ano da eleição/ Presidente da República/ popularidade	Eixos de campanha	Circunstância/ ambiente	Principais candidatos
1989 – José Sarney abaixo de 20% de aprovação popular	Renovação ética e inclusão social	De mudança	Collor (PRN) e Lula (PT) <i>Collor foi eleito em 2º turno</i>
1994 – Itamar Franco 55% de aprovação popular	Estabilidade econômica com o Plano Real	De continuidade, FHC foi ministro da Fazenda de Itamar	FHC (PSDB) e Lula (PT) <i>FHC foi eleito em 1º turno</i>
1998 – Fernando Henrique Cardoso 58% de aprovação	Estabilidade econômica e medo do fim do Plano Real	De continuidade	FHC (PSDB) e Lula (PT) <i>FHC foi reeleito em 1º turno</i>
2002 – Fernando Henrique Cardoso 35% de aprovação	Geração de emprego e combate à pobreza	De mudança	Lula (PT) e Serra (PSDB) <i>Lula foi eleito em 2º turno</i>
2006 – Lula 63% de aprovação	Prosperidade econômica e ascensão social	De continuidade, com mudança de método gerencial	Lula (PT) e Alckmin (PSDB) <i>Lula foi reeleito em 2º turno</i>
2010 – Lula 85% de aprovação	Consolidação das conquistas sociais	De continuidade, com ênfase na sustentação do crescimento econômico e inclusão social	Dilma (PT) e Serra (PSDB) <i>Dilma foi eleita em 2º turno</i>

A primeira conclusão é que há uma estreita relação entre o índice de popularidade ou de aprovação do presidente em exercício e os votos recebidos por seu candidato à sucessão, que, eventualmente, poderá ser o próprio presidente disputando a reeleição.

Registre-se que o instituto da reeleição foi introduzido em nosso ordenamento jurídico por meio da Emenda à Constituição nº 16, de 1997, no primeiro mandato do então presidente FHC, exatamente para permitir sua recondução.

No pleito de 1989, o então presidente José Sarney não teve candidato a sua sucessão, mas nenhum dos candidatos dos partidos que lhe davam sustentação teve bom desempenho nas urnas. Os três mais votados, com tônica oposicionista, foram Collor (PRN), Lula (PT) e Brizola (PDT), tendo os dois primeiros disputado o 2º turno, com a vitória do primeiro.

Nas cinco eleições seguintes, os índices de aprovação dos presidentes e o desempenho de seus candidatos foram muito próximos, conforme segue.

Em 1994, Itamar tinha 55% de aprovação e FHC, que era seu candidato e ex-ministro da Fazenda, teve 54% dos votos válidos (que exclui brancos e nulos).

Em 1998, FHC era aprovado por 58% da população e teve 53% dos votos válidos em sua campanha de reeleição.

Em 2002, FHC tinha 35% de apoio e seu candidato, o ex-ministro do Planejamento e da Saúde José Serra, alcançou 39% dos votos válidos no segundo turno, perdendo a eleição para Lula, que obteve 61,27% dos votos válidos.

Em 2006, Lula tinha 63% de aprovação e foi reeleito com 61% dos votos válidos em segundo turno.

Em 2010, Lula tinha aprovação superior a 80% e elegeu sua candidata, a ex-ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em 2º turno, com 56,01%.

Isto possui duplo significado: a transferência de votos existe, mas não é irrefletida e automática, e o segundo turno reforça a idéia de certa maturidade do eleitorado brasileiro, que quis conhecer melhor os principais contendores.

A segunda conclusão é que cada campanha possui seu eixo central, que é importante tanto para ganhar a eleição quanto para governar.

Os eleitos, nos seis últimos pleitos presidenciais, só o foram

porque conseguiram transmitir para a população o compromisso com as aspirações simbolizadas pelo eixo da campanha. Em síntese, conseguiram transmitir esperança e confiança. Esperança de mudança do *status quo*, para melhor, e a confiança de que o candidato e sua equipe seriam capazes de implementar seu programa de governo.

O candidato que não estivesse sintonizado com as políticas públicas sintetizadas pelo eixo da campanha dificilmente teria chance no pleito e, se eleito, poderia ter problemas de governabilidade, como ocorreu com Collor.

Collor, por exemplo, desenvolveu uma campanha contra os marajás – que simbolizavam o desperdício, a corrupção e a incompetência – e prometeu melhorias sociais. No governo não cumpriu o eixo de inclusão social, mas desmontou o Estado, colocando servidores em disponibilidade e, certamente, estes aspectos pesaram na rejeição ao seu nome e até no seu afastamento.

Registre-se, ainda, que Collor não “entregou” nem o controle da inflação, nem o desenvolvimento econômico. Os Planos Collor I e II, com arrocho salarial e confisco da poupança, despertaram a ira da classe média e dos trabalhadores. Quando o ex-presidente tentou se voltar para o social – com o Programa dos CIACs (Centro Integral de Apoio à Criança e Adolescente) – já era muito tarde. Comprou brigas com os servidores públicos, com os políticos e até com o empresariado, ao reduzir o protecionismo à indústria automobilística, à agricultura e a outros setores. Iniciou um debate sobre política industrial, mas fracassou em função do descrédito de seu governo.

Já FHC, em suas campanhas, focou a estabilidade econômica, na primeira, e, na segunda, o risco de instabilidade, sem ele no comando do país. Mas, no governo, foi coerente apenas no primeiro mandato. Como enfrentou um cenário mundial recessivo e perdeu capacidade de maiores iniciativas. Atropelado por sucessivas crises internacionais (México, Rússia, Argentina, Turquia, entre outras), teve que mexer no câmbio, um dos pilares da política econômica, logo após a segunda posse, medida que afetou seu apoio popular e levou à derrota do candidato à sucessão, José Serra, que era o ministro da Saúde.

O governo FHC também teve realizações na área social e promoveu investimentos em infraestrutura, cabendo mencionar os programas *Comunidade Solidária* e *Avança Brasil*. Contudo, não tinha por esses programas, pelo menos no plano da publicidade, o mesmo apreço que dedicava ao Plano Real, que considerava sua maior realização.

Lula foi eleito e reeleito com discurso focado nos eixos das duas

eleições: geração de emprego e combate à pobreza, na primeira, e prosperidade econômica e ascensão ou mobilidade social, na segunda.

No governo, manteve-se coerente com esses eixos, que foram impulsionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, fato que lhe assegurou a reeleição em 2006 e apoio popular superior a 80% no final do segundo mandato.

A terceira conclusão diz respeito ao posicionamento e à proposta em relação ao Estado. Collor introduziu a agenda que ficou conhecida à época como neoliberal e, no discurso, com proposição modernizante. Causou impacto e isso somou significativamente para a vitória. FHC veio no mesmo diapasão, até porque com Itamar houve certa trégua naquele discurso; para o segundo mandato de FHC, nesse quesito, foi repetitivo, como se tivesse missão ainda a cumprir. Lula, em 2002 e 2006, e Dilma em 2010 contrapuseram ao recuperar responsabilidades e preservação patrimonial para o Estado, e ainda respeito aos sindicatos.

A quarta conclusão se refere ao ambiente político, ou seja, ao sentimento da população em relação à continuidade ou mudança das políticas e práticas governamentais. Sempre que as circunstâncias exigem mudança, o presidente da República não consegue eleger seu sucessor, do mesmo modo que nos momentos em que a conjuntura é favorável à continuidade, os presidentes são reeleitos ou elegem seus sucessores.

Para os candidatos do PSDB, no período pós-FHC, as circunstâncias sempre foram desfavoráveis. No caso de José Serra, quando foi o candidato da continuidade, em 2002, o ambiente era de mudança. Em 2010, quando foi o candidato da mudança, o ambiente era de continuidade. Geraldo Alckmin, em 2006, também foi o candidato da mudança num ambiente de continuidade.

Também se evidencia a exaustão programática do PSDB, posto que não há mais apelo eleitoral do que propostas de Estado Mínimo, como privatização, desobrigação social do Estado, combate a sindicatos e liberação do mercado financeiro. A tônica no Brasil e no mundo é outra e o PSDB não consegue se desvencilhar da imagem que o consagrara nas urnas.

Por último, o cenário sinalizava para continuidade em face da elevada popularidade do então presidente Lula, que se envolveu de corpo e alma na campanha de sua candidata, especialmente durante o horário eleitoral gratuito. E Dilma, que já vinha numa curva ascendente, contou com mais recursos financeiros e materiais em sua cam-

panha, além de mais espaço na televisão do que seus adversários.

Com tantas evidências a favor da candidata oficial, já era esperada a eleição de Dilma Rousseff em 1º turno. A surpresa, porém, foi ter havido 2º turno, decorrente muito mais de circunstâncias do pleito do que da força própria dos adversários.

De fato, o 2º turno foi provocado, em grande medida, pelas denúncias: a) de quebra de sigilo dos adversários, b) dos escândalos da Casa Civil e dos Correios, e c) das questões religiosas e ético-morais. Foram esses episódios que motivaram a migração de votos de Dilma para a candidata do PV, Marina Silva, resultando na chamada “onda verde”.

II - DESAFIOS ESTRUTURAIS DO PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO

Os desafios do chefe do Poder Executivo para assegurar a governabilidade – entendida como o equilíbrio entre as demandas apresentadas ao presidente da República e a capacidade de o governo administrá-las ou resolvê-las satisfatoriamente – são enormes, especialmente no desenho federativo e no sistema partidário fragmentado, em que a legenda do presidente conta com uma pequena parcela das cadeiras no Congresso.

Apesar dos poderes quase imperiais do Executivo em relação ao Legislativo, a governança vive em constante questionamento pelas peculiaridades do desenho federativo e do sistema político do país, que combina presidencialismo com multipartidarismo fragmentado, forçando coalizões amplas e pouco estáveis.

A seguir, para melhor entender esses desafios estruturais, apresentamos as características e contradições do desenho federativo e do sistema político brasileiro.

A - DESENHO FEDERATIVO

O desenho do nosso federalismo possui dois problemas estruturais graves: a) a distribuição das receitas e encargos dos três níveis da federação – União, Estados e Municípios, e b) o desequilíbrio político na representação dos Estados no Congresso.

O primeiro problema – o desequilíbrio entre receitas e encargos – foi obra dos constituintes de 1987/88, que numa reação ao

modelo concentrador vigente durante a ditadura militar, no qual os governos municipais e estaduais viviam de pires na mão mendigando recursos da União, transferiram recursos para Estados e Municípios sem a devida contrapartida em matéria de atribuições.

Assim, ao estabelecer a competência comum dos entes federativos na prestação dos serviços como educação, saúde e habitação, por exemplo, a Constituição de 1988, na prática, transferiu essa responsabilidade para a União, desobrigando os Estados e Municípios de maiores investimentos nesses setores, forçando o governo federal a criar artifícios, como a instituição de tributos provisórios – como foi a extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o aumento por determinado período da Cofins e da alíquota do Imposto Renda – ou a promover manobras fiscais como a DRU - Desvinculação de Receitas da União para custear essas despesas.

O desequilíbrio entre receita e encargos, que reflete negativamente no desempenho da economia, só poderá ser equacionado por meio de uma ampla reforma fiscal, que explicita os pilares da receita e também da despesa, nas quais fiquem claros o rateio de recursos e as responsabilidades de cada ente federativo na manutenção e prestação dos serviços públicos, sob pena de a União continuar se valendo de subterfúgios, como os tributos provisórios, para resolver seus problemas de caixa.

O segundo problema – o desequilíbrio na representação dos Estados no Congresso – decorre, de um lado, do número mínimo e máximo de deputados federais, e, de outro, do fato de cada Estado possuir três senadores com atribuições e competências que extrapolam sua missão de representantes dos Estados, já que podem votar em igualdade de condições com os deputados em matérias de cidadania.

A fixação do mínimo de oito e do máximo de 70 deputados, por unidade da federação, além de contraditório com outro comando da própria Constituição, segundo o qual “os votos devem ter valor igual para todos – art. 14 da CF”, desequilibra a representação popular dos Estados no Congresso, prejudicando aqueles de maior população.

Apenas como ilustração: o voto de um eleitor de Roraima, Estado que tem oito deputados federais e possui apenas 0,2% da população nacional, vale 16 vezes mais que o voto de um eleitor de São Paulo, que tem direito a 70 deputados e concentra 20% do eleitorado nacional. Para que houvesse equilíbrio, Roraima teria direito a apenas um deputado ou, para ter oito, São Paulo deveria ter pelo menos 114.

A regra de três representantes da federação, com os senadores

com mais poderes que os deputados, já que possuem competências privativas sobre questões federativas e o direito de iniciar leis e votar todas as matérias apreciadas pela Câmara, incluindo assuntos de interesse de cidadania, também tem desequilibrado a representação das regiões no Congresso. Além disso, o Senado conta com poderes exclusivos, mas nem sempre percebidos, como os de aprovar importantes autoridades governamentais, tais como: presidente e diretores do Banco Central, diretores das agências reguladoras, embaixadores, ministros de tribunais superiores. Embora eles sejam quase sempre aprovados, isso não quer dizer que o presidente deixe de considerar as preferências dos senadores.

No regime federativo, a representação no Senado tem que ser igual por Estado, independentemente do número de eleitores em cada um deles, e isto não está em questão. Cada Estado tem direito a três senadores. O que se discute é se será conveniente ao país os senadores terem as competências mais amplas que os deputados. Chega-se ao extremo de os senadores de três regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, que reúnem 42% da população, representarem 74% do Senado. Há casos em que a soma dos senadores de Estados que representam 15% da população corresponde à maioria absoluta das cadeiras do Senado, 51%, com potencial de bloquear decisões ou políticas públicas apoiadas pelos representantes de Estados que concentram 85% da população.

O potencial poder de veto desses senadores – em matéria de cidadania – é ilimitado. Assim, para evitar eventual crise de governabilidade, há duas alternativas: rever o desenho federativo, inclusive modificando-se as atribuições dos senadores – e há modelos diferentes do brasileiro em outros países – ou rediscutir o bicameralismo. A atual situação, além de dificultar o processo decisório, pode criar instabilidade no regime democrático.

B - SISTEMA POLÍTICO

O sistema político brasileiro, de dupla legitimidade e com eleições independentes – de um lado o presidente da República sendo eleito pela maioria absoluta dos cidadãos e, de outro, os deputados e senadores, sufragados respectivamente pelos sistemas proporcional e de maioria relativa, ambos com mandatos fixos – combinado com a fragmentação partidária e eventual inexistência de maioria parlamentar do partido do presidente, é uma ameaça potencial ao funcio-

namento do governo, ampliando os custos das decisões políticas.

O presidencialismo, no formato adotado no Brasil, além do personalismo – que cria grandes expectativas porque atribui ao presidente a responsabilidade por tudo, inclusive pelos problemas cuja competência para resolvê-los é dos governos estaduais e municipais –, não prevê instrumentos para lidar com eventual maioria de oposição, nem possui mecanismos para resolver potenciais impasses entre os Poderes Executivo e Legislativo, como no sistema parlamentarista, cujas crises são solucionadas pela destituição do gabinete ou pela dissolução do Congresso.

Pelo modelo brasileiro, ou o presidente da República monta uma ampla e consistente coalizão, o que nem sempre é possível, ou, para aprovar seu programa de governo – independentemente da qualidade e interesse populares pelas políticas públicas propostas –, mobiliza expressivos recursos políticos em negociações com os partidos no Legislativo, sob pena de instaurar uma crise cujo desfecho seria o fechamento do Congresso ou a inviabilidade do governo.

No sistema presidencialista brasileiro, em matéria legislativa, o chefe do Poder Executivo pode propor projetos de lei e emendas à Constituição; possui iniciativa privativa, entre outros, em assuntos orçamentários; dispõe da prerrogativa de pedir urgência para seus projetos; pode editar medida provisória com força de lei; possui líderes com direito a voz no Parlamento, além do poder de veto, total ou parcial, às proposições aprovadas no Congresso; e outras facilidades. Mas nada disto dispensa a participação do Poder Legislativo.

Um Congresso hostil, com uma oposição numericamente expressiva, apesar das prerrogativas do governo, pode criar sérias dificuldades de governança, inclusive pela criação de Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs. Na apreciação de medidas provisórias e projetos de lei, por exemplo, os parlamentares exercem papel fundamental, tanto na votação, quanto na eventual modificação ou mesmo rejeição, podendo até derrubar vetos presidenciais. Já as propostas de emenda à Constituição e os projetos de decretos legislativos – estes utilizados tanto para ratificar tratados internacionais subscritos pelo Brasil quanto para sustar atos governamentais que exorbitem do poder regulamentar, bem como da delegação legislativa –, não comportam nem sequer veto presidencial, cabendo tão-somente ao Congresso a decisão definitiva.

Assim, além da prerrogativa de aprovar, modificar ou rejeitar matérias de iniciativa do governo, os parlamentares possuem vários mecanismos que podem dificultar a tramitação de uma matéria, seja o pedido de vista, seja o destaque para votação em separado (DVS),

exigindo que um aspecto polêmico de uma determinada proposição seja votado separadamente, forçando várias votações sobre um mesmo assunto, inclusive em matérias constitucionais. Esse instrumento legislativo, o DVS², é hoje menos poderoso do que já foi mas, ainda assim, é suficiente para provocar derrotas em questões mais sensíveis.

Governar, nesse contexto, não será uma tarefa fácil, como alguns imaginam. Não bastam legitimidade e vontade política. O processo é muito mais complexo e exige paciência, capacidade de liderança e de diálogo e, sobretudo, tolerância e bom senso no trato com a oposição para não entrar em aventuras que possam comprometer o país e seu povo.

É verdade que estas condições estruturais existem desde 1988. Se até hoje não houve impasse insuperável é porque nem o Supremo Tribunal Federal (STF) nem o Congresso tomaram decisões que pudessem efetivamente colocar em xeque o governo. Até o *impeachment* de Collor foi resolvido sem maiores traumas pela enorme pressão popular, mas não é prudente acreditar apenas na boa vontade e bom senso de titulares dos três poderes e, eventualmente, nos poderes das presidências das Casas e do Colégio de Líderes. É preciso criar outros mecanismos capazes de dissipar e resolver os impasses sem rompimento ou crise institucional insuperável, como já existem nas democracias modernas.

III – RECURSOS DE PODER NA RELAÇÃO COM O CONGRESSO

Como regra, no presidencialismo de coalizão, os governantes utilizam três recursos de poder para formar sua base de apoio no Congresso: compartilhar a gestão, oferecendo participação no governo; liberar recursos do orçamento, por emendas, por convênio ou por liberalidade; e negociar o conteúdo da política pública. Esse padrão, com pequenas variações, tem sido mantido no período democrático, de Sarney a Lula.

O governo Sarney, por exemplo, além de liberar recursos do orçamento, ceder no conteúdo da política pública e entregar cargos aos partidos de sua base, promoveu ampla distribuição de concessões de rádio e televisão como instrumento de cooptação política para evitar o encurtamento de seu mandato.

No período Collor, apesar de o governo também ter feito uso desses recursos, seu tom imperial e desrespeitoso com o Congresso dificultou a montagem de uma base consistente de apoio. Sua falta de

² O DVS – destaque para votação em separado – pode ser simples ou de bancada. No primeiro caso, para ser aceito, depende de aprovação do plenário. No segundo caso, é automático. As bancadas partidárias compostas por 5 a 24 deputados têm direito a um DVS; aquelas integradas por 25 a 49 deputados têm direito a dois DVS's; com 50 a 74 deputados, três DVS's; e acima de 74 deputados, quatro DVS's.

articulação com o Poder Legislativo, especialmente com o PMDB, o partido majoritário da época, desgastou a relação, levando à perda de apoio no Congresso e a sua acelerada deslegitimação, que resultou no impedimento.

A gestão Itamar, quase um governo de união nacional, foi a que menos cedeu em termos de concessões fisiológicas, ainda que tenha sido muito flexível em matéria de conteúdo da política pública. Seu período de governo, apesar de ter coincidido com a CPI dos Anões do Orçamento, em 1993, foi um dos mais tranquilos na relação com o Congresso.

Na era FHC, além desses recursos (distribuição de cargos, conteúdo da política pública e verbas do orçamento), o governo valeu-se de outros instrumentos para viabilizar sua agenda legislativa. Afora o convencimento, a persuasão, o loteamento de cargos entre aliados, fez uso de fechamento de questão, deixando os parlamentares sem alternativa: ou votavam a favor das reformas administrativa, previdenciária e da reeleição, ou perdiam o direito de disputar a reeleição, já que a votação acontecia a menos de um ano da eleição.

A indução – entendida como uma conclusão compatível com as hipóteses que a fundamentam, mas não deduzidas delas – modifica as alternativas dos parlamentares da base para votar determinada política pública. A opção de votar contra ou abster-se passa a ter custos insuportáveis para os parlamentares. Como pelo menos duas dessas reformas (a administrativa e a previdenciária) foram apreciadas a menos de um ano da eleição, o parlamentar da base que votasse em desacordo com a orientação do partido seria expulso da legenda, perdendo a possibilidade de filiar-se a outro partido a tempo de concorrer à reeleição.

Nos governos Lula, além desses instrumentos, o presidente fez questão de envolver os governadores na formulação das reformas de maior impacto e submeter sua agenda ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, uma instância com a participação de importantes atores políticos, econômicos, sociais e culturais do país.

Apesar desse método, as resistências foram enormes. De um lado porque a agenda conflitava com os interesses de importantes segmentos da base social do governo. De outro porque, especialmente no primeiro mandato de Lula, não foi costurada uma base de apoio consistente, envolvendo grandes partidos, como o PMDB.

No governo Dilma, mesmo contando com uma base de apoio bem mais ampla, porém multifacetada, no Congresso, não será diferente.

Talvez até em função disto, a presidente tenha optado por evitar temas polêmicos, como reformas trabalhista, previdenciária ou sindical. Vai se empenhar apenas em mudanças pontuais no ordenamento tributário e político.

O problema, portanto, é estrutural. Em qualquer governo, o risco de o chefe do Poder Executivo continuar dependente ou ficar refém do Congresso, inclusive em bases fisiológicas e clientelísticas, é grande, pelo menos enquanto não houver uma reforma no sistema político (eleitoral e partidário) que dê nitidez ideológica e doutrinária aos partidos.

Assim, para a presidente Dilma manter a governabilidade, além de contar com aliados em postos-chave, como presidências das Casas e lideranças partidárias e do governo, terá que continuar lançando mão daqueles três recursos de poder: dar cargos, liberar recursos e negociar o conteúdo da política pública.

IV – DIMENSÕES DO PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO

No Brasil, o presidente da República exerce, simultaneamente, três papéis: o de líder da Nação, o de Chefe de Estado e o de Chefe de Governo. Os dois primeiros são mais simbólicos. O verdadeiro estadista é aquele que preenche essas três dimensões do cargo e o faz com o espírito republicano.

Os principais atributos de um presidente da República são sua legitimidade e liderança, as duas condições que o habilitam a liderar a Nação, convencendo-a da importância, necessidade e conveniência de suas iniciativas, inclusive daquelas que eventualmente contrariem interesses.

Nesse papel, de caráter mais simbólico do que prático, o presidente deve ser percebido como exemplo na defesa e no respeito à Constituição, na condução da ordem interna e na promoção da paz social entre os cidadãos, bem como na defesa da soberania nacional e no zelo pela defesa do Estado Democrático de Direito.

A presidente Dilma, neste quesito, ainda está em processo de construção, mas vem se saindo bem. É natural que seja assim, inclusive porque seu apoio político é, em grande medida, derivado de seu antecessor, uma das lideranças mais carismáticas do país. A classe média, a mídia e a população, de um modo geral, têm apoiado seu estilo de governo.

Já o papel de Chefe de Estado – cuja principal missão é bem representar o país e o povo perante governos estrangeiros e organis-

mos internacionais – tem como pressupostos a autoestima, a confiança no país e a defesa de sua inserção soberana no mundo globalizado, inclusive para efeito de disputa de mercados.

Presidentes subservientes, com síndrome de “vira-lata” ou sem *pedigree*, são uma tragédia para o reconhecimento e a valorização do Brasil, porque se preocupam mais em reconhecer os méritos dos outros países do que defender e valorizar o seu.

No exercício dessa função, o presidente também se constitui em comandante chefe das Forças Armadas, tanto para a defesa da integridade do território e da soberania nacional, quanto para auxiliar outros países em missões humanitárias.

Na dimensão de Chefe de Estado, a presidente passou bem nos primeiros testes: na visita de Obama, presidente dos Estados Unidos, ao Brasil; e nas viagens de Dilma à Argentina, Portugal e à China. Foi exemplar ao exigir disciplina e respeito dos militares, proibindo qualquer manifestação em comemoração ao dia 31 de março (data de instalação do regime autoritário no Brasil) nos quartéis das três forças, no que foi integralmente obedecida.

O papel de Chefe de Governo, entretanto, é o que exige mais tempo do presidente. Sob este aspecto, a ele compete exercer a direção superior da administração federal, definir as políticas públicas prioritárias, conduzir a organização e o funcionamento do governo, promover a sanção, promulgação e publicação das leis, bem como expedir os decretos e regulamentos, entre outras atribuições relevantes.

Nesse quesito, a presidente Dilma é quase imbatível: sabe dar ordens e cobrar resultados; é dedicada e exige dedicação da equipe; conhece como poucos a máquina pública em suas virtudes e vícios; e, principalmente, gosta de trabalhar, chegando a dar 12 horas de expediente diariamente.

O presidente da República, na dimensão de Chefe de Governo, entretanto, deve focar-se mais na definição de prioridades e na cobrança de resultados do que na condução pessoal dos assuntos, sob pena de excessiva centralização e atraso na tomada de decisão, além de deixar em segundo plano as outras dimensões do presidencialismo, que são indispensáveis à legitimação da autoridade.

Presidentes que se fecham na gestão, com pouco contato com o povo e com os setores organizados, e sem uma agenda internacional robusta, não sobrevivem em ambiente de crise. Podem até ser respeitados ou temidos, mas não resistem às adversidades, que são muito comuns nos regimes democráticos.

Nesse diapasão, a presidente Dilma Rousseff precisa mais do que nunca ficar atenta a este aspecto, dando às dimensões de Líder da Nação e de Chefe de Estado a mesma prioridade que tem dado à de Chefe de Governo, na qual tem sido elogiada por todos, inclusive por alguns setores da oposição partidária e midiática.

Registre-se, por oportuno, que a presidente Dilma só preencherá plenamente os requisitos de Líder da Nação se realizar uma transformação fundamental da sua imagem, vinculando-a a um governo propositivo, de envolvimento com uma agenda de continuidade dos avanços e de ampliação dos direitos de cidadania dos brasileiros. Para desvincular-se da imagem de mera gerente ou executiva, precisa usar os recursos midiáticos e simbólicos e, principalmente, aproveitar a trégua da oposição e as portas abertas em início de governo.

V – PADRÃO DE DECISÃO GOVERNAMENTAL E RECRUTAMENTO DE PESSOAS

A tomada de decisão no governo – em qualquer governo democrático – segue um rito cujo desfecho pode resultar: a) de “concertação” intragovernamental, em que todos cedem para viabilizar o consenso; b) de aferição ou votação, em que prevalece a opinião da maioria; ou, c) em situação de impasse, que exige arbitramento da autoridade superior.

Assim, nem sempre as decisões refletem o pensamento individual do encarregado de sua formulação ou mesmo de sua comunicação à sociedade. São produto do pensamento médio ou do arbitramento presidencial, e isso invariavelmente favorece ou contraria interesses no interior do governo.

Esse padrão de decisão governamental, como regra, possui duas dimensões: a política e a técnica, que são lideradas respectivamente por ocupantes de cargos políticos e técnicos.

Os ocupantes de cargos políticos, cujas funções são legitimar, sustentar e defender a agenda de governo, falam para fora da administração.

Os ocupantes de cargos técnicos, conhecedores dos ritos e normas da administração pública, falam para dentro, harmonizando os atos governamentais com as diretrizes de governo, formulando, implementando e fiscalizando a aplicação das políticas públicas.

O recrutamento dos ocupantes desses cargos, em geral, segue um padrão.

Os titulares de cargos políticos (ministros de estado ou chefe de órgãos da Presidência da República) são majoritariamente recrutados fora da administração pública por indicação dos partidos da base.

Os ocupantes de cargos da alta administração, como os de natureza especial e os do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS) de 5 e 6 (secretários-executivos, subchefes da Presidência da República, chefes de gabinete, secretários, diretores de departamentos, presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, agências governamentais e fundações), estão divididos entre pessoas de fora e servidores de carreira, prevalecendo os de fora.

Já os ocupantes de cargos de média gerência, com DAS 4 para baixo (gerentes, coordenadores-gerais, coordenadores e chefes de divisões e de seções) são preferencialmente servidores de carreira.

Comparando os governos Lula e Dilma neste quesito, não há dúvida de que no governo Lula, no início do primeiro mandato, houve expressiva participação em posto de mando de pessoas de fora da administração. Até em escalões intermediários (DAS 3 e 4), logo abaixo da alta direção (cargo de natureza especial e DAS 5 e 6), Lula colocou pessoas alheias à administração pública e com pouca ou nenhuma experiência anterior no serviço público, que foram recrutadas nos movimentos sociais, notadamente no sindical.

Isto, entretanto, foi visto como uma inovação positiva, inclusive para refinar os critérios para futuros servidores de livre provimento. Os comissionados que tiveram bom desempenho foram mantidos e os que não deram conta do recado foram substituídos, em sua maioria. Dilma já começa sem necessidade desse tipo de experiência, até porque os quadros que foram mantidos demonstraram competência.

No governo Dilma, portanto, está sendo e será cada vez mais diferente. Parece fora de dúvida que a presidente possui um perfil mais gerencial, mais técnico, fato que reforça suas orientações quanto a uma maior valorização da meritocracia na ocupação de cargos de confiança, inclusive nos indicados pelos partidos para a alta administração e média gerência.

Assim, a tendência é que os cargos de alta direção sejam ocupados com base no critério do mérito, abstraindo-se, num primeiro momento, se seus ocupantes serão de carreira ou se recrutados no mercado, nas universidades, na sociedade organizada ou entre personalidades da vida científica ou cultural. Já os cargos intermediários e de média gerência serão majoritariamente ocupados por servidores

de carreira, assim como o foram no governo Lula, porém com uma amplitude maior agora.

É natural que os cargos políticos - especialmente ministros de Estado e presidentes de entidades - sejam majoritariamente preenchidos por pessoas de fora da administração pública e indicadas pelos partidos, enquanto os intermediadores e de execução (DAS-4 para baixo) sejam esmagadoramente ocupados por funcionários de carreira.

É legítimo que os partidos e grupos políticos e sociais que ajudam a eleger também ajudem a governar, porém com quadros que preencham os requisitos éticos e de qualificação para os postos que pretendam ou sejam chamados a ocupar.

Essa mudança de orientação em relação ao governo Lula, no que diz respeito à composição dos cargos de alta administração e, principalmente, da média gerência da administração pública, terá repercussão na participação e capacidade de influência dos movimentos sociais, especialmente do sindical, nas decisões de governo e, principalmente, na execução de políticas públicas.

A opção preferencial tem sido pelos partidos, a julgar pelas indicações para cargos intermediários na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no Ministério da Cultura, no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, que reduziram a participação de quadros oriundos do movimento sociais, ambientais, culturais, de mulheres ou feministas.

A consequência natural é que a participação e a influência dos movimentos sociais, como integrante do grupo direto de gestão, será menor por força da redução dos cargos ocupados por estes segmentos, mas os espaços e canais de mediação e interlocução poderão ser ampliados.

Com isso, o normal seria que os servidores de carreira assumissem mais postos na alta administração, na média gerência, e em parcela importante da alta direção, o que seria um estímulo à qualificação e à profissionalização da máquina pública.

Entretanto, isto não será verdade em todo o governo. Em algumas Pastas está se cristalizando uma postura “anti-burocrática” preocupante, que vê adversários nos quadros de carreira, como se o grande valor fosse nomear amigos e aliados políticos para cargos de todos os níveis, em vez de prestigiar servidores altamente qualificados, com experiência comprovada, fruto, na maioria das vezes, de admissão por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Na prática, há um caminho tortuoso ou de difícil equacionamen-

to pois, se o governo Dilma associa competência – sentido de saber, habilidade e atitude – e sucesso, esse aspecto não era considerado firmemente relevante pelo antecessor, tampouco pelos partidos políticos em suas indicações.

VI – CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA EQUIPE E NÚCLEO ESTRUTURANTE DO GOVERNO

A presidente Dilma Rousseff, na formação de sua equipe no primeiro escalão, foi constrangida por duas circunstâncias, que dificultaram a formação de um time em plena sintonia com sua visão e perfil.

A primeira foi o constrangimento de não poder recusar algumas indicações de Lula, a quem, literalmente, deve sua ascensão ao governo e sua eleição presidencial. Ministros foram mantidos no governo por pedido do ex-presidente, com quem Dilma contraiu uma grande dívida de gratidão.

A título de ilustração, basta dizer que pelo menos 14 dos 38 ministros de Dilma participaram do primeiro escalão nas gestões de Lula. Destes, nove foram mantidos nas mesmas Pastas (Guido Mantega/Fazenda, Orlando Silva/Espportes, Fernando Haddad/Educação, Carlos Lupi/Trabalho, Nelson Jobim/Defesa, Wagner Rossi/Agricultura, Luís Inácio Adams/AGU, Jorge Hage/CGU e Izabella Teixeira/Meio Ambiente), dois trocaram de Ministérios (Paulo Bernardo, do Planejamento para Comunicações e Alexandre Padilha, de Relações Institucionais para Saúde) e três retornaram ao governo (Antônio Palocci/Casa Civil, Edison Lobão/Minas e Energia e Alfredo Nascimento/Transportes). Também fizeram parte do governo Lula, ainda que no 2º escalão, os novos ministros Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral, Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social, e Miriam Belchior, do Planejamento.

A segunda decorreu dos acordos feitos ao longo da campanha, tanto com seu próprio partido, quanto com as demais legendas da base de sustentação em relação aos cargos de natureza política, com *status* de ministro de Estado.

Além desses constrangimentos, o governo também decidiu que não haveria vetos para os postos políticos, cabendo aos partidos a responsabilidade pelas indicações, embora para os cargos de alta direção, logo abaixo dos cargos políticos, o domínio sobre a Pasta ou sobre o tema conduzido pelo órgão seria requisito para a nomeação.

Para contornar alguns desses constrangimentos, a presidente adotou quatro critérios básicos que têm ajudado a reduzir os problemas

na condução do governo: a) ampliar a participação feminina no governo, b) destinar os postos-chave aos seus coordenadores de campanha; c) indicar pessoas de sua confiança para postos estratégicos nas Pastas cujos ministros foram impostos ou herdados; e d) concentrar as indicações ou apadrinhamentos a setores específicos dos partidos da base.

Com a ampliação da presença feminina, a presidente: a) acomodou boa parte das correntes mais à esquerda do espectro político do PT (“Movimento PT”, com Maria do Rosário, e “Articulação de Esquerda”, com Iriny Lopes) e b) prestigiou as mulheres que tiveram bom desempenho no governo anterior (Miriam Belchior e Tereza Campelo), além de ter convocado uma cantora para o Ministério da Cultura (Anna de Holanda) e ter nomeado sua assessora de imprensa na campanha, Helena Chagas, para o cargo de ministra da Comunicação Social.

Nesse processo, reservou para seus coordenadores de campanha – Antônio Palocci e José Eduardo Cardozo – a Casa Civil e o Ministério da Justiça. O primeiro negocia as nomeações de todas as autoridades do Poder Executivo e faz a compatibilização das políticas públicas às diretrizes de governo, e o segundo realiza as indicações dos magistrados para os tribunais superiores, além de cuidar da Polícia Federal.

Completando o controle sobre os postos-chave, a presidente indicou pessoas que trabalharam com ela na elaboração e implementação dos Planos de Aceleração do Crescimento I e II e, portanto, de sua absoluta confiança, para cargos estratégicos respectivamente nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

No caso do Planejamento, a escolhida foi Miriam Belchior, que foi subchefe na Casa Civil, na Subchefia de Articulação e Monitoramento, e cuidou, entre outras prioridades do governo, do PAC e do programa Minha Casa, Minha Vida. No Ministério da Fazenda, ainda que tenha mantido Guido Mantega, escalou, para a Secretaria Executiva, Nelson Barbosa, ex-secretário da Política Econômica da Fazenda, técnico que ajudou na formulação do PAC e do marco regulatório do Pré-Sal, e que goza da confiança e relação pessoal da presidente.

Esses dois grupos – coordenadores de campanha e técnicos de confiança da presidente – constituem o núcleo estruturante do governo, que responde pela coordenação de governo, pela junta orçamentária, pela Polícia Federal, pela Receita Federal, pelas áreas de pessoal e orçamento, entre outros setores estratégicos do governo.

Entre os ministros com missão estruturante, além de Palocci na Casa Civil e José Eduardo Cardozo na Justiça, estão a ministra do Pla-

nejamento, Miriam Belchior, que controla os programas de infraestrutura do governo, o orçamento e a folha de pessoal; e o ministro da Fazenda, Guido Mantega – por intermédio do secretário-executivo, Nelson Barbosa – que integra a junta orçamentária e cuida da política fiscal do governo.

Estão também neste plano, com missões de suporte à logística e à infraestrutura do país, os ministros petistas: Fernando Pimentel, que cuidará da proteção e do fortalecimento da indústria nacional; Paulo Bernardo, responsável pela universalização do acesso à internet (banda larga); e Aloizio Mercadante, que responderá pelos investimentos em inovação tecnológica.

Além do núcleo estruturante, também são conselheiros da presidente Dilma em matéria econômica e fiscal, com cargo no governo: o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luciano Coutinho.

A concentração de indicações ou apadrinhamentos facilita a cobrança de resultados e o nível de comprometimento do partido com as ações e decisões de governo. No caso do PT, foi a corrente CNB – Construindo um Novo Brasil, que indicou a maioria dos ministros petistas. No caso do PMDB, as indicações são de responsabilidade de José Sarney, de Renan Calheiros e de Michel Temer, respectivamente presidente do Senado, líder do partido no Senado e vice-presidente da República.

O mesmo padrão valeu para o PR, que escolheu o próprio presidente do partido, Alfredo Nascimento, para ocupar o Ministério dos Transportes; valeu para o PDT, que também indicou seu presidente, Carlos Lupi, para o Ministério do Trabalho; assim como para o PP, que indicou seu ex-líder na Câmara, Mário Negromonte, para o Ministério das Cidades.

Esse arranjo, entretanto, não impedirá mudanças, que poderão acontecer ainda por volta do fim do primeiro ano de mandato.

Para contornar os constrangimentos iniciais e organizar minimamente as ações dos Ministérios, além dos critérios mencionados, a presidente dividiu o seu governo em coordenações temáticas, sobre as quais apresentamos as informações a seguir.

VII - COORDENADORES TEMÁTICOS DO GOVERNO DILMA

Com o propósito de dar maior racionalidade à gestão, a presidente Dilma dividiu o governo em quatro grandes áreas e designou os ministros das Pastas mais pertinentes para promover a coordenação e cobrança de resultados dos demais Ministérios envolvidos direta ou transversalmente com esses grupos temáticos.

Nesse sentido, as quatro áreas são as seguintes: 1ª) Erradicação da Miséria, cuja coordenação será feita pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campelo; 2ª) Desenvolvimento Econômico, que será supervisionada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega; 3ª) Infraestrutura e PAC, de responsabilidade da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; e 4ª) direitos à Cidadania, que será coordenada pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Os coordenadores das grandes áreas, que ganham *status* de supervisores dos Ministérios setoriais, além de convocarem e presidirem reuniões com seus colegas que atuam nessas áreas, serão recebidos pela presidente com maior frequência, inclusive para efeito de prestação de contas do andamento das ações em curso nesses campos temáticos.

A medida ajuda a organizar o governo e, principalmente, a administrar o bem mais precioso de um presidente da República, que é o seu tempo. A título de exemplo, se a presidente tiver que despachar com quase 40 ministros em reuniões individuais freqüentes, seu tempo será consumido só por esses compromissos.

Esse novo arranjo, entretanto, não retira a condição de Ministérios Sistêmicos do Planejamento e da Fazenda, nem da Casa Civil, que continuam exercendo a coordenação-geral do governo e fazendo parte da junta orçamentária. A Casa Civil, braço operacional da Presidência da República, também responde pela compatibilização com as diretrizes de governo de todos os atos legais ou formais submetidos à assinatura da presidente da República.

A lógica “do fazer mais com menos” ainda vai apresentar muita surpresa no campo gerencial e de organização da máquina pública, inclusive por causa de parcerias com organizações privadas e da sociedade civil, bem como com a criação de empresas ou fundações para descentralizar determinadas ações de governo, especialmente nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, turismo, comunicação, ciência e tecnologia, entre outras.

Boa parte desse desenho sairá de fóruns e instâncias que serão organizados no governo, inclusive com a participação de representantes da sociedade, para aumentar a eficiência da máquina pública, na linguagem oficial.

Um das opções para compensar eventual ausência de carisma da presidente seria a ampliação dos fóruns e espaços de participação e controle social, o que contribuiria muito para legitimar e fidelizar o compromisso com as diretrizes de políticas públicas debatidas ou forçadas nessas instâncias.

VIII - PERFIL POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DA EQUIPE

O Ministério no governo Dilma é experiente, conta com forte presença feminina e é bastante eclético, tanto do ponto de vista ideológico, reunindo gente de esquerda ao centro-direita, quanto do ponto de vista de formação. Sua composição será analisada profissional, geográfica, política e partidariamente, além do aspecto de gênero.

Profissionalmente, a composição é bastante diversificada. Prepondera a presença de profissionais liberais, conforme gráfico a seguir.



Com raríssimas exceções, é um Ministério muito experiente administrativa e politicamente. Dos 38 ocupantes de cargos políticos, com *status* de ministro de Estado, 14 já foram ministros no governo Lula, além de quatro que ocuparam cargos de alta direção, inclusive o ex-chefe de gabinete do ex-presidente Lula.

Entre os ministros, nove são parlamentares com mandatos, sendo três senadores (Edison Lobão, Alfredo Nascimento e Garibaldi Alves Filho) e seis deputados (Afonso Florence, Iriny Lopes, Luiz Sérgio, Maria do Rosário, Mário Negromonte e Pedro Novaes), e 11 já exerceram mandatos federais (Antônio Palocci, Jorge Hage, Wagner Rossi, Nelson Jobim, Fernando Bezerra Coelho, José Eduardo Cardozo, Paulo Bernardo, Carlos Lupi, Moreira Franco, Ideli Salvatti e Aloizio Mercadante), sendo os dois últimos na legislatura passada.

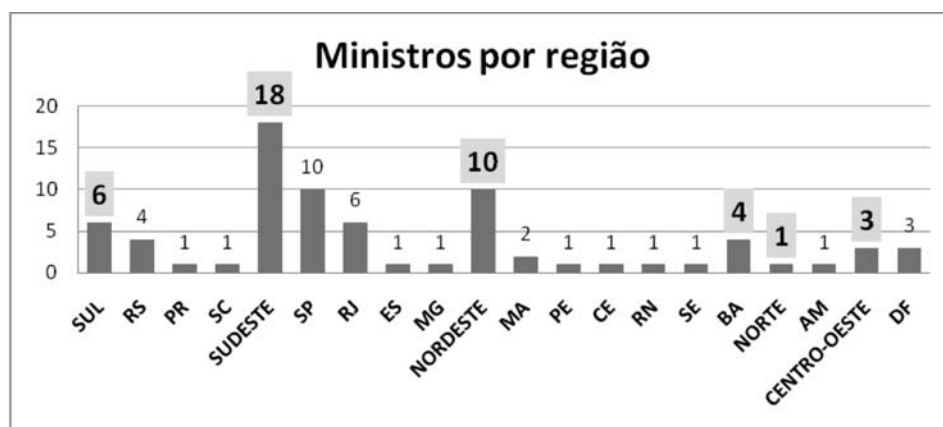
Sob o aspecto de gênero, além da presidente da República, este é o governo com a maior presença feminina na história do Brasil. São nove ministras, o que corresponde à metade de todas as mulheres nomeadas para o primeiro escalão do governo federal desde a proclamação da República. Realmente, ao longo dos 123 anos de República, somente 18 mulheres ocuparam postos de ministra de Estado antes do governo Dilma, e 11 delas foram nomeadas nos dois mandatos do ex-presidente Lula.

Regionalmente, adotando-se o critério de nascimento, a região Sudeste possui 18 representantes no Ministério; seguida do Nordeste, com 12; do Sul, com seis; e do Centro-Oeste, com um. Há, entre os ministros, um que nasceu na Itália.

O melhor critério, entretanto, é aquele que considera a atuação política e profissional dos ministros.

Nesse aspecto, a região Sudeste mantém 18 assentos no Ministério, dez dos quais oriundos de São Paulo; a região Nordeste continua em segundo lugar, porém com dez representantes; seguidas da Sul, que continua com seis, quatro dos quais no Rio Grande do Sul; do Centro-Oeste, com três, todos do DF; e da Norte (AM), com um representante.

Utilizando-se o critério de atuação política e profissional, todas as regiões estão representadas, mas, nas duas hipóteses, a região Sudeste está hiper-representada, quase a metade do total de ministros, conforme tabela abaixo:



A matriz de recrutamento, com as condicionalidades já mencionadas, prestigiou a representação política e subestimou a presença do setor empresarial, da academia e do movimento sindical.

São poucos empresários e nenhum deles foi escolhido por sua experiência na iniciativa privada, mas por imperativo ou indicação partidária. Possuem atividades empresariais Mário Negromonte, do Ministério das Cidades; Fernando Bezerra Coelho, do Ministério da Integração Nacional; Edison Lobão, do Ministério de Minas e Energia; e Wagner Rossi, do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

O mesmo raciocínio valeu para a academia. Poderiam ser classificados como de origem acadêmica os ministros da Fazenda, Guido Mantega; da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; e da Educação, Fernando Haddad. Nenhum deles, entretanto, chegou ao governo por sua experiência acadêmica, e sim por indicação política.

A presença sindical, igualmente, perdeu espaço. Os ministros que têm origem sindical não fazem parte do Ministério por sua expertise de organização, mobilização e negociação política, mas sim pela experiência política e administrativa. Já pertenceram ao movimento sindical os ministros da Casa Civil, Antônio Palocci; da Secretaria de Relações Institucionais, Luiz Sérgio; das Comunicações, Paulo Bernardo; e da Pesca, Ideli Salvatti.

O Ministério, do ponto de vista partidário, é hegemonizado pelo PT, que ocupa quase metade das Pastas, entre as quais estão todas as consideradas estratégicas, sob o ponto de vista da condução do governo. Para uma melhor visualização, veja quadro com os ministros e correntes internas no PT:

Cargo	Nome	Corrente
Casa Civil	Antônio Palocci	CNB*
Secretaria-Geral da Presidência	Gilberto Carvalho	CNB
Fazenda	Guido Mantega	CNB
Planejamento	Miriam Belchior	CNB
Saúde	Alexandre Padilha	CNB
Desenvolvimento Social	Tereza Campello	CNB (ligada)
Comunicações	Paulo Bernardo	CNB
Igualdade Racial	Luiza Bairos	CNB (ligada)
Pesca	Ideli Salvatti	CNB
Ciência e Tecnologia	Aloizio Mercadante	CNB
Relações Institucionais	Luiz Sérgio	CNB
Justiça	José Eduardo Cardozo	Mensagem ao Partido
Educação	Fernando Haddad	Mensagem ao Partido
Mulheres	Iriny Lopes	Articulação de Esquerda
Desenvolvimento Agrário	Afonso Florence	Democracia Socialista
Direitos Humanos	Maria do Rosário	Movimento PT
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Fernando Pimentel	Independente

**Corrente Política "Construindo um Novo Brasil", que também é hegemônica no PT*

O PMDB, que indicou o vice-presidente da República, Michel Temer, é a segunda força no interior do governo. Possui seis ministros formalmente vinculados ao partido: o da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco; o da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; o de Minas e Energia, Edison Lobão; o da Defesa, Nelson Jobim; o da Agricultura e Abastecimento, Wagner Rossi; e o do Turismo, Pedro Novais.

O PSB, em número de Pastas, é a terceira força política no governo. Ocupa a Secretaria Especial de Portos, com José Leônidas Cristino, e o Ministério da Integração Nacional, com Fernando Bezerra Coelho. Com apenas um Ministério estão o PCdoB, com Esportes; o PDT, com Trabalho; o PP, com Cidades; e o PR, com Transportes.

As demais Pastas ou estão ocupadas por quota pessoal da presidente ou por perfil eminentemente técnico de seus titulares.

No primeiro caso, estão a Secretaria de Comunicação Social; o Ministério das Relações Exteriores; o Gabinete de Segurança Institucional e o Ministério da Cultura.

Na segunda hipótese, estão a Advocacia-Geral da União; a Controladoria-Geral da União; a presidência do Banco Central; o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Aviação Civil.

Comparando com os dois governos do ex-presidente Lula, especialmente em relação ao segundo mandato, as diferenças de participação dos partidos não são muito grandes, conforme gráfico abaixo:



Por último, algumas características da nova equipe que a diferenciam da equipe do governo Lula. A primeira é que o ex-presidente governou com iguais. Seus ministros eram seus companheiros e falavam com ele de igual para igual, inclusive com liberdade para contestá-lo. No governo Dilma, a relação é hierarquizada. Há chefe e subordinados.

Isto tem vantagem e desvantagem nas duas situações. No primeiro caso, a principal vantagem seria o livre acesso e a liberdade para propor e sugerir mudanças necessárias ou urgentes, ainda que conflitassem com as diretrizes originais do governo. E a desvantagem seria a eventual condescendência do presidente com falhas de seus auxiliares em razão da amizade e proximidade.

No segundo caso, a principal vantagem seria a unidade de comando do governo, com a presidente agindo de modo impessoal em relação a qualquer falha ou desvio. A desvantagem é que certamente os ministros teriam dificuldade de contestar a presidente ou mesmo propor-lhe medidas que, a despeito de urgentes e necessárias, contrariassem os rumos por ela definidos.

Quem trabalhou pessoalmente com a presidente no período em que esteve à frente das Pastas de Minas e Energia e Casa Civil conhece bem o estilo dela, que cobra perfeição e resultados. Isso, se ainda persistir, precisa mudar na presidente, sob pena de o governo ficar “apagando incêndio” em questões que poderiam ser facilmente resolvidas se levadas a tempo à presidente.

Outra característica, esta comum aos dois presidentes, é que ambos – Lula e Dilma – são centralizadores. O fato de Lula ser mais midiático deixava a impressão de que não decidia e apenas anunciava as decisões de seus auxiliares. Mas isto não reflete a verdade. Ele, por intuição ou por conhecimento da realidade popular, tinha orientação para quase tudo no governo. Não adiantava vir com argumento “engana presidente”, expressão cunhada por Lula, que ele pegava as contradições, principalmente em relação a números e também em relação à economia de modo geral.

O método de decisão é que os diferencia. Dilma se convence com argumentos técnicos de quem entende do assunto e decide rápido quando o tema lhe chega à mesa. Lula só decidia depois de ouvir os vários segmentos interessados no assunto. Ele precisava de mais contraditório, de ouvir pessoas que poderiam não entender tanto do tema, mas que tinham envolvimento com o assunto ou seriam impactadas por ele.

Consta que várias vezes, quando um assunto já estava maduro no âmbito do governo, depois de ser coordenado pela Casa Civil, Lula determinava que fosse ouvido o movimento sindical ou outros movimentos populares (sem teto, direitos humanos, pequenos produtores, sem terra, movimento dos atingidos por barragens etc.).

O fato é que tanto Lula quanto Dilma decidem e cobram resultados, mas ele era mais tolerante com eventuais ineficiências, enquanto ela é implacável.

IX - MOVIMENTO SINDICAL: O QUE ESPERAR DO GOVERNO DILMA

O movimento sindical, especialmente as centrais sindicais, passará por um grande teste no governo da presidente Dilma Rousseff, tanto na forma de relacionamento, que tende a ser mais formal e institucional, quanto no tratamento a ser dado aos trabalhadores do setor privado e da área pública, com maiores problemas em relação a estes últimos.

A forma de relacionamento – ainda que as instâncias de participação e canais de diálogos permaneçam abertas, e a Secretaria-Geral da Presidência da República continue como principal interlocutora dos movimentos sociais, inclusive o sindical – será diferente em vários aspectos da praticada durante o governo Lula.

O primeiro aspecto a registrar é que o acesso à presidente da República será bem menos freqüente e mais formal do que foi no governo Lula.

O segundo ponto a chamar atenção é que os pleitos terão que ser muito bem fundamentados, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais, quanto econômicos e orçamentários.

O terceiro aspecto é que os debates e negociações com vistas à formulação de políticas públicas no mundo do trabalho (setor público e privado) serão sempre mediados pelo Parlamento ou pela Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão encarregado da interlocução com os movimentos sociais³.

A interlocução com os sindicatos passa por relativo estreitamento de portas, e isso pode ser também fruto do conflito entre os sindicatos, que, por definição, são demandantes, e o estilo da presidente Dilma, disposta a decidir e a fazer mais do que efetivamente a ouvir.

A relação do governo com os movimentos sociais que se manifestam tem tido oscilação pendular. A primeira mensagem para os sindicatos, especialmente dos servidores públicos, foi para que não pedissem tanto, reduzissem pretensões e soubessem que seria um governo de austeridade nos gastos. Em outra mensagem, após duas manifestações públicas de servidores, o governo acertadamente propôs-se a organizar as conversas.

A dependência do prestígio popular existe para todos os governantes, ainda que, por óbvio, nada declarem. A presidente Dilma, nesse quesito, está imbatível. A sensibilidade do governo será requerida para avaliar e separar as pressões que possam ser atendidas daquelas que devam ser rejeitadas. Isso será uma dificuldade constante, até porque é conjuntural e não planejada. No momento, a tendência é de dar algum encaminhamento quando a pressão adquire alguma notoriedade.

Quanto aos trabalhadores do setor privado, o cenário é de relativa tranquilidade, seja porque a economia tende a continuar crescendo e gerando emprego, seja porque não existe no horizonte qualquer risco de retrocesso nas relações de trabalho, como supressão ou flexibilização de direitos. Até mesmo na questão da previdência, se houver reforma, será para as próximas gerações, para trabalhadores ou servidores públicos que ingressarem no mercado de trabalho após a alteração constitucional.

A tendência é que o governo, ainda que parcialmente, atenda ou dê apoio a algumas reivindicações dos trabalhadores do setor privado, como a flexibilização do fator previdenciário, a constitucionalização da licença-maternidade de seis meses, a punição exemplar de empregadores que praticam trabalho escravo ou análogo, a ampliação da estabilidade do dirigente sindical, entre outros.

³ Há quem diga que o governo Dilma tenderá a valorizar os movimentos sociais, devolvendo a estes o papel de "mobilização das massas", em contraposição ao governo Lula. Segundo esse raciocínio, Lula teria contribuído para o esvaziamento dos movimentos sociais pela cooptação de seus quadros de direção para ocupar postos no governo.

O exemplo do salário mínimo fugiu à regra geral. O governo, que já tinha um acordo assinado com as centrais sindicais sobre o tema, preferiu não reabrir as negociações e utilizar aquela votação como efeito de demonstração, passando para a sociedade e o mercado a percepção de unidade e controle sobre sua base política e parlamentar, além da idéia de que as políticas de combate à inflação e de austeridade fiscal seriam levadas a sério.

Poderá, igualmente, ser classificado como exceção à regra o caso de correção da tabela do Imposto de Renda, que o governo decidiu fixar por medida provisória no percentual de 4,5%. A alegação é de que já teria sido negociada a correção, mas o percentual seria igual à meta de inflação.

De outro lado, já chamam atenção algumas greves neste início de mandato, com a característica de não terem articulação entre si, e de não estarem sob comando das lideranças sindicais e organizações mais tradicionais. Essas greves requerem acompanhamento, pois, enquanto forem fatos isolados e vinculados a questões pontuais e específicas entre dirigentes de empresas e trabalhadores, não devem envolver o governo. Mas, caso se caracterizem como um ressurgimento de movimento social, aliado a um esgotamento das lideranças sindicais atuais, as implicações poderão se transbordar para o governo e para os processos eleitorais.

Já em relação aos servidores federais dos três poderes, mesmo mantida a mesa permanente de negociação, o potencial de conflito é enorme, por força do ajuste e do choque de gestão em curso na administração pública.

O primeiro ponto potencial de conflito está relacionado com a não previsão de reajuste no salário dos servidores em 2011. Só haverá atualização para aqueles que já têm lei aprovada com parcela a receber ou aqueles cujos projetos estabelecendo algum tipo de benefício tenham sido enviados ao Congresso até 31 de agosto de 2010.

O segundo ponto de conflito diz respeito aos cortes setoriais anunciados, com reflexo sobre os investimentos e, principalmente, sobre custeio, como a suspensão de concursos e até o adiamento da admissão de pessoas já concursadas.

O terceiro ponto de conflito anunciado será a eventual prioridade do governo aos projetos elaborados e enviados ao Congresso durante o PAC-1, como o PLP 1/07, que restringe a despesa com pessoal; o PL 1.992/07, que trata da previdência complementar do servidor; e o PLP 92/07, sobre fundações estatais.

Se, eventualmente, for incluído entre as prioridades do Poder Executivo o projeto que autoriza a dispensa por insuficiência de desempenho na União, Estados e Municípios, PLP 248/98, a guerra entre servidores e governo estará instalada.

É verdade que existem outros pontos de interesse dos servidores, como a regulamentação da negociação coletiva, o direito de greve, a instituição da aposentadoria especial do servidor ou até a revisão de critérios para aposentadoria por invalidez, mas que dificilmente compensarão o desgaste da eventual aprovação de projetos já listados.

Alguém pode imaginar que, em todo início de governo, sempre há anúncios de cortes e contenção de despesas, assim como propostas de mudanças na gestão, mas nunca são levados a efeito. Podem pegar como exemplo o governo Lula, que fez uma dura reforma da previdência, contudo, depois fez grandes concessões aos servidores.

O governo Dilma não será igual ao governo Lula nas questões de gestão nem na relação com os servidores. O ex-presidente só recebeu apoio, de modo incondicional, dos movimentos sociais na crise de 2005, o que o motivou a mudar sua política em relação a muitos setores, inclusive no que se refere aos servidores públicos.

Outro elemento que poderá ter reflexos sobre os servidores, e que parece se consolidar no governo, é a convicção de que para reduzir as desigualdades, especialmente mediante o Bolsa Família e outras ações de combate à miséria, bem como para deter o risco de retorno da inflação, será necessário conter o gasto público e impor perda a setores da máquina pública. E quando isto acontece, a variável de ajuste tem sido sempre as despesas, diretas ou indiretas, com o funcionalismo.

Se o movimento sindical não criar canais de interlocução e der força aos integrantes do governo que defendam os servidores nas disputas internas, a relação entre servidores e governo será difícil e até hostil, especialmente se os projetos elaborados no PAC-1 sobre o funcionalismo forem incluídos entre as prioridades legislativas do governo.

Ressalte-se que durante o governo Lula as representações dos servidores públicos adquiriram importância a partir da organização junto as suas bases de modo consistente. O diálogo contínuo daquele período com os instrumentos de negociação no âmbito da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MPOG gerou expectativas naturais quanto ao novo governo, tendo muitas entidades se engajado na eleição da presidente Dilma e contando com a continuidade das políticas de fortalecimento e valorização do serviço público. É fundamental, portanto, que haja, por parte do atual governo, abertura de canais de relacionamento com as entidades de servidores.

X – Novo CONGRESSO E A BASE PARLAMENTAR DO GOVERNO

O Congresso que emergiu das urnas, renovado em aproximadamente 45% (Câmara, 43,86% e Senado, 45,68%), registrou importantes mudanças no perfil socioeconômico e no tamanho das bancadas, tanto na Câmara quanto no Senado. A nova composição, além de mais coesa, é mais governista que a da legislatura anterior.

O crescimento dos partidos da base de sustentação do governo e a redução das bancadas de oposição foram expressivas nas duas Casas do Congresso. A presidente Dilma conta com apoio consistente para aprovar sua agenda de reformas, inclusive em nível constitucional.

Na Câmara – cuja presidência ficou com o PT, a maior bancada da Casa – os partidos governistas somam 402 deputados, sendo 351 de partidos que fizeram parte da aliança eleitoral de Dilma e 51 de legendas que, tendo ficado independentes ou participado de outra coligação, passaram a integrar a coalizão de apoio. A oposição elegeu apenas 111 deputados, incluindo as bancadas do PSDB, DEM, PPS e PSol, e decresceu em relação a pleitos anteriores, conforme tabela a seguir.

Partido	Bancada eleita em 2002	Bancada eleita em 2006	Eleitos em 2010
PT	91	83	88
PMDB	75	89	77
PSDB	70	66	53
DEM	84	65	43
PR	32	25 ¹	40
PP	49	41	44
PSB	22	27	34
PTB	26	23 ²	22
PDT	21	24	27
PSC	1	9	17
PV	5	13	14
PPS	15	22	12
PCdoB	12	13	15
PRB	0	1	8
PTC	0	3	1
PSOL	0	3	3
PMN	1	3	4

Partido	Bancada eleita em 2002	Bancada eleita em 2006	Eleitos em 2010
PHS	0	2	2
PTdoB	0	1	4
PRP	0	0	2
PRTB	0	0	2
PSL	1	0	1
Outros	8 ³	0	0
Total	513	513	513

¹ PRONA, que elegeu dois deputados em 2006, por força da cláusula de barreira, se juntou ao PL para criar o PR;
² O PAN, que elegeu um deputado, incorporou-se ao PTB;
³ Soma de eleitos do PST (3), PSD (4) e PSDC (1) em 2002.

Comparando com outros governos, desde Collor, passando por Itamar e FHC até Lula, percebe-se que Dilma conta com a maior base parlamentar na Câmara dos Deputados no período posterior à Constituinte, conforme tabela abaixo:

CÂMARA X PODER EXECUTIVO

Governo	Apoio consistente	Apoio condicionado	Oposição	Total
Collor	160	160	183	503
Itamar	250	203	50	503
FHC I	296	115	102	513
FHC II	260	123	130	513
Lula I	207	116	190	513
Lula II	291	86	136	513
Dilma	351	51	111	513

No Senado – onde o PMDB manteve a maior bancada e reelegeu o presidente da Casa – a base de apoio ao governo, considerando os suplentes que tomaram posse em 2011, conta com 62 senadores, sendo 55 dos partidos que fizeram parte da aliança eleitoral e sete de outras legendas que se incorporaram à coalizão de apoio; enquanto a oposição, formalmente, está limitada a 19 cadeiras. As eventuais dissidências não comprometem o apoio sólido, inclusive para votação de PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

A oposição, que não tem número suficiente de parlamentares sequer para criar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), tende a ser mais cooperativa, tanto pelo desastre que foi a postura intran-

sigente em relação ao governo Lula, quanto pelo perfil dos eleitos e empossados, bem menos virulentos que os derrotados em 2010, especialmente os senadores.

Apenas para ilustrar as perdas da oposição, tendo como parâmetro a eleição de 2006, o DEM perdeu 22 deputados, caindo de 65 para 43, e de 12 para seis senadores. O PSDB, por sua vez, sofreu redução de 66 para 53 deputados e de 14 para dez senadores. O PPS caiu de 22 para 12 deputados.

O perfil socioeconômico da Câmara é constituído de parlamentares com formação superior, com fonte de renda não-assalariada (profissionais liberais e empresários), com idade média de 47 anos e com experiência política anterior. O Senado também é formado por profissionais liberais, seguidos de empresários. São advogados (12), economistas (5), engenheiros (4) e médicos (4), além de 27 empresários, e somente 16 assalariados, entre professores (7), servidores públicos (6) e operários.

No espectro ideológico, os partidos de esquerda e de centro-esquerda na Câmara cresceram em relação ao final da legislatura anterior, especialmente os da base de sustentação do governo: PT (+9), PSB (+7), PDT (+5) e PCdoB (+3). Se o parâmetro fosse a eleição de 2006, o crescimento, com exceção do PSB (+7), teria sido um pouco menor: PT (+5), PDT (+3) e PCdoB (+2). O mesmo fenômeno ocorreu no Senado, onde o PT saltou de nove para 14, e o PSB subiu de dois para três.

Apesar do crescimento das bancadas informais, como a empresarial, a evangélica e a ruralista, e da presença de partidos de direita e de centro-direita na base de sustentação do governo, a presidente Dilma Rousseff terá controle sobre sua base parlamentar. De um lado, porque as forças conservadoras são minoritárias na base e, de outro, porque as bancadas informais, em razão da fidelidade partidária, perderam peso político nesta legislatura. Os parlamentares devem votar segundo a orientação partidária, sob pena de perda do mandato, especialmente se houver entendimento para que a bancada vote unida.

A correlação de forças no novo Congresso, portanto, é bem mais favorável à gestão de Dilma do que foi em relação às gestões de Lula. A presidente, além dos dez partidos que fizeram parte da aliança eleitoral (PT, PMDB, PSB, PCdoB, PDT, PSC, PRB, PTN, PR e PTC), conta com outras legendas, como PP, PTB e PV, que faziam parte do governo anterior. A situação atual sugere que não haverá problema de governabilidade.

XI- QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

Apesar de as peças orçamentárias no Brasil não terem caráter impositivo, mas meramente autorizativo e, portanto, valendo mais as diretrizes de governo do que propriamente a rubrica orçamentária, o governo da presidente Dilma, muito por sua formação técnica e perfil de gestora com meta e foco em resultados, tende a ser mais racional no manejo de recursos, moderando as mudanças de finalidade.

A determinação para a equipe encarregada da elaboração das peças orçamentárias é que sejam evitadas, inclusive no Plano Plurianual – PPA, declarações genéricas ou compromissos inatingíveis. Com isto, as metas fixadas tendem a ser mais realistas e factíveis para o governo e para a sociedade.

Assim, embora se deva prestar atenção na grande política, o governo será mais rigoroso na alocação, evitando um orçamento fictício. Pelo menos os aspectos de proibição ou ausência de autorização de gasto serão respeitados, sem maiores oportunidades para remanejamento por pressão corporativa ou política, como tem sido praxe ao longo da história brasileira.

Os gestores e interessados na alocação de recursos para políticas públicas ou programas devem procurar participação das consultas públicas e trabalhar para garantir esses recursos na proposta enviada ao Legislativo pelo Poder Executivo, porque haverá dificuldades para incluir no Congresso ou, posteriormente, mediante créditos suplementares ou adicionais, exceto em casos muito específicos.

Portanto, a tendência será de maior respeito à aplicação dos recursos alocados. Isto, entretanto, não prescinde de acompanhar o cenário e as diretrizes de governo, que sinalizam para onde deve ser canalizada a arrecadação oriunda dos tributos. As peças orçamentárias enviadas ao Congresso neste primeiro ano de governo certamente servirão de parâmetros para os próximos três anos de mandato da presidente Dilma.

Essa particular maneira de conduzir as peças orçamentárias traz efeitos sobre a relação entre a montagem do orçamento e a sociedade organizada nele focada. As pressões em torno do orçamento devem orientar também sua atuação diretamente sobre o Poder Executivo, de modo a assegurar a alocação de recursos, além da atuação no Congresso Nacional, mesmo com o grande peso e influência especialmente dos líderes partidários e dos integrantes

da Comissão Mista no fechamento da peça orçamentária.

O ciclo orçamentário inclui basicamente três peças.

1) O PPA – Plano Plurianual, que define os cenários para quatro anos, sempre enviado ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de mandato do presidente, com validade até o primeiro ano do mandato de seu sucessor, ou do próprio presidente, na hipótese de reeleição.

O papel do PPA, além de declarar as escolhas do governo e da sociedade, indica os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orienta taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

Assim, o Plano Plurianual será estruturado em três dimensões: a estratégica, que tem como base os macrodesafios e a visão de longo prazo do governo Federal; a tática, cuja meta é definir os caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas estrategicamente, dentro dos programas temáticos; e a operacional, que tem a ver com o desempenho da ação governamental ou com a otimização na aplicação dos recursos disponíveis.

A elaboração do PPA para o período 2012 a 2015 será orientada, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelos seguintes princípios:

- Participação social como importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão com vistas à efetividade das políticas públicas;
- Incorporação da dimensão territorial na orientação da alocação dos investimentos;
- Valorização do conhecimento sobre as políticas públicas na elaboração dos programas temáticos;
- Foco na execução das políticas públicas, reforçando a necessidade de realizar as iniciativas definidas no plano;
- Estabelecimento de parcerias com os Estados, os Municípios e a Sociedade Civil, visando à união de esforços para o alcance de objetivos comuns;
- Foco na efetividade, entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão decorrer das políticas públicas;
- Foco na eficácia, relacionada com a dimensão tática do plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas

públicas e à entrega de bens e serviços ao público correto, de forma adequada, no tempo e no lugar apropriado;

- Aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente e na priorização dos investimentos.

2) A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada anualmente ao Congresso até 15 de abril, estabelece as diretrizes para o orçamento do ano seguinte, com indicação das prioridades e regras para a alocação de recursos públicos nos orçamentos fiscal, da seguridade e das estatais.

De acordo com a LDO enviada ao Congresso, as prioridades e metas da administração pública para o exercício de 2012 correspondem às ações do PAC e às ações relativas à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto e na lei orçamentária de 2012.

A LDO precisa ser aprovada até 17 de julho, sob pena de o Congresso não entrar em recesso. Caso não seja votada dentro do prazo, o governo poderá liberar integralmente recursos para: 1) despesas obrigatórias, 2) bolsa de estudo (CNPq, CAPES, IPEA e FNDE), 3) pagamento de estagiários, 4) ações de prevenção a desastres (Defesa Civil) e 5) despesas do TSE em eleições. E, mediante duodécimos, para: a) despesas de custeio, b) despesas de investimentos e inversões financeiras e c) despesas do Orçamento de Investimento das Estatais.

A regra para despesa com pessoal permanece a mesma que vem sendo adotada desde 2009. O anexo da LOA (Lei Orçamentária Anual) só conterà autorização para reestruturação remuneratória se os projetos de lei tiverem iniciado sua tramitação no Congresso até 31 de agosto do ano anterior.

A LDO propôs a fixação da meta de superávit primário para 2012 em 3,1% do Produto Interno Bruto – PIB, porém o fez em valor nominal, correspondente a R\$ 139,8 bilhões, sendo R\$ 97,0 bilhões (2,15%) do governo central e R\$ 42,8 bilhões (0,95%) dos estados e municípios.

A LDO também explicita os parâmetros econômicos utilizados em sua elaboração, entre os quais a estimativa de crescimento do PIB, a previsão de índices de preços, como IPCA e IGP-DI, além de taxas de câmbio, crescimento da massa salarial e valor do salário mínimo para este e para os próximos três anos, conforme tabela abaixo.

Parâmetros econômicos

ITENS	2011	2012	2013	2014
Crescimento real do PIB (%)	4,50	5,00	5,50	5,50
IPCA (var. % acumulada)	5,00	4,50	4,50	4,50
IPCA (var. % média)	5,80	4,60	4,50	4,50
IGP-DI (var. % acumulada)	6,30	4,50	4,50	4,50
IGP-DI (var. % média)	9,10	5,40	4,50	4,50
IER (55% IPCA e 45% IGP)	7,29	4,96	4,50	4,50
Salário Mínimo - (R\$ 1,00)	545,00	616,34	676,35	745,66
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	1,69	1,76	1,82	1,86
Massa Salarial Nominal (var. % média)	10,98	9,93	9,27	9,06
Taxa de Juros (% em dezembro)	11,75	10,75	10,0	8,5

SPE/MF - Grade de 8 de abril de 2011

3) A LOA – Lei Orçamentária Anual, que deve ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano, faz a previsão de recursos para as despesas de custeio, investimento e seguridade no ano seguinte, tendo como parâmetros os cenários e as diretrizes do PPA e da LDO.

A idéia do governo Dilma é, na medida do possível, promover audiências públicas nos meses que antecedem o envio do PPA ao Congresso, para que haja participação popular em sua elaboração, dentro da lógica de governança participativa, a depender muito, entretanto, das demandas dos segmentos organizados para este fim.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já divulgou o conjunto de programas temáticos do PPA para o período 2012 a 2015, que serão detalhados pelos Ministérios Setoriais envolvidos e debatidos nas audiências públicas. São eles:

- Agricultura de Médio e Grande Porte
- Agricultura Familiar
- Agricultura Irrigada
- Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Aquicultura e Pesca
- Assistência Social
- Biodiversidade
- Bolsa Família
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Combustíveis
- Comércio Exterior

- Conservação e Gestão de Recursos Hídricos
- Controle do Desmatamento
- Defesa Agropecuária
- Defesa Nacional
- Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
- Educação Básica
- Educação Profissional e Tecnológica
- Educação Superior
- Energia Elétrica
- Enfrentamento ao Crack e a outras Drogas
- Esportes e Grandes Eventos Esportivos
- Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
- Habitação
- Igualdade de Gênero
- Igualdade Racial
- Inclusão Digital
- Infraestrutura de Comunicações
- Integração Regional Sul-Americana
- Justiça
- Juventude
- Licenciamento Socioambiental
- Mercado de Trabalho
- Minerais Estratégicos
- Mobilidade Urbana
- Mudanças Climáticas
- Oferta de Água
- Petróleo e Gás
- Planejamento Urbano
- Política de Desenvolvimento Produtivo
- Política Espacial
- Política Externa
- Política Nuclear
- Previdência Social
- Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes
- Promoção dos Direitos Humanos

- Promoção e Acesso à Cultura
- Promoção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas
- Reforma Agrária
- Reparação e Proteção dos Direitos Humanos
- Resíduos Sólidos
- Saneamento
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Segurança Pública
- Transporte Aéreo
- Transporte Ferroviário
- Transporte Hidroviário
- Transporte Marítimo
- Transporte Rodoviário
- Turismo

Além das peças mencionadas anteriormente, merecem especial atenção a Mensagem da presidente, enviada ao Congresso na abertura da sessão legislativa e o BGU – Balanço Geral da União, que se destinam, respectivamente, a propagandear as iniciativas e propostas governamentais e prestar contas da aplicação dos recursos públicos.

XII - CONDUTORES DA AGENDA GOVERNAMENTAL NO CONGRESSO

Os poderes dos líderes e, principalmente, dos presidentes das Casas e das Comissões, bem como dos relatores de matérias relevantes, são muito grandes e, quando estão ao lado do governo – que representa o maior e mais bem estruturado lobby no Congresso – podem bloquear ou facilitar e desobstruir o processo decisório em favor do Poder Executivo. Eles definem a agenda, o rito, a forma e as oportunidades das votações, além de constituírem comissões temporárias, definirem prazos, número de membros e nomearem ou destituírem presidentes e relatores.

O sucesso da agenda governamental, portanto, depende mais da capacidade, persistência, legitimidade e dos compromissos dos operadores políticos do governo, do que do seu conteúdo. Não adianta ter uma boa proposta se não existirem coordenação política e capacidade de persuasão para que o Poder Legislativo a aprove. Assim, o núcleo formado pelos presidentes da Câmara, do Senado

e pelos líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso, bem como pelos líderes dos partidos aliados, terá papel fundamental nesse processo.

O êxito do governo Fernando Henrique na aprovação de sua agenda de reformas no Congresso, em particular nos três primeiros anos do primeiro mandato, deveu-se em grande medida ao fato de contar com operadores políticos eficientes e, principalmente, com aliados na Presidência da Câmara e do Senado, respectivamente Luiz Eduardo Magalhães e José Sarney.

No primeiro governo do presidente Lula, por exemplo, foi determinante contar com os deputados João Paulo Cunha (PT) e Aldo Rebelo (PCdoB) na Presidência da Câmara, assim como Arlindo Chinaglia (PT) e o próprio Aldo Rebelo na liderança do governo. Na gestão de João Paulo Cunha, com Aldo na liderança do governo, foi aprovada a reforma da previdência. Na gestão de Aldo, com Arlindo na liderança do governo, foi garantida a governabilidade do governo Lula, afastando o risco de *impeachment*.

Isto ficou evidente no curto período em que o deputado Severino Cavalcanti, entre a gestão de João Paulo e a de Aldo, ficou na Presidência da Câmara. Mesmo Severino sendo da base do governo, no período em que presidiu a Câmara, o Poder Executivo sofreu grandes derrotas na Casa. No período pós-Severino, nas gestões de Aldo Rebelo, Arlindo Chinaglia e Michel Temer, o governo Lula retomou o controle da agenda legislativa, tal como exercia na gestão de João Paulo Cunha.

Assim, contar com operadores políticos eficientes e leais na Presidência da Câmara, mais até que no Senado, é fundamental, tanto porque na Câmara se iniciam as proposições de autoria externa (Poder Executivo, Tribunais Superiores, Tribunal de Contas da União – TCU, Procuradoria-Geral da União – PGU e cidadãos) quanto porque é decisiva para definir o ritmo de votações no Congresso. Os projetos de lei ordinária e complementar, exceto os de iniciativa de senador, além das emendas constitucionais e medidas provisórias, são discutidos, negociados e votados, em regra, primeiramente pela Câmara dos Deputados.

No governo da presidente Dilma, as eleições de Marco Maia (PT) para a Presidência da Câmara e de José Sarney (PMDB) para a Presidência do Senado, além da ampla base de apoio nas duas Casas, serão fundamentais para garantir apoio e celeridade à agenda do Poder Executivo, como ocorreu no caso do projeto de lei do Salário Mínimo, aprovado em tempo recorde no Congresso e nos termos que desejava o governo.

Mesmo não sendo a estratégia inicial do governo, a eleição de Marco Maia, em lugar de Cândido Vaccarezza, ambos do PT, foi importante para o Poder Executivo, porque manteve Vaccarezza na liderança do governo e pôde contar com um presidente mais habilitado no trato com seus pares na Câmara. O perfil de Marco Maia já está provado, ajuda a desobstruir a agenda e facilita acordos com a oposição.

Além de Marco Maia na Presidência e Cândido Vaccarezza na liderança do governo, a presidente Dilma contará com habilitados líderes partidários da base de apoio, a começar pelo líder do PT, deputado Paulo Teixeira, um parlamentar de boa formação intelectual e muito articulado. Conta, ainda, com o líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, que tentou formar um bloco para fazer frente ao PT na disputa pela Presidência da Casa, mas recuou e, nas primeiras votações, deu mostras de lealdade ao governo.

Estes quatro nomes, ao lado dos vice-líderes do governo e dos líderes de partidos aliados como PSB, PCdoB, PDT e PTB, serão os principais condutores, negociadores, articuladores e debatedores da agenda da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados no primeiro ano de mandato. Dependerá deles o sucesso ou o fracasso na condução das matérias de iniciativa do Poder Executivo, já que se iniciam pela Casa que representa o povo.

No Senado, cuja presidência coube ao PMDB pelo critério da proporcionalidade partidária, o senador José Sarney, assim como o foi no governo Lula, tende a se comportar como aliado de primeira hora do governo, sendo mais leal do que muitos parlamentares do próprio partido da presidente.

O Senado merece uma atenção especial. Seus integrantes são ex-governadores, parlamentares experientes e com forte liderança regional. Para cativá-los, a presidente precisa fazer gesto de cortesia, seja abrindo sua agenda para recebê-los no Palácio, seja convidando-os para eventos políticos.

No governo Lula, com exceção de Walfrido dos Mares Guia, Jaques Wagner e Alexandre Padilha, que não detinha mandato parlamentar, todos os ministros das Relações Institucionais, responsáveis pela coordenação e articulação política com o Parlamento, eram deputados federais, portanto, com pouco acesso ao Senado. A relação do Executivo com os senadores ficou muito na dependência do líder do governo no Senado, e isto não foi suficiente para impedir grandes derrotas, como a da CPMF.

Nesse sentido, a escolha do senador Humberto Costa (PT-PE) para a liderança do partido e a confirmação do senador Romero Jucá (PMDB), este que detém amplo conhecimento da Casa, na liderança do governo no Senado, combinadas com a ampliação do número de senadores da base, vai ajudar enormemente na condução dos temas de interesse do Poder Executivo naquela Casa. Ainda assim, o Senado deve merecer uma atenção especial.

Os nomes-chave dos quais o governo depende para conduzir a operação política no Congresso neste início de gestão, portanto, são: o deputado Marco Maia (PT), presidente da Câmara; o senador José Sarney (PMDB), presidente do Senado; o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarrezza (PT); e no Senado, senador Romero Jucá (PMDB).

Serão igualmente importantes no primeiro ano de governo da presidente Dilma, os líderes partidários na Câmara: Paulo Teixeira (PT), Henrique Alves (PMDB), Ana Arraes (PSB), Giovanni Queiroz (PDT), Lincoln Portela (PR), Nelson Meurer (PP) e Jovair Arantes (PTB), e seus respectivos vice-líderes. No Senado, o líder do PMDB, Renan Calheiros; o líder do PT, Humberto Costa; o líder do PSB, Antônio Carlos Valadares; e o líder do PCdoB, Inácio Arruda.

Entretanto, para que os condutores da agenda governamental atuem em sintonia, há necessidade de articulação dos coordenadores políticos do Poder Executivo, especialmente da Secretaria de Relações Institucionais, conforme analisado no tópico XVII desta publicação.

XIII – OPERADORES-CHAVE DA SITUAÇÃO E DA OPOSIÇÃO

De modo sistematizado, e sob a forma de tabela, reunimos neste tópico os principais operadores da situação e da oposição, incluindo os membros das mesas diretoras, líderes partidários, líderes da maioria e da minoria, principais vice-líderes e representantes de grupos políticos. Estes nomes, por razões institucionais, por missão partidária ou por especialização, muito provavelmente estarão presentes nas principais articulações e negociações no âmbito do Parlamento.

Câmara dos Deputados	
Situação	Oposição
✓ Aldo Rebelo (PCdoB/SP) ✓ Ana Arraes (Líder do PSB/PE) ✓ André Vargas (PT/PR) ✓ Arlindo Chinaglia (PT/SP) ✓ Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) ✓ Cândido Vaccarezza (Líder do Governo - PT/SP) ✓ Daniel Almeida (PCdoB/BA) ✓ Gilmar Machado (PT/MG) ✓ Henrique Eduardo Alves (Líder do PMDB/RN) ✓ Henrique Fontana (PT/RS) ✓ João Paulo Cunha (PT/SP) ✓ José Guimarães (PT/CE) ✓ Jovair Arantes (Líder do PTB/GO) ✓ Lincoln Portela (Líder do PR/MG) ✓ Luciano Castro (PR/RR) ✓ Marco Maia (Presidente da CD – PT/RS) ✓ Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS) ✓ Nelson Meurer (Líder do PP/PR) ✓ Miro Teixeira (PDT/RJ) ✓ Osmar Júnior (Líder do PCdoB/PI) ✓ Osmar Serraglio (PMDB/PR) ✓ Paulo Pereira da Silva (PDT/SP) ✓ Paulo Teixeira (Líder do PT/SP) ✓ Pepe Vargas (PT/RS) ✓ Sarney Filho (Líder do PV/MA) ✓ Vicentinho (PT/SP)	✓ ACM Neto (Líder do DEM/BA) ✓ Chico Alencar (Líder do PSOL/RJ) ✓ Bruno Araújo (PSDB/PE) ✓ Duarte Nogueira (Líder do PSDB/SP) ✓ Ivan Valente (PSol/SP) ✓ Pauderney Avelino (DEM/AM) ✓ Paulo Abi-Ackel (Líder da Minoria - PSDB/MG) ✓ Roberto Freire (PPS/SP) ✓ Rodrigo Maia (DEM/RJ) ✓ Ronaldo Caiado (DEM/GO) ✓ Rubens Bueno (Líder do PPS/PR) ✓ Sérgio Guerra (Presidente Nacional do PSDB)
Senado Federal	
Situação	Oposição
✓ Armando Monteiro (PTB/PE) ✓ Blairo Maggi (PR/MT) ✓ Delcídio Amaral (PT/MS) ✓ Eunício Oliveira (PMDB/CE) ✓ Fernando Collor (PTB/AL) ✓ Francisco Dornelles (PP/RJ) ✓ Gleisi Hoffmann (PT/PR) ✓ Gim Argello (PTB/DF) ✓ Cristovam Buarque (PDT/DF) ✓ Humberto Costa (Líder do PT/PE) ✓ Inácio Arruda (PCdoB/CE) ✓ Jorge Viana (PT/AC) ✓ José Pimentel (PT/CE) ✓ José Sarney (Presidente do SF PMDB/AP) ✓ Lindberg Faria (PT/RJ) ✓ Marta Suplicy (PT/SP) ✓ Marcelo Crivella (PRB/RJ) ✓ Paulo Paim (PT/RS) ✓ Renan Calheiros (Líder do PMDB/AL) ✓ Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ✓ Romero Jucá (Líder do Governo PMDB/RR) ✓ Valdir Raupp (PMDB/RO) ✓ Walter Pinheiro (PT/BA)	✓ Aécio Neves (PSDB/MG) ✓ Aloizio Nunes (PSDB/SP) ✓ Álvaro Dias (Líder do PSDB/PR) ✓ Demóstenes Torres (Líder do DEM/GO) ✓ Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ✓ Itamar Franco (PPS/MG) ✓ Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ✓ José Agripino (DEM/RN) ✓ Lúcia Vânia (PSDB/GO) ✓ *Kátia Abreu (DEM/TO) ✓ Randolfe Rodrigues (PSol/AP)

* Parlamentar assinou a ata de fundação do Partido Social Democrático (PSD)

XIV - DEBATEDORES E FORMULADORES TEMÁTICOS DA SITUAÇÃO E DA OPOSIÇÃO

O debate nas comissões – permanentes ou temporárias – e no plenário das duas Casas do Congresso tende a ser mais programático, em questões específicas, do que simplesmente político, como ocorreu durante o segundo governo Lula, tanto pela mudança do perfil da oposição, quanto pelo seu pequeno número de integrantes no Parlamento.

A oposição foi quem mais perdeu na renovação do Congresso e parte dela atribui essa redução, entre outros fatores, à postura de intransigência e até certa beligerância em relação a um governo muito popular e as suas propostas, especialmente no debate no Senado Federal.

Ao governo, que saiu das urnas com uma grande base no Congresso, poderia ser mais cômodo acionar o rolo compressor e esmagar a oposição, que ficaria sem condições de promover o debate programático e influenciar no conteúdo das políticas públicas. Todavia, parece que esta não será a orientação do governo.

Para o governo, que possui controle da situação, o mais acertado é promover o debate, dando espaço à oposição para opinar sobre os temas em deliberação, como forma não apenas de legitimar as políticas públicas, mas também de aperfeiçoar seu conteúdo, como ocorreu nos dois primeiros anos do governo Lula.

Se efetivamente optar por este caminho, o governo levará vantagens, tanto porque dispõe de bons quadros, quanto porque não corre risco de perder o controle sobre o conteúdo das propostas, por força da maioria de que dispõe.

Mais até que entre o governo e a oposição, a disputa sobre o conteúdo se dará entre integrantes da base do governo. Pelo menos em quatro assuntos, haverá grande divisão na base, particularmente na reforma tributária, nas questões agrárias, nas matérias trabalhistas e nas questões ambientais.

Neste tópico, estão identificados os deputados e senadores que se constituirão nos principais interlocutores da situação e da oposição para o debate dos temas, por setor de atuação, como a área social, de infraestrutura, institucional-jurídica e econômico-financeira.

Social – Nesta área, são consideradas matérias sobre educação, esporte, cultura, seguridade (que inclui saúde, previdência e assistência), direitos humanos (que engloba gênero e minorias), entre outras. O fato de existirem poucos debatedores e formulares da oposição neste campo

não significa que não haverá grandes disputas. Para todos estes temas, há grupos no interior do governo com divergências inconciliáveis, o que será um grande desafio para a coordenação política do governo.

DEPUTADOS

Situação	Oposição
Alessandro Molon – PT/RJ (educação)	Eduardo Barbosa – PSDB/MG (seguridade)
André Figueiredo – PDT/CE (esporte)	Ivan Valente – PSol/SP (educação)
André Zacharow – PMDB/PR (seguridade)	Jean Wyllys – PSol/RJ (direitos humanos)
Antônio Brito – PTB/BA (seguridade)	Professora Dorinha – DEM/TO (educação)
Arlindo Chinaglia – PT/SP (seguridade)	Stephan Nercessian – PPS/RJ (cultura)
Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP (seguridade)	
Artur Bruno – PT/CE (educação)	
Assis Carvalho – PT/CE (seguridade)	
Benedita da Silva – PT/RJ (direitos humanos)	
Cleber Verde – PRB/MA (seguridade]	
Dalva Figueiredo – PT/AP (educação)	
Danilo Fortes – PMDB/CE (seguridade)	
Darcísio Perondi – PMDB/RS (seguridade)	
Dr. Rosinha – PT/PR (seguridade)	
Dr. Ubiali – PSB/SP (seguridade)	
Edson dos Santos – PT/RJ (direitos humanos)	
Erika Kokai – PT/DF (direitos humanos)	
Fátima Bezerra – PT/RN (educação)	
Gabriel Chalita – PSB/SP (educação)	
Giovani Cherini – PDT/RS (educação)	
Glauber Braga – PSB/RJ (direitos humanos)	
Henrique Fontana – PT/RS (seguridade)	
Jandira Feghali – PCdoB/RJ (seguridade)	
Janete Rocha Pietá – PT/SP (direitos humanos)	
Luciana Santos – PCdoB/PE (direitos humanos)	
Luiz Couto – PT/PB (direitos humanos)	
Mauro Nazif – PSB/RO (seguridade)	
Manuela D’Avila – PCdoB/RS (direitos humanos)	
Nazareno Fonteles – PT/PI (seguridade)	
Nelson Pelegrino – PT/BA (direitos humanos)	
Ricardo Berzoini – PT/SP (seguridade)	
Romário – PSB/RJ (esporte)	

SENADORES

Situação	Oposição
Antônio Carlos Valadares – PSB/SE (seguridade)	Marisa Serrano – PSDB/MT (educação)
Cristovam Buarque – PDT/DF (educação)	Lúcia Vânia – PSDB/GO (seguridade)
Eduardo Suplicy – PT/SP (seguridade)	
Humberto Costa – PT/PE (seguridade)	
Lindberg Farias – PT/RJ (juventude)	

Magno Malta – PR/ES (criança e adolescente)

Martha Suplicy – PT/SP (direitos humanos)

Infraestrutura – Esta área engloba os assuntos relacionados com energia, transporte, telecomunicações, internet, petróleo, etc. Igualmente a oposição possui poucos interlocutores nesses temas, mas o debate e as disputas acontecerão, especialmente entre os partidos da base do governo.

DEPUTADOS

Situação	Oposição
Carlos Zarattini – PT/SP (transporte)	*Arolde de Oliveira – DEM/RJ
Eduardo Cunha – PMDB/RJ (energia)	(telecomunicações)
Fernando Ferro – PT/PE (energia)	Otávio Leite – PSDB/RJ
Fernando Jordão – PMDB/RJ (petróleo)	(petróleo)
Hugo Leal – PSC/RJ (petróleo)	
João Maia – PR/RN (petróleo)	
Luiz Alberto – PT/BA (petróleo)	
Zeca Dirceu – PT//PR (transporte)	

Situação	Oposição
Clésio Andrade – PR/MG (transporte)	
Delcídio Amaral – PT/MS (energia)	
Fernando Collor – PTB/AL (telecomunicações)	
Eunício Oliveira – PMDB/CE (telecomunicações)	
Jorge Viana – PT/AC (transporte)	
José Sarney – PMDB/AM (telecomunicações)	
Walter Pinheiro – PT/BA (telecomunicações)	

Jurídico-institucional – No marco jurídico-institucional estão todos os temas relacionados com os códigos de processo e eleitoral, englobados nas reformas política e partidária e do Judiciário. Nestes temas, a oposição está mais bem representada, ainda que em número bem menor que os integrantes da base do governo. De novo, há divergência, tanto dentro da oposição, quanto na base do governo.

DEPUTADOS

Situação	Oposição
Anthony Garotinho – PR/RJ (r. judiciário)	Chico Alencar – PSol/RJ
Delegado Protógenes – PCdoB/SP (direito penal)	(r. política)
João Paulo – PT/SP (r. política)	

* Parlamentar assinou a ata de fundação do Partido Social Democrático (PSD)

Jutahy Magalhães – PSDB/BA (r. judiciário)	Carlos Sampaio – PSDB/SP (defesa do consumidor)
Luiza Erundina – PSB/SP (r. política)	Paulo Abi-Ackel – PSDB/MG (r. política)
Mendes Ribeiro Filho – PMDB/RS (r. judiciário)	Roberto Freire – PPS/SP (r. política)
Miro Teixeira – PDT/RJ (r. judiciário)	
Reguffe – PDT/DF (r. política)	
Rubens Otoni – PT/GO (r. política)	
Vieira da Cunha – PDT/RS (r. judiciário)	

SENADORES

Situação	Oposição
Luiz Henrique – PMDB/SC (r. política)	Aécio Neves – PSDB/MG (r. política)
Pedro Taques – PDT/MT (r. judiciário)	Pedro Simon – PMDB/RS (r. judiciário)
Renan Calheiros – PMDB/AL (r. judiciário)	Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP (r. judiciário)
Roberto Requião – PMDB/PR (r. judiciário)	Álvaro Dias – PSDB/PR (orçamento)
Valdir Raupp – PMDB/RO (r. política)	Demóstenes Torres – DEM/GO (r. judiciário)
	Itamar Franco – PPS/MG (r. política)

Econômico-financeiro – Podem ser classificadas como temas econômicos e financeiros as matérias relacionadas com tributação, finanças, orçamento público, atividades agrícolas, meio ambiente, turismo, entre outras. Os interesses aqui são muitos e divergentes entre si, tanto na base quanto na oposição. Nos temas agrários, por exemplo, a disputa será mais na base do governo, que acomoda ruralistas retrógrados, passando por defensores do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, até grandes empresários do agronegócio. A disputa será acirrada.

DEPUTADOS

Situação	Oposição
Aelton Freitas – PR/MG (agricultura)	Abelardo Lupion – DEM/PR (agricultura)
Aldo Rebelo – PCdoB/SP (meio ambiente)	ACM Neto – DEM/BA (tributos)
André Vargas – PT/PR (tributos)	Arnaldo Jardim – PPS/SP (meio ambiente)
Afonso Hamm – PP/RS (r. agrária)	*Eduardo Sciarra – DEM/PR (tributos)
Agnolin – PDT/TO (agricultura)	Irajá Rodrigues – DEM/TO (agricultura)
Alex Canziani – PTB/PR (turismo)	Julio Cesar – DEM/PI (tributos)
Alfredo Sarkis – PV/RJ (meio ambiente)	Mendonça Filho – DEM/PE (agricultura)
Amauri Teixeira – PT/BA (tributos)	
Assis do Couto – PT/PR (r. agrária)	
Bohn Gass – PT/RS (r. agrária)	
Beto Faro – PT/PA (r. agrária)	
*Carlos Magno – PP/RO (agricultura)	
Claudio Puty – PT/PA (tributos)	

* Parlamentar assinou a ata de fundação do Partido Social Democrático (PSD)

Domingos Dutra – PT/MA (r. agrária)	Mendes Thame – PSDB/SP (meio ambiente)
Edinho Bez – PMDB/SC (tributos)	Onix Lorenzoni – DEM/RS (agricultura)
Ronaldo Caiado – DEM/GO (agricultura)	Pauderney Avelino – DEM/AM (tributos)
Giovanni Queiroz – PDT/PA (agricultura)	Paulo Cesar Quartiero – DEM/RR (agricultura)
Gilmar Machado – PT/MG (orçamento)	Reinaldo Azambuja – PSDB/MS (agricultura)
Homero Pereira – PR/MT (agricultura)	Rodrigo Maia – DEM/RJ (sistema financeiro)
João Dado – PDT/SP (tributos)	
José Mentor – PT/SP (sistema financeiro)	
Jorge Corte Leal – PTB/PE (r. tributária)	
José Guimarães – PT/CE (r. tributária)	
Luci Choinacki – PT/SC (r. agrária)	
Luciano Castro – PR/RR (sistema financeiro)	
Luiz Carlos Heinze – PP/RS (agricultura)	
Manoel Junior – PMDB/PB (tributos)	
Márcio Macedo – PT/SE (meio ambiente)	
Moacir Micheletti – PMDB/PR (agricultura)	
Nelson Markezelli – PTB/SP (agricultura)	
Odair Cunha – PT/MG (agricultura)	
Paulo Rubem Santiago – PDT/PE (tributos)	
Pedro Eugênio – PT/PE (tributos)	
Pepe Vargas – PT/RS (tributos)	
Reinhold Stephanes – PMDB/PR (agricultura)	
Ricardo Berzoini – PT/SP (sistema financeiro)	
Roberto Teixeira – PT/SP (meio ambiente)	
Sarney Filho – PV/MA (meio ambiente)	
Valmir Assunção – PT/BA (r. agrária)	
Wellington Roberto – PR/PB (tributos)	
Zonta – PP/SC (agricultura)	

SENADORES

Situação	Oposição
Ana Amélia – PP/RS (agricultura)	
Blairo Maggi – PR/MT (agricultura)	José Agripino – DEM/RN (sistema financeiro)
Eduardo Braga – PMDB/AM (tributos)	*Kátia Abreu – DEM/TO (agricultura)
Gleisi Hoffmann – PT/PR (orçamento)	Sérgio Guerra – PSDB/PE (orçamento)
Lídice da Mata – PSB/BA (turismo)	
Ivo Cassol – PP/RO (agricultura)	
José Pimentel – PT/CE (orçamento)	
Rodrigo Rollemberg – PSB/DF (meio ambiente)	
Romero Jucá – PMDB/RR (orçamento)	

Relações de trabalho – No campo das relações de trabalho estão os temas de natureza trabalhista e sindical, tanto do setor privado quanto da área pública. Embora não estejam todos listados aqui, porque também têm interesse em questões tributárias, há muitos defensores da flexibilização da legislação trabalhista na base do governo. Este é um tema no qual a disputa não será apenas entre oposição e situação, mas entre defensores dos direitos trabalhistas e adeptos de sua flexibilização.

* Parlamentar assinou a ata de fundação do Partido Social Democrático (PSD)

DEPUTADOS

Situação	Oposição
Alice Portugal – PCdoB/BA (público)	Augusto Carvalho – PPS/DF (privado)
Assis Melo – PCdoB/RS (privado)	Augusto Coutinho – DEM/PE (privado)
Daniel Almeida – PCdoB/BA (público e privado)	
Devanir Ribeiro – PT/SP (privado)	
João Paulo Lima – PT/PE (privado)	
Laércio Oliveira – PR/SE (privado)	
Paulo Pereira da Silva – PDT/SP (público e privado)	
Policarpo – PT/DF (público)	
Roberto Santiago – PV/SP (público e privado)	
Rui Costa – PT/BA (privado)	
Sandro Mabel – PR/GO (privado)	
Sibá Machado – PT/AC (privado)	
Vicentinho – PT/SP (privado)	

SENADORES

Senadores – Situação	Oposição
Armando Monteiro – PTB/PE (privado)	Flexa Ribeiro – PSDB/PA (privado)
Inácio Arruda – PCdoB/CE (público e privado)	Randolfe Rodrigues
João Pedro – PT/AM (privado)	PSol/AP (público e privado)
Paulo Paim – PT/RS (público e privado)	
Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM (público e privado)	
Francisco Dornelles – PP/RJ (privado)	

XV - AGENDA DE REFORMAS DO GOVERNO DILMA

A agenda de reformas da presidente Dilma Rousseff, tanto por força dos debates na eleição presidencial, quanto pela decisão política de evitar temas polêmicos, terá forte viés regulatório, porém com poucas iniciativas na esfera constitucional.

Durante a campanha eleitoral, com exceção das mudanças pontuais no ordenamento político e tributário que, dependendo de seu alcance, exigirão mudanças constitucionais, não houve nenhum compromisso com reformas polêmicas, como a previdenciária, trabalhista ou sindical.

O programa de governo e os compromissos de campanha nas áreas de saúde, educação e segurança, assim como o combate à miséria e às desigualdades, podem ser honrados sem necessidade de mudanças na Constituição. E parece ser esta a opção da presidente Dilma.

O governo é de continuidade e a prioridade é aprovar as matérias já encaminhadas pelo governo Lula, como os projetos de reforma política e, com mudanças, a proposta de reforma tributária, que tende a ser fatiada para facilitar sua aprovação, bem como outras proposições que serão encaminhadas, como o projeto que tratará da desoneração da folha de salário.

O escopo da agenda de reformas deve ter por base os 13 pontos do programa de governo apresentados à sociedade brasileira, quais sejam:

1. *Expandir e fortalecer a democracia política, econômica e socialmente.*
2. *Crescer mais, com expansão do emprego e da renda, com equilíbrio macroeconômico, sem vulnerabilidade externa e desigualdades regionais.*
3. *Dar seguimento a um projeto nacional de desenvolvimento que assegure grande e sustentável transformação produtiva do Brasil.*
4. *Defender o meio ambiente e garantir um desenvolvimento sustentável.*
5. *Erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades. Promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade.*
6. *Ser o governo Dilma de todos os brasileiros e brasileiras, dando atenção especial aos trabalhadores.*
7. *Garantir educação para a igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento.*
8. *Transformar o Brasil em potência científica e tecnológica.*
9. *Universalizar a saúde e garantir a qualidade do atendimento do SUS.*
10. *Prover as cidades de habitação, saneamento, transporte e vida digna e segura para os brasileiros.*
11. *Valorizar a cultura nacional, dialogar com outras culturas, democratizar os bens culturais e favorecer a democratização da comunicação.*
12. *Garantir a segurança dos cidadãos e combater o crime organizado.*
13. *Defender a soberania nacional. Por uma presença ativa e altiva do Brasil no mundo.*

Dentro da lógica do governo de continuidade, certamente farão parte da agenda matérias pendentes da gestão Lula, como a regula-

mentação da previdência complementar e da aposentadoria especial do servidor, o marco regulatório das agências reguladoras, os crimes de internet, o código florestal, a defesa da concorrência, a limitação do gasto com pessoal e a criação do cadastro positivo.

Além disto, a presidente poderá encaminhar ao Congresso um novo sistema de negociação, avaliação e mérito para o servidor público, entre outros temas em nível infra-constitucional que julgue indispensáveis ao cumprimento de seu programa de governo.

Neste primeiro ano de mandato, a tendência é que haja um freio nas concessões de reajustes e benefícios a servidores e aposentados, além do enfrentamento – inclusive com indicação de rejeição – de uma série de matérias que ampliem despesas, entre as quais as PECs da polícia e dos agentes penitenciários, e, eventualmente, a que trata do fim da contribuição dos aposentados do regime próprio de previdência do servidor e também as que estendem o subsídio de desembargador para as carreiras jurídicas.

A presidente Dilma terá muito mais condições de ser austera do ponto de vista dos gastos do que o ex-presidente, inclusive porque os custos dessa decisão serão bem menores que no governo anterior. De outro lado, resta saber até que ponto a vontade do governo se fará impositiva nesse terreno, diante do desgaste que isso poderá gerar, e com que persistência poderá se manter, diante da dinâmica da agenda política e de fatos novos que invariavelmente ocorrem.

Se a presidente decidir por reforma constitucional para os direitos previdenciários, será direcionada a quem ingressar no mercado de trabalho após a vigência da mudança; não atingindo os atuais segurados, nem do INSS nem do regime próprio dos servidores. Qualquer iniciativa com efeito retroativo seria quebra de direito adquirido, já que conflita com a Constituição e não foi discutida na campanha eleitoral nem incluída no programa de Governo.

Para vigência imediata, eventuais mudanças serão apenas pontuais e em relação à pensão e ao cálculo do auxílio-doença, a cargo do INSS. Existe, ainda, a possibilidade de que haja flexibilização do fator previdenciário, nos termos da proposta do deputado Pepe Vargas (PT/RS), que institui a fórmula 85/95 como alternativa para os trabalhadores que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho.

Pela importância das matérias que, dependendo do escopo e abrangência, exigiriam mudanças constitucionais, vale a pena fazer algumas reflexões sobre as reformas tributária, política e previdenciária.

Reforma tributária – Há consenso na sociedade e no Parlamento sobre a necessidade, e até urgência, de uma reforma tributária que: 1) simplifique os tributos; 2) reduza a informalidade da economia; 3) amplie a base de arrecadação; 4) desonere as exportações, os medicamentos de uso continuado e a cesta básica; 5) promova a justiça fiscal.

O sistema tributário é visto como injusto; irracional; que penaliza os mais pobres; estimula a evasão e a sonegação; e, operacionalmente, é muito caro para pagar e receber, tanto para os contribuintes quanto para os entes estatais.

Assim, todos desejam uma reforma que vise à simplificação, à harmonização, à racionalização e à justiça fiscal e, que, também, ponha fim à guerra fiscal, reduza a evasão e a sonegação fiscal.

Porém, não existe nenhum acordo sobre o conteúdo da reforma ideal, a começar pelo Substitutivo à PEC 233/2008.

Esse texto, que aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados, possui vários pontos polêmicos e de grandes resistências no aspecto federativo, como a questão da cobrança do ICMS, se no destino ou na origem, e a federalização da arrecadação tributária, além de afetar fortemente o orçamento da Seguridade Social.

O texto coloca em risco o sistema brasileiro de proteção social, tanto por eliminar as fontes de receita da seguridade social, transferindo-as para o orçamento fiscal, quanto por não adotar o princípio da progressividade nem tributar adequadamente as grandes fortunas, o patrimônio e as remessas de lucros ao exterior.

O Substitutivo à PEC 233/2008, de autoria do relator na Câmara, deputado Sandro Mabel (PR/GO), já aprovado na comissão especial da Câmara, ao criar o IVA-F (Imposto de Valor Agregado ou Adicionado Federal) e o novo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), tributos vinculados ao Orçamento Fiscal do Governo, elimina três fontes de receita do Orçamento da Seguridade Social, além de reduzir de 20% para 14% a contribuição patronal sobre a folha de salários (de forma gradual, na proporção de 1% ao ano, do segundo ao sétimo ano da data de promulgação da Emenda Constitucional).

De acordo com o substituto em exame na Câmara, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e a Contribuição sobre o Salário Educação seriam incorporadas ao IVA-F, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL seria incorporada ao novo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ. Além disto, o Programa de Integração Social – PIS, cujos recursos são destinados ao pagamento do seguro-desemprego e ao pagamento do abono anual de

um salário mínimo para o trabalhador com renda de até dois mínimos mensais, também é absorvido ou incorporado ao IVA-F, desaparecendo mais uma fonte de receita da Seguridade Social, a quarta.

Embora o texto preveja o repasse de 39,7% do montante do Orçamento Fiscal – formado pelas receitas do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, que continuaria existindo, do IVA-F e do novo IRPJ para as despesas da Seguridade Social – os trabalhadores não têm certeza se esses recursos serão suficientes tampouco confiam nesse repasse, considerando experiências anteriores em que esse sistema não funcionou.

A lógica é que, perdendo as fontes exclusivas, a Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência) passe a depender da disputa de recursos no Orçamento Fiscal com outros grupos de interesse, além de alimentar a campanha pela privatização da Previdência e do seguro-acidente, sob a velha acusação de déficit ou insuficiência de receitas.

A presidente, assim, terá que rever esse modelo em debate na Câmara, enviando uma nova proposta que não coloque em risco a Seguridade Social, além de tributar mais o patrimônio e a renda e, menos o consumo.

Reforma política – Há acordo, na sociedade e no Parlamento, sobre a necessidade e até urgência de uma reforma política que dê consistência ideológica e programática aos partidos, que combata a corrupção e promova equidade na disputa eleitoral. Mas não existe consenso sobre o modelo ideal para atingir estes propósitos.

Parece que o processo de mudança na legislação eleitoral e partidária, a julgar pelas tentativas dos últimos dez anos, será sempre lento e gradual, com pequenos avanços em cada nova tentativa, como no caso mais recente da Lei da Ficha Limpa.

Temas que demandam mudança na Constituição dificilmente terão chance de aprovação. Estão nesta categoria aspectos como: a substituição do voto proporcional por majoritário para a Câmara, o fim da reeleição, o aumento do mandato presidencial de quatro para cinco anos, o fim dos suplentes de senadores, o voto facultativo, a possibilidade de candidaturas avulsas etc.

Mesmo no plano infraconstitucional, há temas que dificilmente serão aprovados. Propostas como financiamento público e adoção de lista pré-ordenada, por exemplo, só terão chances com apoio incondicional do governo e com generosas regras de transição.

A reforma deve ter um escopo bem menor que o esperado e poderá se restringir aos projetos encaminhados pelo governo Lula, que giram em torno de quatro eixos centrais: a) lista fechada; b) financiamento público; c) fidelidade; d) lisura no processo, com a exclusão dos candidatos condenados judicialmente; e) fim das coligações nas eleições proporcionais.

Na legislatura 2007-2011, as lideranças interessadas numa ampla reforma não reuniram apoio suficiente para promover mudanças substantivas, optando por votar dois projetos de lei, um projeto de lei complementar de iniciativa popular, que ficou conhecido como ficha limpa, e anteriormente um projeto de iniciativa de parlamentar, o PL 5.498/09, relatado pelo deputado Flávio Dino (PCdoB/MA), que pouco mudou em relação ao padrão anterior, exceto pequenos ajustes, que podem ser classificados como positivos em cinco aspectos: 1) na participação da mulher na política; 2) no uso da internet na eleição; 3) na valorização da militância política em relação ao poder econômico; 4) na fidelidade programática; 5) no respeito ao eleitor, que poderá votar para presidente, mesmo em trânsito, além da divulgação completa das chapas majoritárias.

A esperança dos defensores da reforma é que a presidente Dilma apoie, de modo engajado, os projetos encaminhados pelo ex-presidente Lula ao Congresso, especialmente os que tratam: a) da lista partidária (PL 4.636/09); b) do financiamento público de campanha (PL 4.634/09); c) da fidelidade partidária (PL 4.635/09); d) do fim das coligações na eleição proporcional (PL 4.637/09); e) da captação ilícita de sufrágio (PL 4.633/09); f) da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 322/09), que institui a cláusula de barreira ou de desempenho.

Reforma da previdência – Só terá viabilidade e, ainda assim a elevado custo, se vigorar apenas para quem ingressar no mercado de trabalho após a vigência da Emenda à Constituição que a instituir. Qualquer tentativa de adoção de idade mínima para o INSS ou mudança de regra constitucional que atinja os atuais segurados, do regime geral ou do regime próprio dos servidores, além de grandes resistências dos partidos da base e dos assalariados organizados, só vai provocar uma grande corrida às aposentadorias, produzindo o efeito inverso do pretendido.

Resumidamente, a agenda incluiria, sem prejuízo de acréscimo futuro de outros temas de interesse do governo, as seguintes matérias:

Reformas	Temas regulatórios	Outros temas
✓ Política ✓ Tributária ✓ Previdenciária	✓ Agências reguladoras ✓ Defesa da concorrência ✓ Comunicação ✓ Internet ✓ Mineração ✓ Código florestal ✓ Setor elétrico ✓ Defensivos agrícolas/fertilizantes ✓ Compra de terras por estrangeiros	✓ Recursos para a saúde (CSS/CPMF/EC n.º 29) ✓ Desoneração da folha ✓ Jornada de trabalho ✓ Dispensa imotivada (Convenção n.º 158 da OIT) ✓ Fator previdenciário ✓ Estabilidade de dirigente sindical ✓ Contribuição assistencial ✓ Plano Nacional de Educação, com ênfase nas creches, na educação infantil e no ensino técnico

XVI - RESTRIÇÕES E RESPONSABILIDADE FISCAL DO GOVERNO DILMA

As primeiras medidas fiscais da presidente Dilma diferem em forma e conteúdo dos “pacotes” de governos anteriores. Em lugar de cortes lineares de gastos houve a preocupação de fazê-lo setorizadamente, com preservação dos investimentos e dos programas sociais. O objetivo da “consolidação fiscal”, como o governo prefere chamar, é assegurar a sustentabilidade do crescimento econômico frente ao risco de retorno da inflação, ao desequilíbrio cambial e aos fatores externos, como aumento dos preços de commodities, a tragédia do Japão, a revolta popular na Líbia, entre outras incertezas no cenário internacional.

Realmente, manter a sustentabilidade do crescimento econômico, à razão de 4,5%, num cenário tão incerto quanto o de 2011, é um desafio e tanto. Uma coisa é crescer 7,5% em 2010 tendo como parâmetro o crescimento zero de 2009. Outra, completamente diferente, é, num ambiente com essas características, crescer 4,5% sobre um crescimento de 7,5% do ano anterior, como foi o caso de 2010.

Antes do anúncio dos cortes, entretanto, o governo criou despesas de caráter continuado. Foi o caso, por exemplo, do Salário Mínimo, da correção da tabela do Imposto de Renda e do aumento do valor do programa Bolsa Família. No último caso, a presidente cumpriu compromisso de campanha, e nos dois primeiros alegou que apenas honrava acordo entre o governo anterior e as centrais sindicais, no qual os parâmetros de correção já estavam determinados.

O programa “consolidação fiscal”, que prevê a redução de gastos de custeio em R\$ 50 bilhões de reais, teria por finalidade, segundo o governo: a) aumentar a eficiência dos gastos; b) preservar os programas sociais; c) garantir a expansão do investimento; d) facilitar a futura redução dos juros.

Esse corte de despesa, de acordo com as explicações da equipe econômica, destina-se a atingir dois grandes objetivos: 1) assegurar crescimento de 4,5%, com inflação dentro da meta e com solidez fiscal; 2) promover a redução: a) do déficit nominal, a partir do aumento do superávit fiscal; b) da dívida líquida do setor público, notadamente na sua relação com o PIB; c) da taxa de juros.

É comum, em início de governo, esse tipo de medida com contenção de gastos mas, no caso específico da gestão de Dilma Rousseff, ainda não é possível saber se isto será uma política a ser seguida nos anos seguintes. O Plano Plurianual a ser encaminhado ao Congresso em agosto de 2011 responderá a essa indagação.

As medidas anunciadas são todas de curto prazo, com vigência apenas em 2011. Um dos setores mais afetados com a contenção de despesa foi o de pessoal da administração pública, com o adiamento de concursos e de contratações, além da redução em 50% das despesas com diárias e passagens aéreas. Foram proibidas, ainda, a aquisição, reforma e aluguel de imóveis, bem como a aquisição de veículos para uso administrativo.

Os servidores públicos, entretanto, não podem nem devem deixar de cobrar a reposição de quadro onde há falta de pessoal, nem de exigir a correção de seus salários, para atualizar seu poder de compra, sob pena de arcarem sozinhos com as perdas que o governo está impondo para manter a sustentabilidade do crescimento econômico.

Se depender de setores da equipe econômica do governo, a reestruturação remuneratória dos servidores só seria retomada em 2013. Em 2011, não há previsão nem provisão no orçamento para reajuste linear e, para 2012, depende de negociação até final de agosto, último prazo para envio ao Congresso dos projetos sobre ampliação de despesa com pessoal, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A idéia de “fazer mais com menos”, iniciada em 2011, poderá servir de parâmetro para os próximos anos. Ou seja, o orçamento dos Ministérios tem como base o que foi gasto no ano anterior. Com isto, alguns cortes, que seriam apenas passageiros, poderão se consolidar. Os Ministérios mais atingidos pelos cortes foram, na ordem de valor, o das Cidades, com 8,577 bi; o da Defesa, com 4,383 bi; o da Educação,

com 3,101 bi; o do Turismo, com 3,082 bi; o dos Transportes, com 2,393 bi; o da Integração Nacional, com 1,816 bi; o da Justiça, com 1,526; o do Esporte, com 1,521; o da Agricultura, com 1,468; e o da Ciência e Tecnologia, com 0,953 bi.

A presidente Dilma, em sua campanha e em seus pronunciamentos, prometeu não abandonar a estratégia de desenvolvimento dos últimos oito anos no Brasil, que consistiu no consumo de massa e na manutenção da estabilidade econômica, combinada com políticas de inclusão social e investimento em infraestrutura.

Seu governo, portanto, não irá priorizar apenas a eficiência do gasto público, mas também a eficácia e a efetividade da ação governamental, em sintonia com os fundamentos e os objetivos da República, que são: 1) soberania, 2) cidadania, 3) dignidade da pessoa humana, 4) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e 5) pluralismo político.

XVII - A RELAÇÃO DO GOVERNO COM O CONGRESSO E A SOCIEDADE

O governo da presidente Dilma manteve o mesmo padrão de relacionamento com o Congresso e com a sociedade dos governos Lula, que continuará sendo realizado pela SRI – Secretaria de Relações Institucionais, e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Tal experiência deu certo.

A SRI, cujo titular é o deputado Luiz Sérgio (PT/RJ), é formalmente encarregada da coordenação política do governo, responde pela relação do governo com o Congresso Nacional e os partidos políticos, pela interlocução com os entes federativos (Estados e Municípios), além de coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

Na prática, entretanto, a coordenação política do governo é compartilhada com o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, que conduz a negociação com os partidos para ocupação de cargos-chave e definição das prioridades das políticas públicas, além de arbitrar disputas entre ministérios e órgãos governamentais em torno do conteúdo das políticas públicas antes de chegarem à Presidente.

A missão de coordenar e secretariar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social foi transferida da Secretaria de Relações Institucionais para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Conselho, que passou a ser coordenada pelo ministro Moreira Franco, titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, – é uma instância de articulação com a sociedade voltada para a “concertação” em torno de grandes políticas de desenvolvimento e amplo contrato social, visando à legitimação das iniciativas governamentais, especialmente perante o setor empresarial.

As posições do governo federal na relação com os demais Poderes e com as outras esferas de governo são decididas pela coordenação política do governo, composta pela Secretaria de Relações Institucionais, os Ministérios da Fazenda, Planejamento, Justiça, Secretaria-Geral da Presidência, Casa Civil e vice-presidente da República, que se reúne toda segunda-feira no Palácio do Planalto.

A Secretaria-Geral da Presidência da República, cujo titular é o ex-chefe de gabinete do ex-presidente Lula, Gilberto Carvalho, responde pela relação com os movimentos sociais, além de desenvolver políticas para a juventude e cuidar dos aspectos administrativos dos Palácios do Planalto e da Alvorada.

O “Conselhão” e a Secretaria-Geral da Presidência, portanto, são as duas instâncias governamentais de entrada da sociedade na relação com a Presidência da República. Esses espaços, no governo Dilma, serão muito importantes para manter os movimentos sociais em sintonia com o governo, cujo perfil é bem mais gerencial do que foi a gestão Lula.

XVIII - A PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COMO FATORES DE MUDANÇA

No Brasil, assim como nas demais democracias modernas, é cada vez maior a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas, seja por intermédio de grupos de pressão, seja por meio de atividades de relações institucionais e governamentais, relações corporativas, relações públicas e de *advocacy e lobbying*.

Desde o processo constituinte de 1988, tem sido crescente a participação dos grupos, movimentos, organizações e coalizões de interesse no acompanhamento do debate e formulação de políticas públicas.

Os grupos de pressão ou de interesse não pretendem a conquista do poder, mas apenas influenciar o processo decisório. Eles não integram o sistema político, de modo institucional, como os Po-

deres Executivo, Legislativo e Judiciário, mas atuam informalmente.

O propósito do lobby é obter decisões favoráveis ou bloquear decisões desfavoráveis aos interesses representados em todos os níveis (federal, estadual e municipal), esferas de governo e Poder (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, agências reguladoras etc.).

A representação de interesse tem por escopo promover o diálogo de associações, empresas e instituições com autoridades do Poder Público (governantes e parlamentares), e oferecer dados, análises e informações para que estas estejam mais bem informadas sobre os impactos – positivos ou negativos – que as políticas públicas em debate ou em formulação possam ter sobre determinados setores, segmentos da sociedade e grupos sociais específicos (sindicatos, empresas, associações de classe, ONGs etc.).

O governo e o Parlamento, em suas funções, sempre vão necessitar de interação com a sociedade (indivíduos, empresas, entidades, ONGs). Por isso a atividade de relações governamentais sempre será imprescindível. E a razão é simples: nenhuma autoridade (deputado, senador, ministro, secretário-executivo, governador, secretário estadual, prefeito e vereador) ou seus assessores têm conhecimento aprofundado sobre todos os assuntos e acesso a todos os dados relativos aos temas sobre os quais devem decidir.

O Poder Legislativo, por exemplo, quando delibera sobre o conteúdo das políticas públicas de sua competência, precisa considerar o que pensam: os outros poderes da República; os níveis de governo - União, Estados e Municípios; os empresários; os trabalhadores; o mercado; os organismos e governos internacionais; a academia; e, principalmente, a imprensa.

As políticas públicas, todos sabemos, traduzem a idéia de valor, de alocação de recursos ou benefícios para localidades, indivíduos ou grupos, mas também regulam a relação entre pessoas e entre estas e as instituições, públicas ou privadas. E, por isso mesmo, estão sujeitas à ação dos grupos empresariais, de profissionais liberais, de assalariados, feministas e grupos de natureza diversa, como ambientalistas, religiosos, recreativos, cívicos etc.

Afinal, não existiria democracia sem a atuação de grupos organizados da sociedade com esta finalidade de colaborar com as decisões parlamentares.

Os grupos ou segmentos que não se organizarem para defender seus interesses poderão ser prejudicados, já que as decisões políticas são produto de negociação, de pressão e da correlação

de forças, e seus prováveis adversários que certamente estarão atuando sobre os decisores. Daí a importância e necessidade da organização e participação.

As atividades de relações institucionais e governamentais, entretanto, devem ter regras de conduta, tanto para o agente público quanto para os representantes de interesses da sociedade civil (cidadãos, empresas, entidades, ONGs etc.), dentro dos melhores marcos éticos, morais, de transparência e legais, de responsabilização e de igualdade perante a lei.

O processo decisório, especialmente no Poder Legislativo, é complexo e seu acompanhamento requer compreensão sobre:

a) as instituições, suas estruturas e atribuições – como as mesas diretoras, colégio de líderes, comissões etc;

b) os atores ou decisores – como líderes, vice-líderes, especialistas, enfim, parlamentares influentes;

c) as regras e procedimentos para tomada de decisão – como o processo legislativo, tipologia das proposições, sua hierarquia, prazos, destaques, possibilidades de votação etc;

d) o ambiente ou contexto político em que se dão as decisões, especialmente o sentimento político, o grau de aceitação da matéria etc;

e) o conteúdo da política pública; e

f) as estratégias e táticas empregadas.

Já para o trabalho político-parlamentar-legislativo, de acompanhamento e monitoramento dos projetos no Congresso Nacional, devem ser observados alguns pressupostos e condições:

Quanto à persuasão e convencimento:

- atuar de forma transparente;
- atuar com profissionalismo;
- não manipular informações nem dados como elemento de convencimento;
- não praticar corrupção nem utilizar tráfico de influência;
- não fazer uso de métodos condenáveis ética e moralmente, como chantagem, ameaça, intimidação, abuso de poder econômico.

Quanto ao conteúdo, patrocinar apenas pleitos:

- legais e legítimos;
- defensáveis ética e moralmente;

- que não constituam privilégios ou favores para um setor específico;
- que não levem a concorrências desleais ou fraudulentas;
- que, preferencialmente, coincidam com o interesse público.

Quanto às condições para êxito:

- conhecer o processo legislativo;
- ter estrutura, organização, pessoal qualificado e objetivos claros;
- conhecer os principais atores ou decisores;
- possuir capacidade de análise e senso de oportunidade;
- ter capital de relações;
- gozar de credibilidade.

Com esses pressupostos e condições, essas organizações podem contribuir para estabelecer limites à ação dos poderes; na formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas; e na promoção do interesse público favorável a seus pleitos.

Em essência, a sociedade não pode nem deve prescindir do monitoramento, da participação e do controle social; deve ter assegurado pleno acesso ao processo de formulação, ao conteúdo das proposições; e deve, principalmente, acompanhar as atitudes, os comportamentos e os votos de seus representantes no Parlamento em relação às políticas públicas de interesse da cidadania.

No governo Dilma, mais do que nunca, essa mobilização e participação serão necessárias. A propósito, a regulamentação do lobby e do direito constitucional de acesso a informações devem ser priorizados pelo governo.

XIX- CONSTATAÇÕES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS PESSOAIS DA PRESIDENTE

Antes mesmo do resultado das eleições de 2010, pelas circunstâncias do pleito, já era possível antever que o próximo presidente da República teria perfil mais técnico, mais voltado para a gestão, por força da disputa polarizada entre Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, ambos com forte viés gerencial.

Era possível antever, também, que chefiar o presidencialismo brasileiro, cuja condução requer de seu titular as dimensões de Líder

da Nação, de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, seria um grande desafio para um presidente com perfil mais técnico e sem tanta experiência política anterior, como é o caso de Dilma Rousseff.

Portanto, é natural e prudente que a presidente, que sucede ao ex-presidente Lula, um político cuja experiência não encontra parâmetro na vida política brasileira, passe por um processo de adaptação, como forma de ganhar segurança no exercício da liderança da Nação.

Afinal, o exercício das lideranças política e executiva é fundamental para o sucesso de um governo. Embora a presidente Dilma Rousseff já tivesse sido testada na função executiva, ainda não possuía experiência necessária na liderança política, fato que explica, em certa medida, sua precaução e cuidado com a exposição pública nestes três primeiros meses.

Neste início de governo, a titular do Poder Executivo tem exercido, de forma plena, a dimensão de Chefe de Governo, mas precisa dar às outras dimensões – Chefe de Estado e Líder da Nação – a mesma prioridade e visibilidade que tem dado à gestão e à direção superior da administração pública.

O primeiro cuidado que a presidente precisa ter – e parece que já está tendo – é que o seu método de trabalho, muito focado na gestão, não pode se sobrepor às outras funções, ou transparecer que elas sejam secundárias ou desimportantes. Pelo contrário, elas são a fonte de legitimidade do governo.

O segundo, e talvez o principal cuidado, diz respeito à relação com ex-presidente Lula. O equilíbrio nessa relação é fundamental. A presidente não pode deixar de ter suas próprias marcas e projetos, nem renunciar ao direito de reeleição em favor de seu antecessor, mas ao mesmo tempo não pode esquecer que Lula foi e poderá ser seu porto seguro. Afinal foi ele que a fez sucessora e é ele quem tem ascendência sobre o partido, assim como exerce influência sobre os movimentos sociais.

Nesse diapasão, com as cautelas e cuidados necessários, assim como o fez recentemente ao receber as centrais sindicais, a presidente deve continuar abrindo mais seu gabinete para a sociedade, incluindo os agentes econômicos e sociais. Só com a prática cotidiana se adquire habilidade política e se capacita para o exercício da liderança política.

Por mais que o governo seja ágil no diagnóstico das necessidades da população, eficiente na propositura de resolução e efetivo na adoção de políticas públicas, há a necessidade de transmitir essa percepção para o povo com ações simbólicas, e ninguém possui mais

credibilidade e capilaridade do que o chefe do Poder Executivo, já que foi eleito pelo sistema majoritário.

Passados três meses do início do mandato presidencial, a sensação ou impressão geral é que o governo da presidente Dilma é de continuidade, mas com um diferencial em relação ao antecessor: o estilo é mais formal e, aparentemente, sem grandes projetos de transformação.

Assim, mantido esse padrão, a presidente só tomaria medidas mais arrojadas, como a inclusão de reformas polêmicas na pauta, como a previdenciária e trabalhista, na hipótese de sentir-se fortalecida na relação com o Congresso e apoiada pela mídia.

Entretanto, na hipótese de enfrentamento de temas polêmicos, pelo perfil da presidente, o mais provável é que essa nova agenda seja focada ou mais voltada para o “empreendedorismo”, com ações para facilitar o ambiente de negócios no Brasil, em paralelo às medidas de combate à miséria, melhoria da saúde pública, entre outros itens de apelo popular, e não em temas que afrontem sua base social.

O fato é que, para ganhar a desenvoltura de Líder da Nação, além de utilizar de forma inteligente e articular os variados instrumentos midiáticos e outras formas de construção de imagem próxima à sociedade, a presidente precisará ter grandes projetos de transformação social e de promoção da igualdade. Assim fizeram JK, Getúlio e Lula.

Do contrário, sua gestão poderá ser percebida como um governo “mediano”, frio, preocupado em articular e organizar os partidos e a base no Congresso, mas pouco interessado nos problemas e na participação da sociedade. Ou seja, um governo mais burocrático e menos político.

O gesto de chamar as centrais sindicais para uma primeira reunião e convidá-las a participar de evento com o presidente norte-americano, Barack Obama, em sua recente visita ao país, já foi um primeiro passo na perspectiva de ampliar a dimensão de seu governo para além do aspecto de gestão.

A falta de carisma e de experiência política, entretanto, nesse início de gestão, não afetou o desempenho do governo nem trouxe prejuízos para a popularidade da presidente, basicamente por quatro motivos.

O primeiro é que há sempre um período de tolerância em início de governo, que varia de 100 a 150 dias.

O segundo é que a oposição é pequena e a coalizão que elegeu e dá sustentação à Dilma é muito grande.

O terceiro é que a própria presidente tem surpreendido na forma, embora ainda tímida, com que vem se relacionando com a imprensa e com os agentes econômicos e sociais.

O quarto e mais curioso motivo é que setores da imprensa e da oposição, que na campanha tinham atacado a candidata Dilma de forma vil, vêm elogiando a presidente exatamente por sua postura discreta e formalista, por sua parcimônia nas viagens nacionais e internacionais, bem como pela economia nos discursos públicos.

Na ânsia de estimular mudanças de rumo no governo Dilma em relação aos mandatos presidenciais de Lula e provocar conflito entre os dois, esses agentes têm apontado supostas diferenças de concepção da atual presidente na política externa, na gestão da máquina e dos recursos públicos e, principalmente, na defesa da democracia, dos direitos humanos e da liberdade de imprensa.

Este aspecto, da relação com o ex-presidente Lula, é o mais sensível da gestão da presidente Dilma, como já apontado em tópicos anteriores. Há necessidade de muita perícia e equilíbrio nesse relacionamento, evitando qualquer atrito que possa comprometer o desempenho da presidente.

Se de um lado a presidente Dilma, mesmo num governo de continuidade, precisa mostrar seu estilo, de outro não é conveniente nem aconselhável distanciar-se do ex-presidente, cuja liderança e capacidade de mobilização popular são inquestionáveis. Um exemplo que ilustra essa nova política da presidente Dilma ocorreu no campo internacional com a reorientação na atuação do Brasil na ONU em alguns aspectos sensíveis, nos quais mostrou vontade própria na condição de Chefe de Estado.

A presidente Dilma não pode deixar transparecer, em hipótese alguma, que Lula manda no seu governo, ainda que seja um conselheiro político fundamental. Também não pode dar a entender que esteja disposta a abrir mão de concorrer à reeleição em favor de seu padrinho político, tendo condições e popularidade. Isto seria ruim para sua gestão. Assim como o inverso: se houvesse um completo afastamento de Lula.

A projeção de uma imagem de Líder da Nação terá efeitos determinantes num processo de reeleição, uma vez que a presidente Dilma terá de contar muito mais com suas próprias forças, pois é previsível a redução da influência do ex-presidente Lula na transferência tão maciça de votos daqui a quatro anos.

Finalmente, para quem era tida como “um poste” por muitos adversários e até por certos aliados, a presidente Dilma vem surpreendendo pela forma como tem governado nesses três primeiros meses, período que antecede a edição desta publicação.

XX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil e as características do governo da presidente Dilma, como se depreende da leitura desta publicação, pode ser assim resumido:

- Governo de coalizão (PT, PMDB, bloco de centro-esquerda e bloco de centro-direita);
- Equipe com legitimidade política e competência técnica, especialmente nas áreas de execução;
- Maior racionalidade administrativa, com foco em resultados;
- Governo mais formal e hierarquizado;
- Grandes decisões sempre de caráter pessoal da presidente;
- Oposição mais cooperativa em relação a governos anteriores;
- Maior presença dos governadores nas articulações políticas;
- Menor presença sindical na gestão do governo, mas com espaço nas instâncias de diálogo e negociação;
- Presidente zelosa de sua autoridade e implacável com erros, indisciplina, incompetência ou corrupção;
- Governo fiscalmente responsável e comprometido com a estabilidade econômica (controle da inflação, ainda que para tanto tenha que aumentar as taxas de juros e buscar equilíbrio cambial);
- Parcimônia nos gastos de natureza permanente, inclusive em relação à despesa com pessoal;
- Governo comprometido com o desenvolvimento econômico e social do país, com o combate à miséria e às desigualdades; e
- Governo que toma decisões, inclusive as impopulares, como o ajuste fiscal com corte de despesas e investimentos;

A continuidade, ou não, da equipe e da linha de atuação do governo depende da efetividade das variáveis acima e, principalmente, da unidade política da base, da conjuntura internacional e da forma de relacionamento da presidente com a imprensa, os partidos políticos, os movimentos sociais e os agentes econômicos.

XXI - QUEM É QUEM NO GOVERNO DILMA – PERFIL E DESAFIOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Dilma Rousseff – economista, nasceu em Belo Horizonte (MG) no dia 14 de dezembro de 1947. Iniciou sua trajetória política na luta contra a ditadura militar (1964-1985). Foi presa e torturada antes de recomeçar a vida em 1973 na cidade de Porto Alegre (RS). Em 1979, participou da campanha pela Anistia. No estado do Rio Grande do Sul, ocupou diversos cargos públicos como a Secretária da Fazenda de Porto

Alegre entre 1986 e 1988. Em 1991, presidiu a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação no governo de Alceu Collares. Reassumiu o cargo de secretária em 1999, no governo Olívio Dutra, permanecendo até o ano de 2002. Ex-militante do PDT, filiou-se ao PT em 2001. Durante a campanha de Lula, em 2002, incorporou o Projeto Energia Elétrica, do Instituto de Cidadania, ao Programa de Governo e integrou a equipe de transição do governo. Com perfil técnico e credenciada pelo trabalho realizado no governo gaúcho, assumiu, a convite do presidente Lula, o Ministério de Minas e Energia entre 2003 e 2005, onde comandou uma profunda reformulação no setor. Como ministra, também presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás, quando introduziu o biodiesel na matriz energética e criou o programa federal “Luz para Todos” com o desafio de acabar com a exclusão elétrica do país. Em 2005, após a renúncia de José Dirceu, assumiu o cargo de ministra-chefe da Casa Civil com a missão de comandar programas estratégicos do governo, entre eles, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”, além de participar ativamente da comissão interministerial encarregada de elaborar os projetos referentes à exploração petrolífera na camada pré-sal. Em 2009, figurou entre os 100 brasileiros mais influentes, lista divulgada pela Revista Época, e foi eleita a 16ª pessoa mais poderosa do mundo, pela Revista Forbes. Em 31 de março de 2010, Dilma deixou a Casa Civil e, em 13 de junho, teve seu nome oficializado pelo PT para a sucessão de Lula. Foi eleita presidente em segundo turno, com 55.539.391 votos ou 56,01% dos votos válidos, derrotando o tucano José Serra. Tornou-se, no dia 1º de janeiro de 2011, a primeira mulher presidente do Brasil em 123 anos de história da República.

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Michel Temer – advogado, professor e doutor em Direito, nasceu em 23 de setembro de 1940, na cidade de Tietê, interior do Estado de São Paulo. Temer iniciou a trajetória política como Procurador-Geral e secretário de Segurança Pública no governo Franco Montoro, quando criou a primeira Delegacia da Mulher no Brasil e a Delegacia de Proteção aos Direitos Autorais. Político preparado, articulado e didático na forma de expor, foi eleito e reeleito presidente da Câmara dos Deputados nos períodos 1997-1998, 1999-2000 e 2009-2010. Como presidente da Câmara, assumiu interinamente a Presidência da República em duas ocasiões, de 27 a 31 de janeiro de 1998, e em 15 de junho de 1999. Presidente nacional do PMDB, já foi líder do partido na Câmara (1995-1997). Um dos principais operadores das reformas constitucionais no governo FHC, foi relator da Emenda Constitucional 20/98, da reforma da previdência. Durante os seis mandatos de deputado federal, integrou por 16 anos consecutivos o seletivo grupo dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo os critérios da publicação “Os Cabeças do Congresso”, editada pelo DIAP.

CASA CIVIL



Antonio Palocci – médico sanitário, nasceu em Ribeirão Preto (SP) no dia 4 de outubro de 1960. Iniciou a atividade política no movimento estudantil e sindical, tendo presidido o centro acadêmico da Faculdade de Medicina e a regional do diretório central dos estudantes da USP. Foi presidente da Associação dos Médicos Residentes de Ribeirão Preto e diretor regional do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo. Foi fundador do PT e presidiu a sigla no Estado de São Paulo. Coordenou a campanha do presidente Lula em 2002 e, posteriormente, assumiu o Ministério da Fazenda, onde conquistou grande prestígio do mercado por ter mantido sob controle a inflação, as contas públicas e recuperado a credibilidade econômica do país. Foi eleito, por dois mandatos, vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito de Ribeirão Preto. Político experiente e formador de opinião, é referência em assuntos econômicos e tributários. Durante os mandatos de deputado federal, por seis anos, integrou o seletivo grupo dos 100 parlamentares do Congresso Nacional, segundo metodologia adotada pelo DIAP. Em 2010, esteve também entre os dez mais do

Parlamento brasileiro. É membro da corrente política “Construindo um Novo Brasil”. Foi coordenador político da campanha de Dilma, retornando ao governo federal em 2 de janeiro como ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O novo ministro substituiu Carlos Eduardo Esteves Lima que, por sua vez, havia sucedido Erenice Alves Guerra no comando da Pasta.

Atribuições/desafios: coordenação e integração das ações de governo; assessoria direta à presidente na preparação e filtragem dos atos oficiais; análise de mérito, oportunidade e constitucionalidade dos atos submetidos à presidente da República, inclusive para efeito de veto ou sanção; articulação, em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais, de nomeações e liberação de emendas orçamentárias, entre outras atribuições.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Luiz Sérgio Oliveira – metalúrgico, sindicalista, nasceu em Angra dos Reis (RJ) no dia 9 de abril de 1958. Foi reeleito em 2010 para seu quarto mandato consecutivo de deputado federal. Político de origem no movimento sindical, com militância nos movimentos sociais ligados à Igreja Católica, é delineador naval. Entre 1987 e 1988, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis. Na sua cidade natal foi prefeito e vice-prefeito, quando priorizou a luta pela retomada da construção naval brasileira e ações no campo da geração de energia. Foi identificado pelo DIAP, em 2007, como um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, destacando-se pela habilidade de articulador, negociador e debatedor na liderança da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Sempre muito ativo na defesa do governo Lula no plenário e nas comissões permanentes, ajudou na coordenação da bancada durante a votação e aprovação das principais medidas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Luiz Sérgio tomou posse no dia 3 de janeiro como ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, substituindo Alexandre Rocha Santos Padilha, que assumiu o Ministério da Saúde.

Atribuições/desafios: coordenação política do governo; relacionamento com o Congresso, com os partidos e com os demais entes da federação (estados e municípios). A principal tarefa, entretanto, é acompanhar e negociar as votações de interesse do governo no Congresso.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS



Moreira Franco – sociólogo, economista, nasceu em Teresina (PI) no dia 19 de outubro de 1944. Advindo do movimento estudantil, enfrentou a ditadura militar e participou da criação do movimento político da Frente Liberal e da campanha das Diretas Já. Com base política no Rio de Janeiro, foi prefeito de Niterói (1976) pelo MDB. Elegeu-se governador (1986-1991) e deputado federal por dois mandatos, pelo PMDB. Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder do PMDB, presidiu a Comissão de Finanças e Tributação e relatou a reforma administrativa do governo FHC (1995/1997). Apoiador consistente do então presidente FHC, na avaliação do DIAP, foi um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Político articulado, presidiu a Fundação Ulysses Guimarães e foi diretor do Centro de Estudos Governamentais do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Foi vice-presidente de Fundos e Loterias da Caixa Econômica Federal e participou do comitê gestor do FGTS.

O novo ministro substituiu Samuel Pinheiro Guimarães que, por sua vez, havia sucedido Roberto Mangabeira Unger no comando da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

Atribuições/desafios: coordenação e secretariado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; articulação com o governo e sociedade civil para formular a estratégia nacional de desenvolvimento; identificação de cenários e subsídios para a preparação de ações de governo; proposição de ações de reformas do Estado com vistas a políticas futuras; e elaboração do planejamento nacional de desenvolvimento de longo prazo.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Gilberto Carvalho – filósofo, ex-seminarista, nasceu em Londrina (PR) no dia 21 de janeiro de 1951. Formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), militou nos anos 80 no movimento social ligado à Igreja Católica. Trabalhou por nove anos em fábricas em Curitiba e no ABC paulista. É especialista em gerenciamento público em instituições da Venezuela, México e Espanha. No Partido dos Trabalhadores, desempenhou diversas atividades como a de presidente do diretó-

rio do Paraná e secretário nacional de formação política. Também exerceu o cargo de secretário de Comunicação e de secretário de Governo na prefeitura de Santo André (SP). Durante o mandato do ex-presidente Lula, chefiou o gabinete pessoal da Presidência da República. Gilberto Carvalho permanece no governo de Dilma, tendo assumido no dia 2 de janeiro a Secretaria-Geral da Presidência da República em substituição a Luiz Soares Dulci.

Atribuições/desafios: relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação de interesse do Poder Executivo; administração de pessoal e do patrimônio dos Palácios e residências presidenciais; participação na elaboração da agenda presidencial; execução dos programas associados à juventude.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Helena Chagas – jornalista, nasceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 12 de outubro de 1961. Foi diretora de jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Formou-se na Universidade de Brasília (UNB) em 1982, iniciando sua carreira como repórter do Jornal de Brasília. Já trabalhou no Diário da Manhã e depois no jornal O Globo como repórter por dez anos. Em seguida, trabalhou na TV Senado, no Estado de São Paulo e voltou ao Globo por mais onze anos, quando exerceu as funções de coordenadora da área política, chefe de redação e diretora da sucursal de Brasília. Analista política, colunista do jornal O Globo e do Jornal de Brasília. Além de dirigir o “Blog dos blogs”, do portal de internet iG, na iniciativa privada, também dirigiu a sucursal do SBT em Brasília. Atuou também como comentarista política no jornal matutino da emissora. Deixou o cargo na EBC para ser coordenadora de imprensa da presidente Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral e a transição de governo.

A nova ministra substituiu Franklin Martins no comando da SECOM/PR.

Atribuições/desafios: cuidar da publicidade, da política de comunicação e divulgação social do governo e implementar programas informativos; promover a integração das campanhas de divulgação dos diversos órgãos do governo; analisar, avaliar e formular estratégias de comunicação; bem como desenhar cenários e promover estudos de interesse estratégico da Presidência da República.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



José Elito Carvalho Siqueira – general de Exército, nasceu em Aracaju (SE) no dia 26 de novembro de 1946. Sua experiência militar inclui, entre outros cargos, o de comandante da Força de Estabilização das Nações Unidas no Haiti e comandante militar da Região Sul do País. Em sua carreira militar também ocupou o posto de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Foi oficial do gabinete do ministro do Exército, comandante do 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, comandante geral da Polícia Militar de Alagoas, adido do Exército e da Aeronáutica na África do Sul, oficial do gabinete da Casa Militar da Presidência da República, comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva – Tefé (AM), comandante da Aviação do Exército e diretor de Avaliação e Promoções, além de comandante da 6ª Região Militar em Salvador (BA). Assumiu, no dia 3 de janeiro, o GSI.

O novo ministro substituiu o general Jorge Armando Felix no comando do GSI/PR.

Atribuições/desafios: prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises institucionais, assessorar o presidente em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação e, principalmente, garantir a segurança pessoal do presidente e seu vice, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo presidente da República.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Jorge Hage Sobrinho – magistrado aposentado e administrador, nasceu em Itabuna (BA) no dia 5 de maio de 1938. É mestre em Administração Pública e em Direito Público. Atuou como advogado em Salvador (BA), entre 1963 e 1970, e foi professor adjunto da UFBA entre 1962 e 1991. Exerceu diversas funções de direção e coordenação acadêmica, além do magistério superior, inclusive como pró-reitor de Planejamento e Administração da UFBA. Na Bahia, foi prefeito nomeado de Salvador (1975-1977), deputado estadual e deputado federal Constituinte (1987-1991). Foi secretá-

rio de Apoio Administrativo do ministro Ney Braga, no Ministério da Educação e Cultura (1974-1975). Na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), foi titular da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo (1987) e vice-presidente da Comissão de Educação (1989). Foi juiz assistente e coordenador da assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). Após aposentar-se da magistratura, assumiu a função de secretário-executivo da Controladoria-Geral da União em 2003. Jorge Hage assumiu a CGU em junho de 2006, durante o governo do presidente Lula. Permanece no cargo durante a gestão Dilma.

Atribuições/desafios: combater a corrupção, promover o controle interno, a auditoria pública, instituir a ouvidoria-geral, além de receber e apurar denúncias relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, podendo acionar o Tribunal de Contas da União, a Secretaria da Receita Federal, os órgãos do Controle Interno do Poder Executivo Federal, e, havendo indício de responsabilidade penal, o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Público.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Luís Inácio Lucena Adams – advogado, nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 2 de março de 1965. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é especialista em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi assessor municipal de Florianópolis (SC), exerceu o cargo de técnico judiciário no Estado e lecionou Direito Tributário na Universidade do Vale do Itajaí e Teoria Geral do Estado na Fundação Educacional de Brusque (SC). Em 1993, ingressou em carreira da Advocacia Pública Federal como Procurador-Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região, onde já exerceu os cargos de coordenador administrativo e chefe de gabinete, bem como foi procurador-regional da União interino. Na administração pública, também atuou como secretário-executivo adjunto e consultor jurídico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e como coordenador da comissão deliberativa responsável pela gestão do Sistema Integrado de Controle das Ações Judiciais da União (SICAU). Em 2001, foi nomeado secretário-geral de contencioso do gabinete do advogado-geral da União. Como procurador-

geral da Fazenda Nacional, credenciou-se para ser nomeado, em 23 de outubro de 2009, para o cargo de advogado-geral da União do governo do presidente Lula. Adams permanece como ministro da AGU no governo da presidente Dilma.

Atribuições/desafios: promover a representação judicial e extrajudicial da União; exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; realizar a defesa de leis e atos normativos impugnados em ações diretas de inconstitucionalidade; promover o controle da legalidade dos atos da administração pública; propor e editar súmulas vinculantes para a administração pública; elaborar pareceres normativos, com força vinculante, desde que aprovado pelo presidente da República; e promover a conciliação das disputas no governo para evitar a judicialização.

*BANCO CENTRAL DO BRASIL



Alexandre Tombini – antes de assumir o cargo de presidente, foi diretor de Normas, de Assuntos Internacionais e de Estudos Especiais do Bacen. Nasceu no Rio Grande do Sul, mas construiu sua vida pública em Brasília, onde se formou em economia pela Universidade de Brasília (UnB). Fez doutorado na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, além de ser especialista nas áreas de metas de inflação, microeconomia do setor bancário e regulação do setor financeiro, com ênfase em risco de mercado. Como servidor de carreira do Banco Central, também serviu no escritório da representação brasileira no Fundo Monetário Internacional (FMI) e foi coordenador-geral da Área Externa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Atuou ainda como assessor especial da Câmara de Comércio Exterior.

Tombini substituiu Henrique Meirelles na Presidência do Banco Central do Brasil.

Atribuições/desafios: formular, executar e controlar as políticas monetária, cambial, de crédito e de relações financeiras com o exterior; organizar, disciplinar e fiscalizar o sistema financeiro nacional; gerir o sistema de pagamentos brasileiros e dos serviços do meio circulante, além de promover as medidas indispensáveis ao controle da inflação.

*Autarquia cujo titular possui status de ministro de Estado

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL



Wagner Bittencourt de Oliveira – engenheiro formado pela PUC-RJ, com especialização em Finanças e Mercado de Capitais, nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Desde 2006, ocupava a diretoria de Infraestrutura, Insumos Básicos e Estruturação de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também foi chefe de departamento e gerente de várias unidades do BNDES. Com experiência executiva, desempenhou os cargos de secretário do Ministério da Integração Nacional, foi superintendente da SUDENE, presidiu a Companhia Ferroviária do Nordeste, além de membro do conselho de administração de empresas dos setores bancário, de energia, mineração, metalurgia e bens de capital, entre os quais Caraíba Metais, Sibra, Cadam, Usiminas Mecânica, Banco do Nordeste e Eletrobras.

A Secretaria foi criada pela Medida Provisória nº 527/2011 na gestão da presidente Dilma Rousseff.

Atribuições/desafios: formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil; implementar o planejamento estratégico do setor, definindo prioridades dos programas de investimentos; elaborar e aprovar os planos de outorga para exploração do setor privado; administrar recursos e programas de desenvolvimento da infraestrutura de aviação civil; transferir para Estados, Municípios e Distrito Federal a implantação, administração e exploração de aeroportos.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES



Iriny Lopes – engenheira, jornalista, nasceu em Lavras (MG) no dia 12 de fevereiro de 1956. Reeleita para o terceiro mandato consecutivo de deputada federal, deixou o Congresso Nacional para assumir a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Defensora das causas de direitos humanos, habitação e meio ambiente, conquistou popularidade como Presidente da Associação Capixaba dos Mutuários (ASCAM), além de ter sido membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Fundadora da Cooperativa de Engenheiros do Espírito Santo, quando desenvolveu um programa de habitação na região de São Pedro (ES). Esteve entre as lideranças do movimento contra o crime organizado

no Espírito Santo. Em 2005, tornou-se a primeira mulher presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Ainda no Congresso, foi vice-líder do PT entre 2003 e 2005. Em 2010, foi novamente indicada pelo PT para ocupar o posto de presidente da CDHM. Como presidente do colegiado, priorizou o debate do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), que contempla as demandas sociais e da juventude. Está no PT desde 1983.

A nova ministra substituiu Nilcéia Freire no comando da SPM/PR.

Atribuições/desafios: promover o combate à violência contra a mulher e incentivar programas para redução das mortes relacionadas à gravidez, estimular e apoiar campanhas educativas e anti-discriminatórias, além de ações para redução da desigualdade.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS



Maria do Rosário – professora e pedagoga, nasceu em Veranópolis (RS) no dia 22 de novembro de 1966. Foi eleita deputada federal pela primeira vez em 2002 e reeleita nos pleitos de 2006 e 2010. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista. Professora da rede pública, é especialista no tema da violência doméstica. Foi duas vezes vereadora (1992/1996 e 1997/1998) e deputada estadual (1999/2003). Na Câmara dos Deputados, foi relatora da CPMI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Ainda como deputada, representou a instituição na Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar e presidiu a comissão especial da Lei Nacional de Adoção. Coordenou também a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2009, presidiu a Comissão de Educação e Cultura, tendo se destacado pela coordenação de debates em todo o Brasil do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Foi vice-líder da bancada em 2010. Está no PT desde 1994.

A nova ministra substituiu Paulo de Tarso Vannuchi no comando da SDH/PR.

Atribuições/desafios: promoção do direito à cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias, além da defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e de sua integração à vida comunitária. Compete-lhe, ainda, articular e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL



Luiza Helena de Bairros – administradora, socióloga, nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 27 de março de 1953. Em 2008, ocupou a secretaria estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia. Com trajetória respeitável no movimento negro de combate ao racismo, coordenou a pesquisa do Projeto Raça e Democracia nas Américas: Brasil e Estados Unidos. Estudiosa e dedicada, é graduada em Administração Pública e de Empresas pela UFRGS e especialista em Planejamento Regional pela UFCE, além de mestre em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em sociologia pela Michigan State University. De 2001 a 2003, atuou no programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), preparando e acompanhando a III Conferência Mundial Contra o Racismo. Entre 2003 e 2005, trabalhou no Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Foi consultora do PNUD e coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional nas prefeituras de Recife e Salvador e no Ministério Público de Pernambuco.

A nova ministra substituiu Eloi Ferreira de Araújo no comando da SEPPIR/PR.

Atribuições/desafios: promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação; acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e órgãos governamentais brasileiros para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de programas de cooperação com organismos públicos e privados no combate à discriminação e na formulação e implementação de políticas públicas.

SECRETARIA DE PORTOS



José Leônidas Cristino – engenheiro civil, nasceu em Coreaú (CE) no dia 3 de junho de 1957. Para assumir o cargo, renunciou ao mandato de prefeito de Sobral (CE). Eleito pela primeira vez em 2004 para a prefeitura de Sobral, foi também deputado federal entre 1995 e 2003. Dedicado à engenharia rodoviária, executou projetos em vários estados brasileiros. Foi diretor de operação da Superintendência Municipal de Obras e Viação de Fortaleza em 1989. No Ceará, foi se-

cretário dos Transportes, Energia, Comunicações e Obras do Estado entre 1991 e 1994. Na prefeitura de Sobral (CE), já exerceu o cargo de secretário de Obras entre 1999 e 2002. Na Câmara dos Deputados, apresentou vários projetos e integrou as comissões temáticas de Viação e Transportes e de Desenvolvimento Urbano e Interior, além da Comissão Mista de Orçamento. Foi vice-líder do PPS antes de filiar-se ao PSB.

O novo ministro substituiu Pedro Brito Nascimento no comando da SEP/PR.

Atribuições/desafios: formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais portuários marítimos; promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio à infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos e dos outorgados às companhias docas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



Wagner Gonçalves Rossi – ocupa o cargo desde março de 2009, ainda na gestão do ex-presidente Lula. Antes, foi presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Empresário e produtor rural, Rossi tem vasta formação acadêmica. É graduado em Administração pela Universidade de Ribeirão Preto, em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e tem pós-graduação em Economia Política também pela USP. É também mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Ph.D em Administração e Economia da Educação pela Bowling Green State University of Ohio (EUA). Rossi ocupou vários cargos no governo paulista. Foi secretário de Transportes, de Infraestrutura Viária, de Educação, de Esportes e de Turismo, além de presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). De 1983 a 2002, foi deputado estadual em São Paulo e federal por mais três, pelo PMDB. No partido, já ocupou a vice-presidência nacional no período de 1997 a 1998.

Wagner Rossi substituiu Reinhold Stephanes no Ministério da Agricultura.

Atribuições/desafios: ampliar as linhas de crédito rural, aumentar a produção de grãos, manter estoques reguladores estratégicos, ampliar as exportações, incentivar o cooperativismo, criar o seguro rural, promover campanhas de vacinação e controle sanitário animal e vegetal, prestar assistência técnica e desenvolver pesquisas tecnológicas em agricultura e pecuária, além de levar energia elétrica às áreas rurais.

MINISTÉRIO DAS CIDADES



Mário Negromonte – natural de Recife/PE, nasceu em 6/07/1950. Advogado e empresário da construção civil em Paulo Afonso (BA), é deputado federal pela Bahia desde 1995. Foi reeleito para o quinto mandato consecutivo em 2010. Negromonte iniciou a carreira política em 1986 filiado ao PMDB. Migrou para o PSDB em 1988 e está no PP desde 2003. É vice-presidente nacional do PP e presidente do diretório estadual do partido na Bahia. Parlamentar experiente, foi deputado estadual e secretário de Transportes de Salvador (BA) durante a administração de Lídice da Mata (1993-1994). Na segunda gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Negromonte foi líder do PP na Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Minas e Energia. Antes, já havia sido vice-líder do PSDB (1997-2001) e vice-líder do PP (2005-2006). Casado com Ena Vilma Negromonte, prefeita da cidade de Gloria (BA), é pai de três filhos, entre eles, Mário Negromonte Júnior, eleito deputado estadual nas eleições 2010.

O novo ministro substituiu Márcio Fortes de Almeida no comando da Pasta.

Atribuições/desafios: promover a integração entre o governo federal e os municípios; coordenar a ação governamental nos municípios nas questões sobre habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; implementar o Conselho de Desenvolvimento Urbano, que poderá se chamar Conselho de Desenvolvimento das Cidades; e incentivar a criação de agências estaduais e municipais de fomento à construção de casas populares, além de acompanhar o programa Minha Casa, Minha Vida.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Aloizio Mercadante – economista, professor licenciado da PUC-SP e da Unicamp, Mercadante participou da elaboração dos programas de governo do PT, foi assessor econômico da campanha presidencial, membro da executiva nacional do partido e deputado federal por dois mandatos. No primeiro mandato de deputado federal, em 1991, destacou-se nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do PC Farias e do Orçamento. No segundo mandato,

em 1999, presidiu a Comissão de Economia, Indústria e Comércio e foi líder do partido na Câmara. Eleito para o Senado em 2002, foi líder do governo Lula e presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos da Casa. Com excelente trânsito no Congresso, foi eleito presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Em 2009, atuou como líder da bancada do PT no Senado Federal e líder do governo Lula. Parlamentar de sólida formação intelectual, é respeitado pela qualidade de suas intervenções.

O novo ministro substituiu Sérgio Machado Rezende no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: ampliar os recursos para investimento em ciência e tecnologia; otimizar, em parceria com o Ministério da Educação, os recursos aplicados em ciência e tecnologia; integrar as ações do governo e buscar parcerias com a iniciativa privada na área; planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de ciência e tecnologia, colocando esses conhecimentos e desenvolvimentos a serviço da inclusão social.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Paulo Bernardo Silva – depois de ter sido titular do Planejamento, Orçamento e Gestão desde março 2005, foi escolhido pela presidente Dilma para assumir a pasta das Comunicações. Eleito deputado federal pelo PT do Paraná em 1991, foi vice-líder do partido na Câmara e presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Em 1999, assumiu o cargo de secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, onde permaneceu até o fim de 2000. Foi ainda secretário de Fazenda do município de Londrina, de janeiro de 2001 a março de 2002. Novamente eleito para deputado federal em 2002, para o seu terceiro mandato, presidiu a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Começou sua militância política no movimento estudantil ainda durante a ditadura. Aprovado em concurso para o Banco do Brasil, mudou-se para São Paulo e de lá foi transferido para o Paraná, onde se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi eleito delegado sindical e diretor da Federação dos Bancários do Estado.

O novo ministro substituiu José Artur Filardi que, por sua vez, havia sucedido Hélio Costa no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: desbloquear os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), universalizar o

acesso à internet banda larga, iniciando pelas escolas, hospitais e bibliotecas públicas; repensar o processo de tecnologia da TV digital; ampliar o acesso a linhas telefônicas; colocar os Correios a serviço da inclusão social; rever a carga tributária dos serviços de telecomunicações.

MINISTÉRIO DA CULTURA



Anna Maria Buarque de Hollanda – nasceu em 12 de agosto de 1948, em São Paulo, é filha de Maria Amélia e do historiador e sociólogo Sérgio Buarque. É irmã dos também cantores, Chico Buarque, Miúcha e Cristina. Desde jovem envolveu-se em política, tendo pertencido aos quadros do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participado como militante em diversas campanhas eleitorais. Como gestora pública, foi secretária de Cultura em Osasco, SP. Em 2003 mudou-se para o Rio de Janeiro para assumir o cargo de diretora do Centro de Música da Fundação Nacional de Artes (Funarte), onde permaneceu até 2006. Anna de Hollanda sempre trabalhou na área artística. Coordenou o processo de criação da Câmara Setorial de Musical e foi figura chave na retomada do Projeto Pixinguinha, além de várias ações importantes para a música de concerto, orquestras, bandas e edições da área. Vice-presidente do MIS (Museu da Imagem e do Som), da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Anna Maria será a primeira mulher a integrar a galeria dos mais altos dirigentes da Cultura do Brasil.

A nova ministra substituiu João Luiz Silva Ferreira que, por sua vez, sucedeu a Gilberto Gil no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: promover a integração a partir da cultura; incentivar e apoiar a cultura local e regional; democratizar o acesso aos incentivos à promoção da cultura; aproximar e permitir o acesso do povo mais humilde ao teatro, cinema e música; defender o patrimônio histórico cultural; preservar a cultura e contribuir na demarcação das terras dos quilombos.

MINISTÉRIO DA DEFESA



Nelson Jobim – natural de Santa Maria (RS), nasceu em 12 de abril de 1946. É advogado e professor. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como advogado, foi vice-presidente da OAB-RS.

Deputado federal constituinte, liderou o PMDB e teve papel decisivo na garantia das conquistas sociais. Disse sim à participação popular no processo legislativo e votou a favor da reforma agrária, da proteção da empresa nacional e da nacionalização das reservas minerais. Parlamentar articulado, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator de Revisão Constitucional. Em 2001, licenciou-se do mandato de deputado federal para assumir o cargo de ministro da Justiça no governo FHC. Saiu do Ministério para assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Em 2004, tornou-se presidente da Corte. Aposentou-se, a pedido, em 29 de março de 2006. No segundo mandato do presidente Lula passou a ocupar, desde o dia 25 de julho de 2007, o cargo de ministro da Defesa.

Atribuições/desafios: implementar a estratégia nacional de defesa; reforçar o comando civil sobre as Forças Armadas; integrar a política industrial com o investimento na defesa do país, notadamente em relação às riquezas naturais, com destaque para o petróleo da plataforma continental (pré-sal); defender a soberania e a integridade territorial, valorizar e modernizar as Forças Armadas, que devem ser ágeis, bem equipadas e bem administradas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Afonso Bandeira Florence – eleito em 2010 para seu primeiro mandato de deputado federal pela Bahia, foi sindicalista e assessor da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Estado. Ex-secretário de Desenvolvimento Urbano do Governo da Bahia, coordenou programas para populações de baixa renda como o “Casa da Gente” e o “Água para Todos”. Mestre em História Social, tem pesquisas sobre a presença do negro na Bahia. Professor da Universidade Federal da Bahia, atuou como pesquisador e dirigiu o Centro de Estudos Afro-Orientais. Está licenciado da Universidade Católica do Salvador.

O novo ministro substituiu Guilherme Cassel no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: reestruturar o INCRA, mudar as linhas de crédito do PRONAF para melhorar o acesso das famílias aos financiamentos, ampliar os assentamentos, dar condições para que milhões de famílias possam plantar e ingressar no cenário econômico e de inclusão social, intensificar o diálogo com os movimentos sociais, estimular o cooperativismo e fortalecer a rede de assistência técnica rural, além de estimular a filiação desses trabalhadores à Previdência Social.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR



Fernando Pimentel – economista, foi prefeito de Belo Horizonte de 2003 a 2008. Deixou o executivo municipal com índices de aprovação superiores a 90%. Antes de se eleger prefeito, foi secretário de Governo, da Fazenda e, em 2001, tomou posse como vice-prefeito. Substituiu o titular, Célio de Castro, licenciado por motivo de saúde e, em 2003, assumiu definitivamente o cargo. Na carreira acadêmica e profissional, Pimentel foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vice-presidente da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte, presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (1991-1992) e diretor do Sindicato dos Economistas do Estado de Minas Gerais.

O novo ministro substituiu Miguel João Jorge Filho no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: aumentar as exportações e promover a substituição de importações, como forma de ampliar as divisas e gerar emprego e renda; apoiar as pequenas e micro-empresas; melhorar a competitividade, a partir de incentivos financeiros e apoio científico e tecnológico aos produtores nacionais; aumentar a eficiência e combater os desperdícios na indústria, comércio e serviços, além de implementar uma política agressiva de comércio exterior, inclusive com presença nos organismos internacionais que regulam o setor.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



Tereza Campello – economista, coordenou o Mutirão Arco Verde, que levou serviços públicos, regularização fundiária e fomentou o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Nascida no interior de São Paulo, iniciou sua carreira de gestora pública no Rio Grande do Sul, onde foi secretária das gestões do PT na prefeitura, nos governos Olívio Dutra, Raul Ponte e Tarso Genro, e no governo do Estado, na gestão de Olívio Dutra. Formada na Universidade Federal de Uberlândia, é uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores. Tereza foi professora de Economia da Universidade

do Vale dos Sinos (Unisinus). No governo do presidente Lula, Tereza atuou como subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil e coordenou diversos programas do governo federal como o grupo de trabalho que concebeu o Programa Bolsa Família, o Programa Nacional do Biodiesel e o programa de produção sustentável de óleo de palma, do zoneamento da cana e da Agenda Clima.

A nova ministra substituiu Marcia Helena Carvalho Lopes no comando do Ministério, que ganhou projeção na gestão de Patrus Ananias.

Atribuições/desafios: coordenar e executar o programa Bolsa Família, uma das principais prioridades do governo; cuidar da gestão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; articular as ações dos demais órgãos de governo no combate à fome e à miséria, inclusive em parceria com a iniciativa privada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Fernando Haddad – continua como ministro da Educação, cargo que ocupa desde julho de 2005. Advogado, mestre em economia política e doutor em filosofia, foi secretário-executivo da Pasta. Professor de ciência política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade em São Paulo (USP), foi consultor da Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe), e analista de investimento do Unibanco. Durante a gestão da então prefeita Marta Suplicy, Haddad chefiou o gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico. Atuou também como assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tem diversos livros publicados, entre os quais: Sindicatos, Cooperativas e Socialismo, pela Fundação Perseu Abramo, em 2003, e Trabalho e Linguagem, pela Azogue Editorial, em 2004.

Atribuições/desafios: em cooperação com os entes federativos, terá como desafio a universalização dos ensinos infantil, fundamental e médio; em parceria com organizações da sociedade civil organizada, abolir o analfabetismo, promover a assistência às famílias carentes para manter filhos na escola, fortalecer o ensino profissionalizante e dar atenção à educação especial e à educação à distância, além de democratizar o acesso à universidade pública para alunos carentes.

MINISTÉRIO DO ESPORTE



Orlando Silva – ocupa o cargo desde março de 2006. Advogado e cientista social, antes de torna-se titular da Pasta, exerceu os cargos de secretário nacional de Esporte, secretário nacional de Esporte Educacional e secretário-executivo do Ministério do Esporte. Nascido em Salvador, construiu sua carreira política em São Paulo.

A vida pública do ministro é marcada pela participação em entidades e organizações de defesa dos direitos da juventude. Entre 1995 e 1997, foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), de 1998 a 2001, presidente da União da Juventude Socialista (UJS) e, de 1999 a 2001, foi representante da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD), entidade que reúne organizações juvenis de todos os continentes. Atualmente, é membro do Conselho Nacional de Juventude (CNIJ).

Atribuições/desafios: organizar a Copa e as Olimpíadas, combater a exclusão social, com políticas de esporte e lazer, especialmente para os jovens; promover parcerias com igrejas, escolas, forças armadas e, ONGs para disponibilizar áreas para a prática sadia do esporte; conceder a bolsa atleta; promover campanha de divulgação dos benefícios da prática do esporte; combater a violência e o uso de drogas a partir do esporte.

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Guido Mantega – continua no Ministério da Fazenda, cargo que ocupa desde 2006. No governo Lula, Mantega também foi ministro do Planejamento e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nascido em Gênova (Itália), é graduado em Economia e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e tem especialização

no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra. Foi professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mantega está no PT desde 1980, foi assessor econômico do presidente Lula por mais de 10 anos e coordenou os programas econômicos nas campanhas presidenciais de 1989, 1998 e 2002.

Atribuições/desafios: manter a estabilidade, ser guardião da lei de responsabilidade fiscal, equilibrar os gastos públicos, garantir o cumpri-

mento das metas de superávit primário, honrar os contratos e acordos das dívidas interna e externa, promover as reformas do sistema financeiro.

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL



Fernando Bezerra Coelho – natural de Petrolina, do sertão pernambucano, é o novo ministro da Integração Nacional. Formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de São Paulo (Eaesa), da Fundação Getúlio Vargas (1979), foi prefeito de sua cidade natal por três mandatos (1992, 2000 e 2004). Na iniciativa privada, foi superintendente do Curtume Moderno, de Petrolina, no período de agosto de 1979 a abril de 1982. Foi também superintendente da Autarquia Educacional do Vale do São Francisco. Na esfera política, foi deputado estadual entre os anos de 1982 e 1986; secretário da Casa Civil do governo do Estado, de 1985 a 1986; deputado federal entre os anos de 1986 e 1990; e deputado federal reeleito de 1991 a 1992. De janeiro de 2007 a 2010, foi secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco e presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape. Como secretário, se empenhou em fomentar os setores industrial, comercial e de serviços, ao buscar atrair e apoiar investimentos voltados à expansão das atividades produtivas em Pernambuco.

O novo ministro substituiu João Reis Santana Filho que, por sua vez, havia sucedido Geddel Vieira Lima no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: assegurar a integração nacional, promovendo e articulando políticas públicas que visem superar as desigualdades regionais; Universalizar a oferta de água para usos múltiplos; Reduzir a vulnerabilidade a desastres, priorizando as ações de prevenção e preparação, ampliando e qualificando a capacidade de resposta à proteção civil; Impulsionar as obras de transposição e revitalização do Rio São Francisco; Fortalecer e reposicionar as Superintendências de desenvolvimento regional e demais órgãos vinculados (CODEVASF, DNOCS, SUDENE, SUDAM e a futura SUDECO).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



José Eduardo Cardozo – natural de São Paulo (SP), nasceu em 18/04/1951. Advogado, mestre, professor universitário e procurador municipal, tem longa experiência administrativa. Foi secretário de Governo na gestão da prefeita Luiza Erundina e chefe

de gabinete da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República. Três vezes vereador em São Paulo, foi presidente da Câmara de Vereadores na gestão da prefeita Marta Suplicy. Parlamentar de sólida formação jurídica, teve destacada atuação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados tendo sido relator, entre outras matérias, do projeto de iniciativa popular “Ficha Limpa”, sancionado como Lei Complementar nº 135/2010. A lei tornou mais rígidas as regras para a disputa eleitoral de candidatos com processos na Justiça. Já presidiu a Frente Parlamentar Mista em defesa da Advocacia Pública. Como deputado federal, compôs durante seis vezes consecutivas, 2005 a 2010, a relação dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo metodologia do DIAP. Foi secretário-geral do PT nacional e fez parte da coordenação da campanha e da transição de governo da presidente Dilma Rousseff.

O novo ministro substituiu Luiz Paulo Teles Barreto que, por sua vez, havia sucedido Tarso Genro, eleito governador do Rio Grande do Sul, no comando da Pasta.

Atribuições/desafios: melhorar a segurança pública, combater o tráfico e o crime organizado; reformar o sistema penitenciário brasileiro, promover a defesa da ordem econômica e os direitos do consumidor; propor reformas para o Judiciário que universalizem a prestação jurisdicional; combater a prostituição infantil; potencializar o uso da polícia federal, inclusive no apoio às carreiras de fiscalização e arrecadação de tributos; e garantir assistência judicial e extrajudicial aos mais necessitados.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Izabella Teixeira – está no cargo desde abril de 2010, quando o então ministro Carlos Minc saiu para disputar a eleição para deputado estadual no Rio de Janeiro. Nascida em Brasília, Izabella é bióloga, mestre em Planejamento Energético e doutora em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em avaliação ambiental estratégica, é funcionária de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Foi subsecretária do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, de 2007 a 2008, e secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Izabella lecionou em programas de pós-graduação e de cursos ambientais em diferentes universidades, como a UFRJ e a Escola Politécnica.

Atribuições/desafios: em parceria com ONGs, desenvolver um intenso programa de educação e conscientização da importância para a qualidade de vida e proteção ao meio ambiente; promover o programa Sede Zero; controlar a emissão de resíduos poluentes; combater a exploração desordenada da fauna e flora, a partir de políticas de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas; além de promover o zoneamento ecológico e econômico e a integração entre meio ambiente e produção.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Edison Lobão – permanece como ministro de Minas e Energia, cargo que ocupou de 2008 a 2010. Advogado, jornalista, nasceu em Mirador (MA) em 5 de dezembro de 1936. Deputado federal por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1987, foi vice-líder da Arena, do PDS e do governo, e governador do Estado do Maranhão de 1991 a 1994.

Amigo do presidente do Senado, José Sarney, foi senador na Assembleia Nacional Constituinte, tendo presidido a importante Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Parlamentar articulado, foi vice-líder do PFL, 1º vice-presidente e presidente do Senado Federal. Reeito em 2002 para o terceiro mandato de senador, foi escolhido presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Em 2010, Lobão deixou o Ministério para disputar a reeleição para o Senado, conquistando mais um mandato. Assumirá o mandato de senador da República o 1º suplente, que é seu filho, Edison Lobão Filho.

Atribuições/desafios: reestruturar o setor energético, resgatar o poder regulador do Ministério; rever a política de reajuste das tarifas públicas previstas nos contratos de concessão; promover a parceria entre setor público e privado; rever o mercado atacadista de energia; e, principalmente, adotar medidas emergenciais que evitem o apagão.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA



Ideli Salvatti – formada em Física pela Universidade Federal do Paraná, foi a primeira mulher eleita senadora por Santa Catarina em 2002. No Senado, ocupou o importante cargo de líder da bancada petista, em 2006, e a liderança do governo Lula no Congresso, em 2009. Durante o mandato, integrou por seis vezes

consecutivas o seleto grupo dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo metodologia do DIAP. Nascida em São Paulo, em 18 de março de 1952, Ideli mudou-se, na década de 70, para Joinville (SC) onde iniciou sua trajetória política. Uma das fundadoras do PT catarinense e da CUT estadual, foi diretora da central sindical, professora da rede pública de ensino e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina.

A nova ministra substituiu Altemir Gregolin no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: formular diretrizes e fomentar a produção pesqueira e aquícola, com programas de apoio à pesca artesanal e industrial e sua comercialização, fiscalizar a exploração de nossos rios e costa marítima, bem como gerar emprego e renda, contribuindo no programa de combate à fome.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO



Miriam Belchior – engenheira de alimentos, com mestrado em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas. No período de 1997 a 2002, foi secretária de Administração e Modernização Administrativa e, posteriormente, secretária de Inclusão Social e Habitação da prefeitura de Santo André.

No governo Lula, integrou a equipe de transição e foi assessora especial do presidente da República de janeiro de 2003 a junho de 2004, quando assumiu a subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Ocupou também a secretaria-executiva e a coordenação-geral do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Miriam substituiu Paulo Bernardo no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Atribuições/desafios: monitorar as obras do PAC, recuperar a capacidade de planejamento do Estado, racionalizar os gastos públicos, inclusive das estatais; promover a integração do planejamento do governo; organizar as finanças públicas; contribuir no combate à miséria; fixar diretrizes para o crescimento econômico, para a desconcentração da renda e a geração de emprego e renda; e propor políticas e diretrizes para a modernização do Estado, além promover a negociação salarial com os servidores públicos.

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



Garibaldi Alves Filho – advogado e jornalista, político profissional, já em 1966 assumiu a chefia da Casa Civil da prefeitura de Natal, na época governada pelo tio, Agnelo Alves. Em 1970, foi eleito deputado estadual, reelegendo-se por três vezes consecutivas. Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com o fim do bipartidarismo em 1979, entrou no PMDB. Após ser eleito prefeito de Natal em 1985, Garibaldi elegeu-se senador em 1990. Cumpriu o mandato até 1994, quando renunciou para assumir o governo do Estado, no qual ficou por dois mandatos (1995-1999 e 1999-2003). Foi eleito novamente senador em 2002 e em 2007 assumiu a presidência da Casa, após a renúncia do companheiro de partido, Renan Calheiros (AL). Cumpria seu terceiro mandato, quando foi indicado pelo PMDB para assumir a Pasta da Previdência Social no governo da presidente Dilma. Além de presidente do Senado, também já presidiu as duas principais comissões do Senado: a de Assuntos Econômicos e a de Constituição e Justiça.

O novo ministro substituiu Carlos Eduardo Gabas que, por sua vez, havia sucedido José Pimentel, eleito senador pelo Ceará, no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: promover ajustes na previdência pública; combater as fraudes e sonegação no regime geral; criar condições para ingresso na Previdência Social da População Economicamente Ativa que se encontra na informalidade; aumentar a eficiência do maior programa social do país e instituir previdência complementar no serviço público.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Antonio Patriota – nasceu no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1954. Tem longa lista de serviços prestados à Diplomacia brasileira. Foi secretário-geral do Itamaraty na gestão de Celso Amorim, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, subsecretário-geral Político do Ministério das Relações Exteriores, chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores e secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

No exterior, serviu também na Missão Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Genebra tendo sido representante alterno junto à Organização Mundial do Comércio e na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, onde integrou a delegação brasileira no Conselho de Segurança da ONU. Entre 1992 e 1994, foi subchefe da assessoria diplomática do presidente Itamar Franco. É casado com Tania Cooper Patriota, representante do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) para Colômbia e Venezuela.

O novo ministro substituiu Celso Amorim no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: criar condições para a inserção soberana do Brasil no mundo globalizado; defender os interesses nacionais no exterior; combater as barreiras tarifárias aos produtos brasileiros; ampliar as alianças e comércio com países como China, Índia, África do Sul e Rússia; buscar tecnologia e investimentos produtivos; e, principalmente, assessorar o governo brasileiro na relação com os blocos econômicos.

MINISTÉRIO DA SAÚDE



Alexandre Padilha – era ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República desde setembro de 2009, e passou a ocupar o cargo de ministro da Saúde no governo da presidente Dilma. Na SRI, Padilha participou da gestão do Programa Aceleração do Crescimento (PAC) e dos Territórios da Cidadania, além de ter coordenado os comitês binacionais de cooperação Brasil-França e Brasil-Itália. Médico Infectologista, com especialização em Medicina Tropical e pós-graduação pela Universidade de São Paulo, Padilha tem uma longa lista de serviços prestados à administração pública. Foi supervisor do Núcleo de Extensão em Medicina Tropical do Departamento de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina da USP, coordenador do Fundo de Pesquisa em Doenças Tropicais (TDR) da Organização Mundial de Saúde, e responsável pelo protocolo de cooperação Brasil e Suriname para o controle de Malária na fronteira.

O novo ministro substituiu José Gomes Temporão no comando da Pasta.

Atribuições/desafios: estruturalmente, ampliar o atendimento

domiciliar, universalizando o Programa Saúde da Família; oferecer um SUS de qualidade a todos os brasileiros; priorizar o aspecto nutricional das gestantes e crianças; descentralizar o atendimento médico-hospitalar; combater o tabagismo; estimular a substituição de importações de insumos de produtos farmacêuticos e incentivar a produção de medicamentos genéricos. Emergencialmente, combater a dengue e ampliar o programa de farmácias populares, além de instalar as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs 24 horas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



Carlos Lupi – formado em Administração, Economia e Contabilidade. Ministro do Trabalho no segundo mandato do presidente Lula, permanece no cargo na gestão da presidente Dilma. No período em que esteve à frente da Pasta no governo Lula, o Brasil passou a vivenciar a maior geração de empregos com carteira assinada da história. No Ministério, Lupi promoveu o constante diálogo entre trabalhadores e empregadores, tendo sido um dos responsáveis pela regulamentação do trabalho aos domingos, do reconhecimento das centrais sindicais e, em trabalho conjunto com o ministro da Educação, Fernando Haddad, pela ampliação dos cursos gratuitos no Sistema S. Em 1990 foi eleito deputado federal quando obteve nota 10 do DIAP por sua atuação no Congresso Nacional. Em 1992, deixou o Parlamento para assumir a secretaria municipal de Transportes do Rio de Janeiro. Em 2004, com a morte do fundador do PDT, Leonel Brizola, Lupi tornou-se presidente da legenda, tendo se licenciado em 2007, ao assumir o Ministério.

Atribuições/desafios: promover a geração de emprego e renda; modificar a legislação trabalhista e sindical; incentivar a formalização do emprego; combater as formas degradantes de exploração do trabalho (escravo e infantil); desenvolver programas de formação profissional; intensificar a fiscalização das comissões de conciliação prévia e do uso dos recursos do FAT; reduzir o número de acidentes do trabalho; e, principalmente, promover o debate entre os agentes econômicos e sociais no âmbito do Conselho Nacional de Relações do Trabalho e Emprego.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



Alfredo Nascimento – continua no Ministério dos Transportes, pasta que comandou por dois períodos durante os mandatos do presidente Lula: de março de 2004 a março de 2006 e de março de 2007 a março 2010. Formado em Letras e Matemática pela Universidade Federal do Amazonas, Nascimento fez especialização em Administração de Pessoal, de Materiais e Auditoria em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas. Embora nascido no Rio Grande do Norte, sempre fez política no Estado do Amazonas, onde foi superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e secretário estadual de Fazenda e de Administração (1987-1990). Chegou a assumir a prefeitura de Manaus em 1988, como interventor nomeado pelo governador Amazonino Mendes, durante seis meses. Em 1994, foi eleito vice-governador na chapa encabeçada por Amazonino. No meio do mandato, em 1996, foi eleito prefeito de Manaus, cargo para o qual foi reeleito em 2000. A pouco mais de dez meses para encerrar seu segundo mandato na prefeitura, foi convidado a assumir o Ministério dos Transportes. Pelo Partido da República (PR), foi eleito senador em 2006, mas se licenciou em seguida para reassumir o Ministério dos Transportes. Sua vaga no Senado será assumida pelo 1º suplente, João Pedro da Costa, do PT.

Atribuições/desafios: modernizar o sistema de transportes do país; recuperar as estradas brasileiras; promover a integração intermodal da malha rodoviária e ferroviária com o sistema hidroviário; defender verbas vinculadas ao Ministério; combater a corrupção no setor; e, principalmente, buscar soluções criativas que reduzam o custo Brasil na área de transportes.

MINISTÉRIO DO TURISMO



Pedro Novais Lima – natural de Coelho Neto, no Maranhão, nasceu em 7 de junho de 1930. Deputado federal pelo Maranhão por sete mandatos consecutivos, foi reeleito em 2010. Auditor fiscal do Tesouro Nacional aposentado, foi secretário da Fazenda do Maranhão entre 1975 e 1978 e entre 1988 e 1990. Formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tem especialização em Direito Financeiro, pelo Conselho Britânico; e em Planejamento Tributário em Washington, EUA. Na Câmara dos Depu-

tados, ocupou o importante cargo de vice-líder em diversas sessões legislativas e foi relator de inúmeras proposições importantes, entre as quais a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei da Super-Receita (Receita Federal do Brasil).

O novo ministro substituiu Luiz Barreto Filho no comando do Ministério.

Atribuições/desafios: atrair divisas para o país, incentivar o turismo interno; promover e apoiar campanhas de divulgação do turismo nacional, no Brasil e no exterior; estimular o turismo nas regiões Norte e Nordeste; criar linhas de créditos para ampliar negócios no setor; além de contribuir na meta de geração de emprego do governo.

ANEXO

PARA FALAR COM OS PODERES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente: Dilma Rousseff

Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 3º andar
Brasília/DF CEP: 70150-900

Telefones: (61) 3411-1200 3411-1201 3411-1202 3411-1203

Fax: (61) 3411-2222

Página: www.presidencia.gov.br

E-mail: gabinete@planalto.gov.br

Chefe de gabinete: Gilis Azevedo

Telefones: (61) 3411-1154 3411-1169 3411-1805 **Fax:** (61) 3411-1865

E-mail: gabinetepessoal@presidencia.gov.br

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Vice-Presidente: Michel Temer

Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II, Térreo
Brasília/DF CEP: 70083-900

Telefones: (61) 3411-2901 3411-2721 3411-2356 **Fax:** (61) 3226-9871

Página: www.presidencia.gov.br

E-mail: vicepr@presidencia.gov.br

Chefe de gabinete: Nara de Deus Vieira

Telefones: (61) 3411-2356 3411-2447 **Fax:** (61) 3223-0568

E-mail: vicepr@presidencia.gov.br

CASA CIVIL

Ministro-chefe: Antonio Palocci Filho

Endereço: Palácio do Planalto, 4º Andar - Brasília/DF CEP: 70150-900

Telefones: (61) 3411-1573 3411-1935 **Fax:** (61) 3321-1461

Página: www.planalto.gov.br/casacivil

E-mail: gabinetecasacivil@planalto.gov.br

Chefe de gabinete: Charles Capella de Abreu

Telefones: (61) 3411-1573 3411-1935 **Fax:** (61) 3321-1461

E-mail: gabinetecasacivil@planalto.gov.br

Secretário-executivo: Beto Ferreira Martins Vasconcelos

Telefones: (61) 3411-1034 3411-1855 **Fax:** (61) 3322-3850

E-mail: beto.vasconcelos@planalto.gov.br

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Ministro-chefe: Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira

Endereço: Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, 4º andar, sala 404
Brasília/DF CEP: 70150-090

Telefones: (61) 3411-1127 3411-1042 3411-1038 **Fax:** (61) 3323.8142

Página: www.relacoesinstitucionais.gov.br

E-mail: sri.gabinete@presidencia.gov.br

Chefe de gabinete: Maria Aparecida Perez

Telefones: (61) 3411-1424 3411-1585 3411-1668 **Fax:** (61) 3411-1503

E-mail: maria.perez@presidencia.gov.br

Secretário-executivo: Claudio Antonio Vignatti

Telefone: (61) 3411-1316 **Fax:** (61) 3321-0893

E-mail: claudio.vignatti@presidencia.gov.br

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro-chefe: Wellington Moreira Franco

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco O, 7º, 8º e 9º andares
Brasília/DF CEP: 70052-900

Telefones: (61) 3411-4617 3411-4674 **Fax:** (61) 3321-5556

Página: www.sae.gov.br/site

E-mail: cerimonial.sae@planalto.gov.br

Chefe de gabinete: Maurilio Braz Santana Junior

Telefone: (61) 3411-4616

E-mail: maurilio.santana@presidencia.gov.br

Secretário-executivo: Vago

Telefone: (61) 3411-4646 **Fax:** (61) 3323-4688

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro-chefe: Gilberto Carvalho

Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar, Brasília/DF
CEP: 70.150-900

Telefones: (61) 3411-1224 3411-1226 **Fax:** (61) 3321-1994

Página: www.secretariageral.gov.br

E-mail: sg@presidencia.gov.br

Chefe de gabinete: Maria Victoria Hernandez

Telefones: (61) 3411-1225 3411-1309 **Fax:** (61) 3321-1994

E-mail: victoria@presidencia.gov.br

Secretário-executivo: Rogério Sottili

Telefones: (61) 3411-1571 3411-1572 **Fax:** (61) 3321-0306

E-mail: sg@presidencia.gov.br

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministra-chefe: Helena Chagas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A - Brasília/DF CEP: 70054-900

Telefones: (61) 3411-1279 3411-1280 **Fax:** (61) 3226-8316

Página: www.secom.gov.br

E-mail: secom.gabinete@presidencia.gov.br

Chefe de gabinete: Sylvio Romulo Guimarães de Andrade Junior

Telefones: (61) 3411-1279 3411-1280 **Fax:** (61) 3226.8316

E-mail: sylvio.junior@presidencia.gov.br

Secretária-executiva: Yole Maria de Mendonça

Telefones: (61) 3411-4807 3411-4806 **Fax:** (61) 3226-3861

E-mail: secom.executiva@planalto.gov.br

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro-chefe: General José Elito Carvalho Siqueira

Endereço: Palácio do Planalto, 2º andar, Sala 215 - Brasília/DF
CEP: 70150-900

Telefones: (61) 3411-1117 3411-1687 **Fax:** (61) 3226-1160

Página: www.presidencia.gov.br/gsi

E-mail: fernandols@planalto.gov.br

Chefe de gabinete: Coronel Fernando de Lima Santos

Telefones: (61) 3411-1117 3411-1687 **Fax:** (61) 3226-1160

E-mail: fernandols@planalto.gov.br

Secretário-executivo: Gen. Div Antonio Sérgio Geromel

Telefone: (61) 3411-1928 **Fax:** (61) 3411-1889

E-mail: geromel@planalto.gov.br

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Ministro-chefe: Jorge Hage Sobrinho

Endereço: SAS Qd. 01, Bloco A, 9º andar, Ed. Darcy Ribeiro - Brasília/DF
CEP: 70070-905

Telefones: (61) 2020-7241 2020-7242 2020-7240 **Fax:** (61) 2020-7230

Página: www.cgu.gov.br

E-mail: cgugabin@cgu.gov.br

Chefe de gabinete: Mariana Soares

Telefones: (61) 2020-7241 2020-7242 2020-7240 **Fax:** (61) 2020-7230

E-mail: mariana.soares@cgu.gov.br

Secretário-executivo: Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Telefones: (61) 2020-7250 2020-7251 2020-6787 **Fax:** (61) 2020-7255

E-mail: secretaria.executiva@cgu.gov.br

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Ministro: Luís Inácio Lucena Adams

Endereço: SIG, Qd. 06, Lote 800, Edifício Sede, 3º andar - Brasília/DF
CEP: 70610-460

Telefones: (61) 3105-8510 3105-8513 **Fax:** (61) 3344-0243

Página: www.agu.gov.br

E-mail: gabinete.ministro@agu.gov.br

Chefe de gabinete: Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva

Telefones: (61) 3105-8515 3105-8645 **Fax:** (61) 3105-8839

E-mail: chefe.gabinete.agu@agu.gov.br

*BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN

Presidente: Alexandre Antonio Tombini

Endereço: SBS - Qd. 03 - Bloco B - Ed. Sede - 20º andar - Brasília-DF
CEP: 70074-900

Telefone: (61) 3414-1010 **Fax:** (61) 3226-1989

Página: www.bcb.gov.br **E-mail:** presidencia@bcb.gov.br

Chefe de gabinete: Otavio Damaso

Telefone: (61) 3414-1010 **Fax:** (61) 3226-1889

E-mail: presidencia@bcb.gov.br

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

Ministro-chefe: Wagner Bittencourt de Oliveira

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, 6º andar - Brasília/DF
CEP: 70049-900

Telefone: (61) 3312-4312 **Fax:** (61) 3312-8797

E-mail: sac@defesa.gov.br

Chefe de gabinete: Paulo Lamothe

Telefone: (61) 3312-9002 **Fax:** (61) 3312-8797

E-mail: sac@defesa.gov.br

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Ministra-chefe: Iriny Lopes

Endereço: Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes
Brasília/DF CEP: 70150-908

Telefone: (61) 3411-4330 **Fax:** (61) 3327-7464

Página: www.sepm.gov.br

E-mail: spmulheres@spmulheres.gov.br

*Autarquia cujo titular possui status de ministro de Estado

Chefe de gabinete: Ana Maria Magalhães
Telefone: (61) 3411-4282 **Fax:** (61) 3327-7464
E-mail: ana.magalhaes@spmulheres.gov.br

Secretária-executiva: Rosana Ramos
Telefones: (61) 3411-4209 3411-4215 **Fax:** (61) 3327-7464
E-mail: rosana.ramos@spmulheres.gov.br

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministra-chefe: Maria do Rosário
Endereço: Setor Comercial Sul B, Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar, Brasília/DF CEP: 70308-200
Telefones: (61) 2025-3106 2025-3536 **Fax:** (61) 2025-9414
Página: www.direitoshumanos.gov.br
E-mail: gabinete@sedh.gov.br

Chefe de gabinete: Salete Camba
Telefones: (61) 2025-3106 2025-3536 **Fax:** (61) 2025-9414
E-mail: salete.camba@sedh.gov.br

Secretário-executivo: André Lázaro
Telefone: (61) 2025-3595 **Fax:** (61) 2025-3206
E-mail: se.agenda@sedh.gov.br

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ministra-chefe: Luiza Helena de Bairros
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar - Brasília/DF CEP: 70054-906
Telefone: (61) 3411-3610 **Fax:** (61) 3226-5625
Página: www.seppir.gov.br
E-mail: luiza.bairros@planalto.gov.br

Chefe de gabinete: Terezinha Abigail Gonçalves da Silva
Telefones: (61) 2025-7007 2025-7009 **Fax:** (61) 2025-7088
E-mail: terezinha.goncalves@planalto.gov.br

Secretário-executivo: Mário Lisbôa Theodoro
Telefones: (61) 2025-7015 2025-7016 **Fax:** (61) 2025-7088
E-mail: mario.theodoro@planalto.gov.br barbara.silva@planalto.gov.br

SECRETARIA DE PORTOS

Ministro-chefe: José Leônidas Cristino
Endereço: SCN Quadra 04, Bloco B, Centro Empresarial Varig, Pétala C, Mezanino - Sala 1403 – Brasília/DF CEP 70714-900
Telefone: (61) 3411-3704 **Fax:** (61) 3326-3025
Página: www.portosdobrasil.gov.br
E-mail: leonidas.cristino@planalto.gov.br

Chefe de gabinete: José Carlos Martins
Telefone: (61) 3411-3754 **Fax:** (61) 3326-3025
E-mail: josecarlos.martins@planalto.gov.br

Secretário-executivo: Vago
Telefone: (61) 3411-3706 **Fax:** (61) 3326-3025

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Ministro: Wagner Gonçalves Rossi
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º andar - Brasília/DF
CEP: 70043-900
Telefones: (61) 3218-2800 3226-5161 **Fax:** (61) 3226-8091
Página: www.agricultura.gov.br
E-mail: gm@agricultura.gov.br

Chefe de gabinete: Alfredo Souza de Moraes Junior
Telefones: (61) 3321-2800 3218-2303 **Fax:** (61) 3326-8091
E-mail: gm@agricultura.gov.br

Secretário-executivo: Milton Elias Ortolan
Telefone: (61) 3218-2257 **Fax:** (61) 3225-9918
E-mail: milton.ortolan@agricultura.gov.br

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro: Mário Negromonte
Endereço: Setor de Autarquia Sul, Quadra 01, Bloco H, Lote 01/06,
Ed. Telemundi II
Brasília/DF Cep: 70070-010
Telefones: (61) 2108-1621 2108-1625 2108-1694 **Fax:** (61) 2108-1415
Página: www.cidades.gov.br
E-mail: ministro@cidades.gov.br

Chefe de gabinete: Cássio Ramos Peixoto
Telefones: (61) 2108-1621 2108-1625 **Fax:** (61) 2108-1415
E-mail: gabinete@cidades.gov.br

Secretário-executivo: Roberto Oliveira Muniz
Telefones: (61) 2108-1631 2108-1608 2108-1577 **Fax:** (61) 2108-1420
E-mail: gab.secretariaexecutiva@cidades.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministro: Aloizio Mercadante
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 4º andar - Brasília/DF
CEP: 70067-900
Telefones: (61) 3317-7505 3317-7439 **Fax:** (61) 3317-7769
Página: www.mct.gov.br
E-mail: ministro@mct.gov.br

Chefe de gabinete: Luiz Antônio de Mello Rebello

Telefone: (61) 3317-7507 **Fax:** (61) 3317-7997

E-mail: luiz.rebello@mct.gov.br

Secretário-executivo: Luiz Antonio Rodrigues Elias

Telefones: (61) 3317-7603 3317-8408 **Fax:** (61) 3317-7764

E-mail: executiva@mct.gov.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ministro: Paulo Bernardo Silva

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar - Brasília/DF

CEP: 70044-900

Telefones: (61) 3311- 6079 3311-6092 **Fax:** (61) 3311-6731

Página: www.mc.gov.br

E-mail: gabinete.mc@mc.gov.br

Chefe de gabinete: Leones Dall'Agnol

Telefones: (61) 3311-6138 3311-6889 **Fax:** (61) 3311-6730

E-mail: chefia.gabinete@mc.gov.br

Secretário-executivo: César Santos Alvarez

Telefones: (61) 3311-6310 3311-6214 **Fax:** (61) 3311-6737

E-mail: cesar.alvarez@mc.gov.br

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra: Anna Maria Buarque de Hollanda

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 4º andar - Brasília/DF

CEP: 70068-900

Telefones: (61) 2024-2460 2024-2469 **Fax:** (61) 3225-9162

Página: www.cultura.gov.br

E-mail: gm@cultura.gov.br

Chefe de gabinete: Maristela Rangel

Telefones: (61) 2024-2472 2024-2474 **Fax:** (61) 2024-2482

E-mail: cgm@cultura.gov.br

Secretário-executivo: Vitor Paulo Ortiz Bittencourt

Telefones: (61) 2024-2362 2024-2365 **Fax:** (61) 2024-2178

E-mail: se@cultura.gov.br vitor.ortiz@cultura.gov.br

MINISTÉRIO DA DEFESA

Ministro: Nelson Jobim

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, 6º andar - Brasília/DF

CEP: 70049-900

Telefones: (61) 3312-8520 3312-8525 **Fax:** (61) 3312-8521

Página: www.defesa.gov.br

E-mail: ministro@defesa.gov.br

Chefe de gabinete: Antônio Lessa
Telefones: (61) 3312-8544 3312-8731 **Fax:** (61) 3312-4151
E-mail: chefe.gabinete@defesa.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Ministro: Afonso Bandeira Florence
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 8º andar - Brasília/DF
CEP: 70054-900
Telefones: (61) 2020-0002 2020-0003 **Fax:** (61) 2020-0061
Página: www.mda.gov.br
E-mail: afonso.florence@mda.gov.br

Chefe de gabinete: Welliton Rezende Hassegawa
Telefones: (61) 2020-0006 2020-0002 **Fax:** (61) 2020-0061
E-mail: welliton.rezende@mda.gov.br

Secretária-executiva: Márcia da Silva Quadrado
Telefones: (61) 2020-0005 2020-0040 **Fax:** (61) 2020-0061
E-mail: marcia.quadrado@mda.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Ministro: Fernando Pimentel
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 6º andar - Brasília/DF
CEP: 70053-900
Telefones: (61) 2027-7001 2027-7002 2027-7003 **Fax:** (61) 2027-7230
Página: www.mdic.gov.br
E-mail: ministro@mdic.gov.br

Chefe de gabinete: Eduardo Lucas Serrano
Telefones: (61) 2027-7007 2027-7008 **Fax:** (61) 2027-2230
E-mail: chefe.gabinete@mdic.gov.br

Secretário-executivo: Alessandro Teixeira
Telefones: (61) 2027-7041 2027-7042 **Fax:** (61) 2027-7667
E-mail: a.teixeira@mdic.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Ministra: Tereza Campello
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 5º andar - Brasília/DF
CEP: 70046-900
Telefones: (61) 3433-1029 3433-1001 3433-1002 **Fax:** (61) 3433-1025
Página: www.mds.gov.br
E-mail: ministro.mds@mds.gov.br

Chefe de gabinete: Adriana Miranda Moraes
Telefones: (61) 3433-1005 3433-1006 **Fax:** (61) 3433-1026
E-mail: adriana.mmoraes@mds.gov.br

Secretário-executivo: Rômulo Baes de Sousa
Telefones: (61) 3433-1089 3433-1249 **Fax:** (61) 3433-1129
E-mail: romulo.baes@mds.gov.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro: Fernando Haddad
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º andar - Brasília/DF
CEP: 70047-900
Telefones: (61) 2022-7822 2022-7828 **Fax:** (61) 2022-7821
Página: www.mec.gov.br
E-mail: gabinetedoministro@mec.gov.br

Chefe de gabinete: Leonardo Osvaldo Barchini Rosa
Telefones: (61) 2022-7839 2022-7840 **Fax:** (61) 2022-7858
E-mail: chefiadegabinetegm@mec.gov.br

Secretário-executivo: José Henrique Paim Fernandes
Telefones: (61) 2022-8731 2022-8745 2022-8744 **Fax:** (61) 2022-8747
E-mail: executiva@mec.gov.br

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Ministro: Orlando Silva de Jesus Junior
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar - Brasília/DF
CEP: 70054-906
Telefones: (61) 3217-1861 3217-1834 **Fax:** (61) 3217-1818
Página: www.esporte.gov.br
E-mail: gabmin@esporte.gov.br

Chefe de gabinete: Vicente José de Lima Neto
Telefones: (61) 3217-1861 3217-1944 **Fax:** (61) 3217-1818
E-mail: vicente.neto@esporte.gov.br

Secretário-executivo: Waldemar de Souza
Telefones: (61) 3217-1850 3217-1851 **Fax:** (61) 3217-1771
E-mail: se@esporte.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ministro: Guido Mantega
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar – Brasília/DF
CEP: 70048-900
Telefone: (61) 3412-2515 **Fax:** (61) 3412-1721
Página: www.fazenda.gov.br
E-mail: secretarias.df.gmf@fazenda.gov.br

Chefe de gabinete: Marcelo Fiche
Telefones: (61) 3412-2500 3412-2531 **Fax:** (61) 3412-2525
E-mail: gabinete.df.gmf@fazenda.gov.br

Secretário-executivo: Nelson Henrique Barbosa Filho
Telefones: (61) 3412-2407 3412-2410 **Fax:** (61) 3412-1824
E-mail: gabinete.se.df@fazenda.gov.br

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro: Fernando Bezerra Coelho
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar - Brasília/DF
CEP: 70067-901
Telefones: (61) 3414-5814 3414-5815 **Fax:** (61) 3414-4268
Página: www.integracao.gov.br
E-mail: liliane.nunes@integracao.gov.br

Chefe de gabinete: Gelson Luiz de Albuquerque
Telefones: (61) 3414-5768 3414-5815 **Fax:** (61) 3414-4268
E-mail: agenda.integracao@gov.br

Secretário-executivo: Alexandre Navarro Garcia
Telefones: (61) 3414-5801 3414-5802 **Fax:** (61) 3414-5483
E-mail: alexandre.navarro@integracao.gov.br

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro: José Eduardo Cardozo
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 4º andar, Brasília/DF
CEP: 70064-900
Telefones: (61) 2025-3101 2025-3111 **Fax:** (61) 2025-7803
Página: www.mj.gov.br
E-mail: agenda.ministro@mj.gov.br

Chefe de gabinete: Flavio Croce Caetano
Telefones: (61) 2025-3733 2025-3735 **Fax:** (61) 2025-9556
E-mail: chefiadegabinete@mj.gov.br

Secretário-executivo: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Telefones: (61) 2025-3277 2025-3335 **Fax:** (61) 2025-7837
E-mail: gabinetedosecretarioexecutivo@mj.gov.br

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra: Izabella Teixeira
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar - Brasília/DF
CEP: 70068-900
Telefones: (61) 2028-1057 2028-1058 2028-1289 **Fax:** (61) 2028-1755
Página: www.mma.gov.br
E-mail: izabella.teixeira@mma.gov.br

Chefe de gabinete: Carmen Sampaio
Telefone: (61) 2028-1201 **Fax:** (61) 2028-1755
E-mail: carmen.sampaio@mma.gov.br

Secretário-executivo: Francisco Gaetani
Telefones: (61) 2028-1205 2028-1224 2028-1504 2028-1051
Fax: (61) 2028-1770 2028-1761
E-mail: secex.mma@mma.gov.br

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro: Edison Lobão
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 8º andar - Brasília/DF
CEP: 70065-900
Telefones: (61) 3319-5041 3319-5913 3319-5932 **Fax:** (61) 3319-5074
Página: www.mme.gov.br
E-mail: gabinete@mme.gov.br

Chefe de gabinete: José Antônio Corrêa Coimbra
Telefones: (61) 3319-5046 3319-5930 **Fax:** (61) 3319-5063
E-mail: chefiagm@mme.gov.br

Secretário-executivo: Márcio Pereira Zimmermann
Telefones: (61) 3319-5011 3319-5045 **Fax:** (61) 3319-5088
E-mail: secex@mme.gov.br

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ministra: Ideli Salvatti
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 4º andar, Sala 402
Brasília/DF CEP: 70043-900
Telefones: (61) 3218-3801 3218-3802 3218-3803 **Fax:** (61) 3218-3732
Página: www.mpa.gov.br
E-mail: pesca@mpa.gov.br

Chefe de gabinete: Claudinei do Nascimento
Telefone: (61) 3218-3801 **Fax:** (61) 3218-3732
E-mail: claudinei.nascimento@mpa.gov.br

Secretário-executivo: José Evaldo Gonçalves
Telefones: (61) 3218-3818 2023-3111 **Fax:** (61) 3218-3915
E-mail: jose.evaldo@mpa.gov.br

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ministra: Miriam Belchior
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 7º andar - Brasília/DF
CEP: 70040-906
Telefones: (61) 2020-4102 2020-4103 **Fax:** (61) 2020-5009
Página: www.planejamento.gov.br
E-mail: ministro@planejamento.gov.br

Chefe de gabinete: Elaine Paz

Telefones: (61) 2020-4100 2020-4101 2020-4848 **Fax:** (61) 2020-5009

E-mail: elaine.paz@planejamento.gov.br

Secretária-executiva: Iraneth Rodrigues Monteiro

Telefones: (61) 2020-4300 2020-4301 **Fax:** (61) 2020-5003

E-mail: secretario.executivo@planejamento.gov.br

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ministro: Garibaldi Alves Filho

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 8º andar - Brasília/DF
CEP: 70059-900

Telefones: (61) 2021-5150 2021-5151 2021-5126 **Fax:** (61) 2021-5407

Página: www.previdencia.gov.br

E-mail: gm.mps@previdencia.gov.br

Chefe de gabinete: Lindolfo Neto de Oliveira Sales

Telefone: (61) 2021-5150 **Fax:** (61) 2021-5407

E-mail: gm.mps@previdencia.gov.br

Secretário-executivo: Carlos Eduardo Gabas

Telefone: (61) 2021-5885 **Fax:** (61) 2021-5989

E-mail: carlos.gabas@previdencia.gov.br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro: Antonio Patriota

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Brasília/DF CEP: 70170-900

Telefones: (61) 3411-9931 3411-9932 **Fax:** (61) 3411-6993

Página: www.itamaraty.gov.br

E-mail: ministro.estado@itamaraty.gov.br

Chefe de gabinete: Fátima Ischitani

Telefones: (61) 3411-6112 3411-6113 **Fax:** (61) 3411-6993

E-mail: fatima.ishitani@itamaraty.gov.br

Secretário de Controle Interno: Embaixador Guilherme Fausto da Cunha Bastos

Telefones: (61) 3411-8239 3411-8238 3411-8240 **Fax:** (61) 3411-8237

E-mail: guilherme.bastos@itamaraty.gov.br

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministro: Alexandre Padilha

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G, 5º andar – Brasília/DF
CEP: 70058-900

Telefones: (61) 3315-2392 3315-2393 **Fax:** (61) 3315-3955

Página: www.saude.gov.br

E-mail: ministro@saude.gov.br

Chefe de gabinete: Mozart Sales

Telefones: (61) 3315-2788 3315-2789 **Fax:** (61) 3315-2680

E-mail: chefia.gm@saude.gov.br

Secretária-executiva: Márcia Amaral

Telefones: (61) 3315-2130 3315-2133 **Fax:** (61) 3315-2089

E-mail: marciaamaral@saude.gov.br

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ministro: Carlos Lupi

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 5º andar - Brasília/DF
CEP: 70059-900

Telefones: (61) 3317-6857 3317-6878 **Fax:** (61) 3317-8245

Página: www.mte.gov.br

E-mail: gm@mte.gov.br

Chefe de gabinete: Marcelo de Oliveira Panela

Telefones: (61) 3317-6525 3317-6527 **Fax:** (61) 3317-8246

E-mail: gm@mte.gov.br

Secretário-executivo: Paulo Roberto dos Santos Pinto

Telefones: (61) 3317- 6560 3317-6561 **Fax:** (61) 3317-8207

E-mail: vilma.goncalves@mte.gov.br

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Ministro: Alfredo Nascimento

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar - Brasília/DF
CEP: 70044-900

Telefones: (61)2029-7001 2029-7002 2029-7003 2029-7004

Fax: (61) 2029-7876

Página: www.transportes.gov.br

E-mail: alfredo.nascimento@transportes.gov.br

Chefe de gabinete: Mauro Barbosa da Silva

Telefones: (61) 2029-7005 2029-7006 **Fax:** (61) 2029-7892

E-mail: mauro.barbosa@transportes.gov.br

Secretário-executivo: Paulo Sergio Oliveira Passos

Telefones: (61) 2029-7090 2029-7099 **Fax:** (61) 2029-7843

E-mail: paulo.passos@transportes.gov.br

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Pedro Novais Lima

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º e 3º andares
Brasília/DF CEP: 70065-900

Telefones: (61) 2023-7005 2023-7014 **Fax:** (61) 2023-7053

Página: www.turismo.gov.br

E-mail: gabinete-mtur@turismo.gov.br

Chefe de gabinete: Bento Afonso dos Santos

Telefones: (61) 2023-7021 2023-7024 **Fax:** (61) 2023-7053

E-mail: bento.santos@turismo.gov.br

Secretário-executivo: Frederico Silva da Costa

Telefone: (61) 2023-7101 **Fax:** (61) 2023-7107

E-mail: frederico.costa@turismo.gov.br

O QUE É O DIAP

O DIAP é o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, fundado em 19 de dezembro de 1983, para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional, com vistas à institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais do movimento sindical.

O QUE FAZ

- Monitora a tramitação legislativa de emendas constitucionais, projetos de lei, substitutivos, emendas, pareceres, requerimentos de informação e discursos parlamentares de interesse da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular;
- Presta informações sobre o andamento e possíveis desdobramentos das matérias monitoradas por intermédio de relatórios e demais veículos de comunicação do DIAP, notadamente a Agência, o Boletim e o Jornal;
- Elabora pareceres, projetos, estudos e outros documentos para as entidades filiadas;
- Identifica, desde a eleição, quem são os parlamentares eleitos, de onde vêm, quais são seus redutos eleitorais, quem os financia, e elabora seu perfil político;
- Promove pesquisa de opinião com o objetivo de antecipar o pensamento do Congresso em relação às matérias de interesse dos trabalhadores;
- Organiza base de dados com resultados de votações;
- Produz artigos de análise política, edita estudos técnicos, políticos e realiza eventos de interesse do movimento social organizado;
- Mapeia os atores-chave do processo decisório no Congresso Nacional;
- Fornece os contatos atualizados das autoridades dos Três Poderes;
- Monta estratégias com vistas à aprovação de matérias de interesse das entidades sindicais.

COMO É ESTRUTURADO

O comando político-sindical do DIAP é exercido pelas entidades filiadas, que constituem a Assembléia Geral, e se reúnem periodicamente na forma estatutária. A sua Diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais.

Operacionalmente, o DIAP possui em sua estrutura uma Diretoria Técnica, recrutada em seu quadro funcional, que atua junto à Diretoria Executiva, cujas funções consistem em coordenar as reuniões de técnicos e consultores, emitir pareceres, monitorar projetos, atuar junto aos parlamentares e assessorar as entidades sindicais.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais em que se baseia o trabalho do DIAP são:

- decisões democráticas;
- atuação suprapartidária;
- conhecimento técnico;
- atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário.

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

José Augusto da Silva Filho (CNTC)

Wellington Teixeira Gomes (FITEE)

Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos Moedeiros)

João Batista da Silveira (SAAE/MG)

Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

Suplente

Ricardo Nerbas (SINTEC/SP)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Antônio de Lisboa Amâncio Vale (SINPRO/DF)

Tesoureiro:

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente:

Jacy Afonso de Melo (SEEB/DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)

José Caetano Rodrigues (CNTS)

Vicente Venuk Pretko (SINTRACARP/PR)

Suplentes

Maria Aparecida Sousa (SEEB/DF)

Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS/DF)

Clóvis Matoso Vilela Lima (FEBRAD)